



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANDRÉ FERNANDES

**“A CLASSE C É A (NOVA) CLASSE MÉDIA?” O
FUNCIONAMENTO POLÍTICO DOS NOMES NA
IDENTIFICAÇÃO SOCIAL**

**CAMPINAS,
2016**

ANDRÉ FERNANDES

**“A CLASSE C É A (NOVA) CLASSE MÉDIA?” O
FUNCIONAMENTO POLÍTICO DOS NOMES NA IDENTIFICAÇÃO
SOCIAL**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestre em
Linguística.**

**Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pelo
aluno André Fernandes e orientada
pela Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira**

**CAMPINAS,
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

OL4c Fernandes, André, 1991-
"A classe C é a (nova) classe média?" O funcionamento político dos nomes na identificação social / André Fernandes. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Sheila Elias de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Identidade social - Brasil. 2. Classe média - Brasil. 3. Classes sociais - Brasil - Aspectos políticos. 4. Status social - Brasil - Aspectos políticos. 5. Linguagem e status social. 6. Semântica do acontecimento. I. Oliveira, Sheila Elias de, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "The C class is the (new) middle class?" The political functioning of the names on social identification

Palavras-chave em inglês:

Social identity - Brazil

Middle classes - Brazil

Social classes - Brazil - Political aspects

Social status - Brazil - Political aspects

Speech and social status

Semantics of the event

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Sheila Elias de Oliveira [Orientador]

Emílio Gozze Pagotto

Carolina de Paula Machado

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Soeli Maria Schreiber da Silva

Data de defesa: 11-10-2016

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Sheila Elias de Oliveira

Emilio Gozze Pagotto

Carolina de Paula Machado

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Soeli Maria Schreiber da Silva

IEL/UNICAMP 2016

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e familiares, por todo o amor e apoio.

À professora Sheila Elias de Oliveira, minha orientadora.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

Aos professores Emilio Gozze Pagotto e Carolina de Paula Machado, pela leitura para o exame de qualificação e pelas contribuições.

Aos funcionários do IEL, em especial ao Cláudio, pela atenção dispensada.

À Maria Cláudia Teixeira, amiga e irmã, por partilhar comigo tantos momentos.

Ao Anderson Braga do Carmo e à Adriana Bernardim, pela amizade.

Ao Gilberto Couto, pela ajuda com o resumo em língua estrangeira.

Aos amigos da Unicamp e da PUC.

Aos amigos da Unicentro, em especial à professora Maria Cleci Venturini, por me iniciar nos caminhos da Linguística.

Ao Beto, com amor.

A Deus, por me mostrar que uma história de superação é possível.

RESUMO

Neste trabalho, fundamentado na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, procuramos compreender o modo como as denominações de classe produzem identificações da sociedade. Especificamente, partimos das relações de sentido estabelecidas entre as expressões nominais “classe C”, “classe média” e “nova classe média” em duas obras das ciências econômicas e sociais e em um relatório governamental. O trabalho se insere no quadro de discussões acerca da emergência ou consolidação de uma (nova) classe média brasileira, motivadas pelas mudanças sociais ocorridas na primeira década do novo milênio no Brasil. Do nosso lugar de linguistas, queremos mostrar como os nomes de classe organizam e distribuem o social. Para tanto, tomamos como *corpus* os recortes das obras “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri; “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza e do “Relatório para Definição da Classe Média no Brasil”, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Escolhemos partir dessas obras porque elas são referência no tratamento do tema e porque queríamos interrogar a estabilidade dos sentidos dos nomes nesses lugares: o científico e o político-administrativo. O gesto analítico leva em conta, nos recortes realizados, a configuração da cena enunciativa, isto é, a relação entre as figuras da enunciação (Locutor, locutor-x e lugares de dizer) e as formas linguísticas. A análise nos permitirá mostrar que as denominações produzem diferentes identificações a partir de divisões do real que significam o social diferentemente e que o movimento de identificação da sociedade é marcado pelos conflitos e contradições próprios do político, sobretudo no que diz respeito à configuração da classe média.

Palavras-chave: identificação social; classe média; classe C; nova classe média; político.

ABSTRACT

In this work, based on the theoretical perspective of the Event Semantics, we try to understand how the class names produce identifications of the society. Specifically, we go from the sense relations established between nominal terms "C class", "middle class" and "new middle class" in two works of social and economic sciences and of a government report. The work is part of discussions about the emergency or consolidation of a (new) Brazilian middle class, driven by social changes that occurred in the first decade of the new millennium in Brazil. From our place of linguists, we intend to show how the class names organize and distribute the social. Therefore, we take as corpus indentations of works "The new middle class: the bright side of the base of the pyramid," by Marcelo Neri; "The Brazilian middle class: ambitions, values and society projects", by Bolivar Lamounier and Amaury de Souza and the "Report for Definition of the Middle Class in Brazil", published by the Secretariat of Strategic Affairs of the Presidency. We choose from these works because they are reference in the treatment of the theme and because we intended to examine the stability of the senses of the names in these places: the scientific, the political and administrative. The analytical gesture takes into account, in the clippings made, the setting of the expository scene, that is, the relationship between the figures of enunciation (announcer, announcer-x and places to say) and the linguistic forms. The analysis will allow us to show that the appellations produce different IDs from divisions of the real that mean the social differently, and that the movement of identification of the society is marked by conflicts and contradictions typical of political, particularly with regard to the middle class configuration .

Keywords: social identification; middle class; C class; new middle class; political.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

CAP. I O CONCEITO DE CLASSE MÉDIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA IDENTIFICAÇÃO DO CENÁRIO NACIONAL.....13

1.1 Classe média: elementos para sua caracterização no sistema capitalista	15
--	----

1.1.2 A classe média nacional: apontamentos sobre sua evolução	19
--	----

1.2 A emergência ou consolidação de uma (nova) classe média nacional: posições afirmativas	24
--	----

1.2.1 A classe média como assunto estratégico da Presidência da República	27
---	----

1.3 O dissenso científico: (nova) classe média?	32
---	----

1.3.1 (Nova) classe média <i>versus</i> (nova) classe trabalhadora	36
--	----

CAP. II A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E OS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS42

2.1 Nome e conceito	46
---------------------------	----

2.2 A Semântica do Acontecimento e o tratamento do sentido	48
--	----

2.3 Denominação, referência e designação	53
--	----

CAP. III NOMES E DIVISÕES SOCIAIS: MOVIMENTOS DE SENTIDO59

3.1 “A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri	59
--	----

3.1.1 Classes sociais <i>versus</i> classes econômicas	65
--	----

3.1.2 “Nova classe média” como estado	67
---	----

3.1.3 Os nomes e as diferentes divisões sociais	67
3.2 “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza	70
3.2.1 ‘Classe social’ (de renda)	77
3.2.2 Divisões sociais	78
3.3 O “Relatório da Comissão para Definição da classe média no Brasil”, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República	79
3.3.1 A configuração do Locutor e a performatividade do Relatório	79
3.3.2 As denominações de classe e as divisões sociais no Relatório	84
3.3.2.1 ‘Classe com renda intermediária’, ‘classe média’, ‘nova classe média’	85
3.3.2.2 ‘Classe social’ e ‘classe de renda’	91
3.3.2.3 O social (re)dividido	92
 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

A reflexão que empreendemos neste trabalho, fundamentada na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, procura compreender como os nomes de classe produzem identificações da sociedade. Especificamente, observamos as relações de sentido estabelecidas entre as denominações “classe C”, “classe média” e “nova classe média” em duas obras das ciências sociais e econômicas e em um documento governamental. O trabalho busca, por meio do gesto analítico que observa a construção da cena enunciativa, mostrar que não há estabilidade no modo de organizar a sociedade e que o movimento de identificação social é político, porque inscrito em um quadro de conflito e contradições.

A história brasileira da primeira década do século XXI é marcada pelo debate acerca da consolidação de uma “nova classe média”, fruto do crescimento econômico vivido no período. Alguns dirão que a classe média aumentou; outros, que existe uma nova classe média que está ao lado da classe média já existente, “tradicional”; outros ainda, que essa nova classe média é a classe C que ascendeu. O jogo estabelecido entre as denominações se especifica em cada acontecimento enunciativo, mas é, em geral, marcado por contradições.

O debate se inicia com a publicação, em sítio eletrônico, do estudo “A Nova Classe Média”, por Marcelo Neri, em 2008. O autor, então coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, afirma, no trabalho, que milhões de brasileiros ascenderam à classe média. As pesquisas de mercado foram ostensivas na identificação do perfil do consumidor dessa classe. As revistas semanais e os jornais, massivos nas reportagens sobre o tema. As emissoras de TV redefiniram suas programações para contemplar o espectador da “classe C” com programas que abordavam a sua realidade. Como podemos ver, os efeitos simbólicos da afirmação da existência ou consolidação da “nova classe média” foram inúmeros.

No âmbito científico, vários autores se posicionaram sobre o assunto. Alguns aceitaram prontamente, sem muitos questionamentos, a interpretação afirmativa da nova classe média. Outros foram mais críticos e questionaram aspectos diversos da metodologia, da terminologia e dos resultados obtidos. A temática teve repercussão no meio governamental e deu origem a várias ações cuja finalidade era identificar o segmento médio da sociedade. O debate atravessa diferentes domínios de conhecimento e às vezes diz respeito a posições político-partidárias explícitas ou identificadas no movimento argumentativo dos textos.

Como “classe média”, “classe C” e “nova classe média” são nomes que funcionam como termos das ciências humanas e sociais, pretendemos interrogar os sentidos desses nomes em materiais de caráter científico. Para isso, recortamos como *corpus* de análise as obras “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri (2011)¹ e “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Amaury de Souza e Bolivar Lamounier (2010). Recortamos também o “Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil”, proposto pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2012) que, mesmo sendo um documento governamental de caráter político-administrativo, tem sua formulação sustentada em preceitos científicos, como mostraremos. A escolha das obras não é aleatória. Seleccionamos esses três materiais porque eles são referência no tratamento do tema e encaminham pesquisas ou propostas de políticas públicas, como é o caso do Relatório.

Segundo Sériot (2001, p. 16), o nome “é um objeto simbólico que dá existência a um grupo, cria uma descontinuidade numa continuidade. Torna os grupos contáveis”. Os nomes têm, dessa forma, um papel importante nos processos de identificação social que pressupõem segmentação populacional, como em uma divisão da sociedade em classes ou estratos, pois são os nomes que marcam a diferença entre os grupos referidos. O nosso trabalho, ao pensar a identificação social a partir das relações estabelecidas pelos nomes de classe, observa como o social aparece dividido e organizado nos diferentes acontecimentos de enunciação.

Mobilizamos, na análise, os preceitos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento, porque queremos entender como os nomes produzem identificações, a partir do modo como aparecem referindo nos acontecimentos enunciativos analisados. Dessa forma, são centrais para nós as noções de político, cena enunciativa, reescrituração e articulação, referência e designação, tal como teorizadas por Eduardo Guimarães.

No primeiro capítulo, apresentamos a noção conceitual de classe média e as principais problemáticas que ela evoca. Como a divisão social de classes se desenvolve a partir do sistema capitalista, situamos algumas interpretações acerca da reprodução da classe média em relação aos principais modelos de produção capitalistas ao longo dos séculos XIX e XX. Em seguida, fornecemos um panorama da evolução da classe média brasileira. Apresentamos a discussão acerca da emergência de uma nova classe média brasileira a partir da primeira

¹ Embora o estudo original date de 2008, seleccionamos, para composição do *corpus*, a obra de 2011, que sistematiza com mais consequências o estudo referido e incorpora os resultados dos outros estudos subsequentes desenvolvidos por Neri no Centro da Fundação Getúlio Vargas.

década do século XXI, tendo como referência as principais obras sobre a delimitação e conceituação desse grupo social. Mostramos, ainda, como se instala, no campo científico, o dissenso sobre a identificação das classes, em especial desta nomeada como *classe média*. Para isso, discutimos as proposições de alguns autores que se colocam de forma contrária à afirmação da existência ou consolidação desse grupo social, ou então, à sua nomeação como (nova) classe média. Destacamos também três autores que interrogam a ausência da dimensão do fator “trabalho” nas pesquisas e, a partir dele, afirmam que se trata da expansão da classe trabalhadora, e não da classe média.

O capítulo II é dedicado à apresentação da constituição do corpus e das posições teóricas e metodológicas que sustentam as análises. Discutimos a relação entre nome e conceito, para explicar nossa tomada de posição pela análise dos nomes. Apresentamos os conceitos e categorias analíticas mobilizados da Semântica do Acontecimento e seu modo de tratar o sentido. Por fim, discutimos o estatuto teórico da referência e da designação, mostrando como pensamos essas categorias a partir de nossa posição teórica.

No terceiro capítulo, apresentamos a análise propriamente dita. Para dar conta de explicar o movimento político de identificação social, observamos as relações entre as denominações de classe e o modo como o social aparece dividido e significado por elas. Ocupamo-nos, primeiro, da obra “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri; depois, do livro “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier e, na sequência, analisamos o Relatório para Definição da Classe Média no Brasil, desenvolvido por uma Comissão de especialistas instituída Pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Tecemos, depois disso, as considerações finais, a partir do que as análises nos permitiram concluir.

1. O CONCEITO DE CLASSE MÉDIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA IDENTIFICAÇÃO DO CENÁRIO NACIONAL

Benveniste (2005, p. 371) nos diz que “Toda a história do pensamento moderno e as principais realizações da cultura intelectual no mundo ocidental estão ligadas à criação e ao manejo de algumas dezenas de palavras essenciais, cujo conjunto constitui o bem comum das línguas da Europa ocidental.” Certamente, podemos incluir a palavra “classe” dentre estas ditas essenciais pelo autor. Isso porque a palavra “classe” funciona, para além de outros domínios, como o da lógica, como o termo genérico da divisão social e, ainda, como expressão moderna da designação dos grupos sociais (PIGUET, 1996), a partir das expressões nominais que forma (p. ex.: classe média, classe operária, etc.).

A palavra classe começa a adquirir seu sentido moderno a partir do século XVIII, com a Escola Fisiocrática, no contexto da economia política nascente (PIGUET, 1994, p. 100). Nesse momento ainda, ela divide espaço com outras palavras que referem divisões sociais, como “ordem”, “estado”, “posição”. Bénétón (1997, p. 7) explica que, vinda do latim *classis*, “classe” servia, na língua francesa, para significar distinções sociais, mas os conceitos hierárquicos de “linhagem” e de “estado” eram mais bem estabelecidos até o final do século XVIII. O autor menciona que, também na língua inglesa, até esse período, o conceito de classe não exprimia uma visão específica da organização ou da hierarquia social; era apenas um conceito dentre outros que referiam a realidade social.

Esse cenário começa a mudar entre o final do século XVIII e início do XIX, quando as identificações sociais pelas denominações de classe ganham corpo. Bénétón explica que a “linguagem de classe” nascente trazia uma nova visão das distinções e relações sociais. A “linguagem tradicional das ordens, das linhagens, das escalas, dos estados” era, segundo o autor, o vocabulário da sociedade aristocrática da Europa do Antigo Regime e consagrava oposições sociais fortes e estáveis porque partia da hereditariedade (nascimento) como fator de distinção. A “linguagem de classe”, por sua vez, “não evoca mais a distinção dos status, a continuidade da hierarquia, o jogo das interdependências e das inter-relações; ela fala, mais ou menos claramente, de distinções econômicas e de divisão social.”² (BÉNÉTON, 1997, p. 9)

² Tradução nossa. “Le *language of class* dit tout autre chose; il n’évoque plus la distinction des statuts, la continuité de la hiérarchie, le jeu de l’interdépendance et des interrelations, il parle, plus ou moins clairement, de distinctions économiques et de division sociale.”

No entanto, o modo como a palavra “classe” passou a significar a sociedade foi diferente em cada língua. O que queremos ressaltar é que a palavra pareceu ligar-se ao social de tal forma que pensar a sociedade é, inequivocadamente, tomá-la como dividida em classes. Esse uso genérico do termo produz a evidência de que toda divisão social é, por excelência, uma divisão em classes.

O verbete “classe social” da Enciclopédia Mirador Internacional diz que, conceitualmente, “Classes são um arranjo de coisas que se percebem como relacionadas e semelhantes entre si, formando grupos separados por linhas demarcatórias nítidas. Esses grupos acham-se coordenados ou subordinados uns aos outros, formando hierarquias, ou oposições.” (1993, p. 253). Concordamos com a definição acerca do caráter sistêmico que a divisão em classes produz, determinando hierarquias e posições. No entanto, as linhas demarcatórias das classes sociais não são nítidas, porque há muitos critérios de divisão e diferentes perspectivas de definição das classes.

De acordo com Bénéton (1997, pp. 4-5), a palavra *classe* participa das problemáticas de distinção social. Nesse sentido, para o autor, cabe diferenciar *estruturação* de *estratificação* social. A problemática da estruturação, segundo o autor, está centrada nas unidades significativas que estruturam a sociedade e comandam a vida social, ou, dito de outro modo, em “como a sociedade é organizada, não segundo critérios escolhidos pelo observador, mas tal como ela funciona na realidade, e quais são as forças que comandam sua evolução.” A estruturação analisa as distinções a partir das relações sociais, identificando os elos e os conflitos no seio da sociedade. A problemática da estratificação, por sua vez, está centrada na repartição hierárquica dos homens segundo critérios diversos. A esse respeito, afirma o autor que as “análises em termos de estratificação dividem a sociedade em camadas, estratos ou classes ordenadas de uma maneira escolhida pelo observador” e, portanto, elas dizem respeito à composição da sociedade e distinguem categorias artificiais, pois a classificação “não é tirada do real, ela lhe é aplicada.”³ O que vemos na prática, no entanto, é que, muitas vezes, estruturação e estratificação não se distinguem, ou os critérios de definição não parecem muito claros, contribuindo para que os sentidos de *classe* sejam muitos e para que os modos de dividir a sociedade em classes se especifiquem em cada obra, em cada autor. Procuramos mostrar com nossa pesquisa que não há, pois, estabilidade na forma de “organizar”, de dispor sobre o real da sociedade. Neste capítulo, apresentamos uma

³ Tradução nossa.

explanação sobre o conceito de *classe média* e seus diferentes modos de identificação no sistema capitalista e na realidade brasileira. Pretendemos, com isso, fornecer elementos históricos para a compreensão da discussão sobre a emergência de uma nova classe média nacional e mostramos como se configura esse debate e um quadro de dissenso acerca do tema no domínio científico.

1.1 Classe média: elementos para sua caracterização no sistema capitalista

As polêmicas sobre a identificação da classe média são inúmeras. Elas se devem, em parte, pela própria problemática instaurada pela delimitação das classes sociais, dado que, no campo científico, existem vários critérios diferentes de segmentação social e de definição de classe⁴, o que possibilita que “classe média” possa referir tanto uma realidade sócio-ocupacional quanto um estilo de vida ou um grupo constituído basicamente por um critério econômico, como a renda familiar. Podemos dizer, de modo bastante genérico, que a caracterização da sociedade em classes é parte das políticas de identificação social, vislumbradas em diversos âmbitos, sejam científicos, políticos ou midiáticos. Nesse processo, ganha destaque a identificação da classe média, pois, como a própria expressão indica, sua composição se situa entre as classes ditas superiores e inferiores, de acordo com o momento histórico considerado.

Para Bosc (2008, p. 6)

Se o termo “classe(s)” traduz a modernidade, quer dizer, a transição de uma sociedade organizada em torno de ordens ou de “estados” para outra em que os estatutos derivam em primeiro lugar da posição ocupada no aparelho produtivo – em sentido lato –, o qualificativo “médio” e seus derivados (intermediário, etc.) evocam, em razão mesmo de seu caráter fluído, representações variadas e posições sociais largamente tributárias do contexto histórico.⁵

⁴ Sobre esse aspecto, a literatura é ampla. Destacamos a obra “As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação. Coordenação de Raúl Benítez Zenteno e tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵ Tradução nossa. “Si le terme “classe(s)” traduit la modernité, c’est-à-dire le passage d’une société organisée autour des ordres ou des “états” à celle où les statuts dérivent en premier lieu de la place occupée dans l’appareil productif – au sens large –, le qualificatif “moyen” et ses dérivés (intermédiaire, mitoyen) évoquent, en raison même de leur caractère flou, des représentations variées et des positions sociales largement tributaires du contexte historique.”

Por se tratar de um instrumento de análise e de identificação da sociedade, a noção de *classe média* requer que se leve em conta sua dimensão histórica, já que permite variadas representações, como aponta o autor no excerto acima. A expressão “classe média” é uma tradução do inglês “middle class” e, segundo Urry⁶, “parece ter sido usada pela primeira vez pelo reverendo Thomas Gisborne, em 1785, para se referir à classe empresarial e proprietária (*middle class*) localizada entre senhores de terras, por um lado, e trabalhadores agrícolas e urbanos, por outro.” Por esse excerto, vemos que a problemática da classe média evoca certa polarização da sociedade, já que procura identificar o grupo “médio”, situado entre os pólos.

De acordo com Guerra *et al* (2006) e Quadros, Gimenez e Antunes (2012), o desenvolvimento capitalista, o progresso tecnológico e as transformações revolucionárias das estruturas produtivas engendraram diferentes estruturas sociais, cada vez mais complexas e de difícil compreensão analítica, o que justifica o esforço científico que se constituiu ao longo do tempo para tratamento da questão das classes e, para o que nos interessa, da classe média.

Pochmann (2014, p. 19) afirma que “ao longo do tempo, o capitalismo não levou à simplificação da estrutura social, mas, sim, tornou cada vez mais complexo e diversificado o seu entendimento.” O autor situa a evolução das definições de classe média ao longo do desenvolvimento capitalista, estabelecendo quatro principais tempos históricos de transformação no modo de produção do capital. São eles:

- **No capitalismo de livre concorrência**

De acordo com o autor, nesse padrão capitalista, podem ser encontrados três modos de identificação da classe média. Na Inglaterra, a Primeira Revolução Industrial concorreu para que a estrutura social herdada do feudalismo entrasse em decomposição. Nesse cenário, a classe média estaria constituída por industriais e capitalistas emergentes, sendo a “expressão da própria burguesia nascente.” (POCHMANN, 2014, p. 21) Na Alemanha, França e Estados Unidos, com a expansão retardatária da industrialização, “surge uma visão de classe média associada ao desenvolvimento dos serviços urbanos, portadores da autogestão no interior do próprio trabalho.” (POCHMANN, 2014, p. 21) Pochmann nos diz que a classe média “seria formada por segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais com interesses

⁶ In: OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

materiais e perspectivas ideológicas comuns, incapazes de serem situados tanto na classe operária quanto na burguesa.” (POCHMANN, 2014, p. 21)

O terceiro modo está ligado às formulações de Karl Marx, que concebeu os segmentos intermediários na fase de transição para a proletarização do capital e

procurou afastar qualquer possibilidade da existência de classes intermediárias à polarização estabelecida entre as classes estruturais (operária e burguesa) da sociedade capitalista em expansão. Isso porque o movimento de acumulação de capital se configuraria como um processo de proletarização do trabalho. Mesmo havendo classes intermediárias acima dos antagonismos diretos entre proletários e burgueses, elas seriam concebidas como provisórias. De um lado, haveria a presença de uma pequena burguesia constituída por pequenos proprietários na agricultura, no comércio e na produção urbana, que se apresentaria como uma espécie de resíduo de sociedades pré-capitalistas. De outro, existiriam segmentos assalariados compostos por empregados e técnicos superiores e portadores de relações ambíguas entre operários e burgueses. (POCHMANN, 2014, p. 21)

▪ No capitalismo oligopolista

Esse segundo padrão tem como cenário a Segunda Revolução Industrial e a irradiação da industrialização para outros países. De acordo com Pochmann, “a administração de múltiplas tarefas associadas às grandes empresas determinou o aparecimento de novas ocupações tecnificadas da produção para além das necessidades do chão de fábrica” (POCHMANN, 2014, p. 22) Surgiram, nas indústrias, “os departamentos de produção, de fornecedores, de vendas, de finanças, de pessoal, entre outros, que constituíram uma nova e gigantesca estrutura empresarial para a época” (GUERRA *et al*, 2006, p. 23)

Esse novo contingente de quadros de nível técnico e superior nas empresas provocou mudanças importantes na estrutura das sociedades urbanas e industriais. Sobre a identificação da classe média, Pochmann referenda a controvérsia entre comunistas e social-democratas europeus acerca da estrutura social:

De um lado, temos aqueles que identificaram o surgimento e o fortalecimento de uma nova classe média, relacionados às ocupações de gestores e técnicos não diretamente associadas à relação capital-trabalho, ainda que submetidas às condições gerais de reprodução ampliada do capitalismo. Por essa concepção, uma nova classe média viria substituir a antiga, formada por pequenos burgueses (micro e pequenos empresários, artesãos, comerciantes e profissionais liberais, entre outros), que fora contida gradualmente pelo processo de centralização e de concentração do capital oligopolizado. Assim, a ampliação dos segmentos ocupacionais intermediários resultaria da expansão da grande empresa fordista, capaz de alterar a velha estrutura social.

Por outro lado, a redução relativa da classe operária em comparação com o número total de ocupados seria percebida como insuficiente para diminuir o seu protagonismo no processo de transformação da sociedade capitalista e tampouco

comprometeria o papel da luta de classe estabelecida no interior de uma sociedade gerada pelo modo de produção capitalista.

O caminho de “medianização” da sociedade seria observado como intrínseco à geração ampliada de ocupações de classe média e ao movimento de homogeneização do assalariamento regulado e, também, como estruturador do conjunto do funcionamento do mercado de trabalho. (POCHMANN, 2014, pp. 23-24)

Guerra et al (2006, p. 23) afirmam que essa “época em que proliferaram os níveis de gerência, de administração e de supervisão no interior da grande empresa, foi justamente a fase de constituição de uma crescente classe média assalariada urbana.” As novas estruturas ocupacionais presentes nesse momento de consolidação das grandes empresas intensificaram as diferenças entre a nova classe média assalariada e a classe trabalhadora. É a partir das categorias sócio-ocupacionais que os autores resumem este segundo padrão:

Em síntese, a classe média do século XX apresentou três distintos componentes. De um lado, a alta classe média que se constituiu por pequenos e médios empresários, pela alta direção da administração pública e privada e por antigos profissionais liberais de nível superior (professores universitários, jornalistas, engenheiros, economistas, médicos, entre outros). No segmento pertencente às camadas médias, destacaram-se os postos intermediários da burocracia pública e privada das grandes empresas e da administração pública (mestres, professores do ensino médio, inspetores, ocupações qualificadas, empregados de escritório, analistas, entre outros), enquanto na classe média baixa se fundamentou a partir dos postos de trabalho como caixas, auxiliares de escritório, de burocracias, consultorias e saúde, técnicos em contabilidade, comunicações, entre outros (GUERRA *et al*, 2006, pp. 23-24)

▪ No capitalismo pós-industrial

Para Pochmann, esse padrão é marcado pela expansão do setor de serviços e pelo debate gerado acerca da diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, pois o conjunto dos assalariados está submetido à lógica do capital. Diferentes definições de classe média se constituem aqui. Uma primeira vertente redefiniu a classe média assalariada do setor de serviços, mas sofreu críticas das visões que questionavam a perda da centralidade do trabalho e também daquelas que afirmavam haver transformações no interior da classe trabalhadora, em virtude das mudanças do capitalismo. Outra vertente, de acordo com Pochmann, desenvolveu a hipótese de “medianização” da sociedade, que ressaltava a expressão política da nova classe média, também criticada pelos autores que rebateram com descrença esse movimento na estrutura social.

▪ No capitalismo monopolista transnacional

Pochmann nos diz que o início do século XXI é marcado pela diversidade de estruturas sociais vigentes. A dinâmica econômica impulsionou mudanças sociais, das quais destacamos a mobilidade ascendente nos países da região sul do mundo:

Em consonância com o deslocamento da riqueza global identificada pelo vigor do crescimento econômico e com a força estruturadora da produção de manufatura, há a tendência de ocorrer uma redivisão geográfica da classe média no mundo. Países anteriormente industriais, como os pertencentes à América do Norte e à Europa, perderam a participação relativa na divisão global da classe média, ao passo que a concentração da produção de manufatura na Ásia faz convergir o maior peso da classe média para aquela parte do mundo. (POCHMANN, 2014, pp. 40-41)

A partir da síntese das definições de classe média, Pochmann nos mostra como a questão guarda relação com o desenvolvimento capitalista, mas também chama a atenção para a necessidade de aprofundamento do tema, a fim de evitar conclusões apressadas e nem sempre consistentes com a realidade.

Acreditamos ter mostrado, ainda que brevemente, como o conceito de “classe média” é tributário do desenvolvimento do capitalismo. A síntese apresentada por Pochmann nos permitiu observar alguns padrões de identificação da classe média nos momentos principais do sistema capitalista. Em consonância com o que foi exposto aqui, discutiremos, no tópico seguinte, as identificações e os padrões de desenvolvimento da classe média nacional.

1.1.2 A classe média nacional: apontamentos sobre sua evolução

Guerra *et al* (2006, p.27) afirmam que “a classe média foi um corpo ausente durante o Brasil colonial”, sobretudo pela própria configuração econômica do período, marcada profundamente pela presença do trabalho escravo e, portanto, bem distante do modelo capitalista que começa a se desenhar na Europa nos séculos XVIII e XIX. Os autores mencionam que:

[...] os grupos médios, ralos e insignificantes, ou se aproximavam das elites dominantes, no caso dos profissionais liberais, submetidos à dominação oligárquica, na maioria das vezes participantes dela, ou compunham um diminuto povo laborioso, que procurava se distanciar do trabalho escravo, sem, contudo, formar um grupo significativo de artesãos em ofícios especializados, já que muitos destes eram escravos ou ex-escravos (GUERRA *et al*, 2006, p. 27).

Para Fernandes (1987, *apud* GUERRA *et al*, 2006), as potencialidades econômicas que emergiram no século XIX, no período compreendido entre a Independência e a República, permitiram, se não a estruturação de novos grupos sociais, ao menos a transfiguração dos antigos. Isso se dá, segundo Guerra *et al*, a partir da conjunção das estruturas políticas relativamente autônomas com a criação de uma nova situação de mercado que permitiu a expansão do comércio local e com o aumento dos serviços públicos, que propiciou que uma parte da população de subsistência fosse integrada ao mercado interno, ainda secundário.

Se é possível falar de classe média até o final do século XIX e início do século XX, é de uma classe média fundada quase exclusivamente na propriedade, decorrente do modelo primário-exportador vigente até então. Guerra *et al* (2006) explicam que:

[...] a classe média da época derivava fundamentalmente da existência da propriedade privada e da posse de algum meio de produção, geralmente operado no meio rural, por meio de pequeno e médio produtores em regime de negócio familiar, de empregado, eventualmente com trabalho assalariado, de administrador de fazenda, de comerciante e de transportador de produtos agrícolas (GUERRA *et al*, 2006, p. 28).

Explicam, ainda, que no meio urbano, havia uma classe média proprietária, “vinculada aos pequenos negócios das cidades, como no caso do comércio varejista, dos serviços especializados (literatos, artesãos), das atividades dos profissionais liberais autônomos (consultórios médicos, de advocacia, de engenharia, entre outros) e dos funcionários públicos (civis e militares)” (GUERRA *et al*, 2006, p.28-29) e, de forma reduzida, uma classe média constituída basicamente por empregados assalariados de maior posição.

Os autores admitem, no entanto, que a base econômica para emergência da classe média – ou das classes médias⁷ - “surgirá apenas no período pré-1930, enquanto a manifestação desse grupo social na cena política, assim como sua concretude econômica, deverão esperar pela consolidação do aparelho burocrático estatal e pela diversificação do mercado interno” (GUERRA *et al*, 2006, p. 28).

No que diz respeito à evolução da classe média no século XX, os autores apontam dois movimentos que figuram de modo importante na análise e identificação desse grupo social. O primeiro transcorreu a partir da década de 1930 e teve como pano de fundo os projetos de industrialização e urbanização nacionais, que concorreram para a expansão dos

⁷A variação entre singular e plural aparece na obra.

empregos assalariados de novo tipo e de maior rendimento. O segundo referenda um quadro de mudança da economia brasileira a partir da década de 1980 e “refere-se à decomposição das funções intermediárias no interior das grandes empresas” (GUERRA *et al*, 2006, p. 28)

A superação do modelo primário-exportador e o avanço do projeto de industrialização nacional - que, ao atribuir ênfase à urbanização, acarretou o êxodo rural -, deram propulsão à difusão do “padrão de reprodução de uma nova classe média assentada no assalariamento urbano”. (GUERRA *et al*, 2006, p. 29) Sobre essa classe, os autores afirmam:

Durante o período que vai de 1930 a 1980, a economia nacional expandiu vigorosa e rapidamente o seu parque produtivo urbano, o que permitiu constituir uma significativa classe média citadina assentada especialmente nos empregos intermediários da estrutura ocupacional. Com isso, houve uma ruptura com o que se conhecia até então como sendo classe média no Brasil. Adicionalmente, esse novo grupo cumprirá papel decisivo na confecção de uma nova estrutura de poder, na maioria das vezes centralizadora e elitista, mas que permitirá a expressão das demandas de outros grupos sociais, alargando o horizonte da representação política (GUERRA *et al*, 2006, p. 28)

E ainda:

Entre as décadas de 1930 e 1970, observou-se não apenas a rápida ampliação das dimensões da classe média brasileira, como também a alteração de sua composição interna. Ou seja, a partir do final da década de 1960, por exemplo, a camada média assalariada passou a se constituir majoritária no total da classe média no país, superando, então, as camadas médias proprietárias e detentoras de algum meio de produção (GUERRA *et al*, 2006, p. 29-30).

Durante o período mencionado (1930-1980), as ações econômico-governamentais afetaram diferentemente a composição da classe média. Até meados de 1950, com A Era Vargas e a presença do setor público na economia, a classe média esteve mais concentrada nas atividades ligadas ao Estado, “seja no âmbito das funções públicas tradicionais (educação, saúde e previdência social), seja no conjunto das atividades empresariais”. (GUERRA *et al*, 2006, p. 30) A partir da segunda metade da década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, com a instalação das empresas transnacionais no Brasil, “a classe média assalariada ganhou maior expressão no setor privado”. (GUERRA *et al*, 2006, p. 31) Foi, contudo, a partir do final da década de 1960 e começo da de 1970 – período do milagre econômico - que a classe média viveu seus anos dourados, devido à “expansão nos postos de trabalhos de nível superior no interior das grandes empresas privadas e do setor produtivo estatal”(GUERRA *et al*, 2006, p. 31).

A década de 80 marcou o segundo movimento indicado acima. Se até 1980, havia aumentado o contingente da alta classe média não proprietária, depois desse período

“voltou a crescer a participação da camada média baixa no total das ocupações tradicionalmente de estratos intermediários na estrutura ocupacional brasileira. Já os pesos relativos da média camada média e média alta praticamente se estabilizaram nas duas últimas décadas do século XX” (GUERRA *et al*, 2006, p. 35-36)⁸.

De acordo com Quadros, Gimenez e Antunes (2012), a estagnação econômica das décadas de 80 e 90 contribuiu para a elevação da miséria e da pobreza e para o atrofiamento da classe média. Guerra *et al* (2006) explicam que o avanço do emprego assalariado

[...] foi sendo praticamente contido diante do abandono do projeto de industrialização nacional. Passou-se a assistir, desde então, ao processo de desassalariamento da estrutura ocupacional, especialmente dos empregos tradicionais de classe média no interior das grandes empresas (GUERRA *et al*, 2006, p. 32).

Eles ainda afirmam que, em face dessa desestruturação do mercado de trabalho, certas ocupações anteriormente assalariadas se transformaram em postos de trabalho não-assalariados, como as ocupações na forma de mão-de-obra autônoma para as empresas. No âmbito público, houve a contenção de postos de salários intermediários, em virtude da privatização de setores estatais.

Por conta dessas mudanças, a década de 1990 marcou o rompimento do padrão de reprodução da classe média assalariada e a ênfase recaiu, agora, sobre o “conjunto de ocupações vinculadas à existência de algum meio de produção e a posse de propriedade privada, como no caso dos micros e pequenos negócios (escritórios, consultorias, micro e pequenas empresas) ou de atividades autônomas” (GUERRA *et al*, 2006, p. 32). Os autores chamam a atenção, no entanto, para o fato de que

Apesar da perda de importância relativa da classe média assalariada, não se identifica explicitamente ainda o fortalecimento de um novo padrão de reprodução desse segmento [...] No Brasil, há um misto de desassalariamento de postos de trabalho de classe média e expansão de micro e pequenos empreendimentos, o que aponta para a recuperação do peso da classe média proprietária e detentora de reduzidos meios de produção (GUERRA *et al*, 2006, p. 32)

Como as classes não são uma parte descolada da realidade social e, portanto, não são fundadas meramente em uma representação monetária, mas, antes, são também da ordem do vivido, sua práxis materializa o imaginário que têm de si mesmas, das instituições e das demais classes e, por ele, podemos perceber que os efeitos das reproduções da classe

⁸ As distinções apontadas pelos autores no interior da classe média são feitas a partir da estrutura ocupacional.

média no sistema capitalista são perceptíveis na vida política. Acerca das mudanças ocorridas a partir da década de 1980, Guerra *et al* (2006, p. 32) afirmam:

Os significados políticos dessa mutação são perceptíveis e se fazem sentir na vitalidade com que segmentos importantes dessa nova classe média repudiam o Estado e jogam o peso da crise sobre o excesso de direitos e de “encargos” sociais. A transformação da política social em algo que se deve concentrar apenas nos mais pobres, e da violência numa questão de falta de aparelhamento policial, guarda a sua origem no enfraquecimento sociológico de uma fração importante da classe média, cuja existência estava atada aos anseios de refundação nacional. Por outro lado, a nova classe média proprietária volta-se para o consumo das grandes empresas e das elites, mostrando-se profundamente reticente a qualquer forma de nacionalismo.

Os processos de transformação, motivados pelos sistemas econômicos ao longo do século XX, contribuíram para a fragmentação da classe média e para a complexidade da estrutura social brasileira, de acordo com os autores. As mudanças impetradas na classe média a partir da década de 1980 concorreram para o estabelecimento de certa polaridade no interior do grupo: uma classe média baixa muito mais próxima das classes populares ou trabalhadoras⁹ e uma classe alta quase indistinta da elite. A esse respeito, os autores pontuam:

A mobilidade e a ascensão social praticamente deixaram de existir para os grandes segmentos populacionais identificados com a classe média, com aprofundamento do processo de desaburguesamento de seu padrão de consumo. Por outro lado, a alta classe média desconecta-se socialmente, enriquecendo-se abruptamente, saltando para o topo da pirâmide. Para esses grupos, o assalariamento mostra-se circunstancial. O que conta é “grudar” nos grupos privilegiados. Boa parte da sua renda assume a forma financeira. Assim se comportam vários jornalistas, publicitários, administradores, assessores tributários e de finanças, advogados, analistas econômicos, e assim por diante. (GUERRA *et al*, 2006, p. 34)

Como nos mostram os recortes reproduzidos acima, há, sobretudo no final do século XX, certa rarefação da classe média. A partir da primeira década do século XXI, já com Lula na presidência, o Brasil experimentou a retomada do crescimento econômico:

A recuperação da economia nacional desde 2004, com o abandono das políticas de corte neoliberal e a influência de importantes políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, o Bolsa Família, o crédito ao consumo urbano e à agricultura familiar, as compras públicas, impactou diretamente a estrutura social. Ao mesmo tempo, a volta da mobilidade social, sobretudo na base da pirâmide social, foi motivada pela queda significativa na quantidade de miseráveis e pela ampliação do emprego formal, ainda de menor rendimento. (POCHMANN, 2014, p. 43)

A mobilidade social impulsionou a discussão sobre a emergência de uma nova classe média no cenário nacional. Institutos de pesquisa científica e de mercado apontaram a “classe C” como a grande protagonista das mudanças sociais e econômicas, o que a “tornou” a nova classe média. Situamos essa discussão no próximo item, apresentando as principais posições, nos campos científico e político, acerca da composição de uma nova classe média

⁹Alguns autores chamam esse processo de “proletarização da classe média”.

brasileira. Para o que nos interessou até aqui, procuramos mostrar como o conceito de “classe média” é erigido e discutido, tanto em nível internacional quanto nacional. A análise que desenvolveremos não parte do conceito, mas do nome “classe média” e das relações que ele mantém com outros nos textos em que aparece. Para isso, no entanto, precisamos mostrar como se configura o quadro de dissenso acerca da consolidação de uma (nova) classe média no Brasil.

1.2 A emergência ou consolidação de uma (nova) classe média nacional: posições afirmativas

As mudanças sociais ocorridas no Brasil durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo a partir de 2004, levaram à afirmação de que milhões de brasileiros ascenderam socialmente, o que impulsionou, para alguns especialistas, a emergência de uma nova classe média nacional. Destaca-se, nesse processo, a publicação, em agosto de 2008, do estudo do economista Marcelo Neri, à frente do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), intitulado “A Nova Classe Média.”¹⁰ No estudo, Neri aponta a motivação da pesquisa:

O Brasil foi promovido no primeiro semestre de 2008 a “*investment grade*” pelas agências internacionais de *rating*. Em 2007 passou a integrar o grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto pela ONU. O presente estudo revela a contrapartida disto no dia a dia da parte mais sensível da anatomia humana: o bolso. A parcela da classe C subiu 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, neste mesmo período a nossa Classe A e B subiu 33,6%. Portanto de antemão para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário. Outro ponto inicial, os indicadores substantivos assim como os simbólicos indicam a ocorrência de um *boom* na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estão nos seus níveis recordes históricos (NERI, 2008, p. 5)¹¹.

¹⁰ Seguiram-se a este estudo inúmeros outros, como por exemplo “Miséria e a Nova Classe Média na década da igualdade”, de 2008; “Consumidores, produtores e a Nova Classe Média: miséria, desigualdade e determinantes das classes”, de 2009; “A Pequena Grande Década: crise, cenários e a Nova Classe Média” e “A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres”, ambos de 2010 e “Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a Nova Classe Média brasileira”, de 2011, dentre outros. Essas pesquisas levaram à publicação, em 2011, do livro “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”. O conteúdo das pesquisas citadas é quase todo, de algum modo, reproduzido no livro, por isso escolhemos tomar a obra como objeto de análise no capítulo III, e não as pesquisas isoladas, publicadas no endereço eletrônico da FGV.

¹¹ Nota-se a presença de inúmeros erros gramaticais e de repetições ao longo do texto da pesquisa. Xavier Sobrinho (2011) aponta a sensação de urgência que transparece do estudo.

O autor adota a estratificação, bastante popular, proposta pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)¹², que, pelo Critério Brasil, divide a sociedade nas classes A, B, C, D e E. A ênfase dessa segmentação recai sobre a posse de bens móveis e imóveis, sobre a escolaridade e sobre a presença ou não de serviços públicos de ordem estrutural, como água encanada e saneamento básico. No excerto acima, Neri (2008) atribui o “boom” na classe C à geração de emprego e à posse de bens de consumo, o que aponta um indicador de definição da classe média em seu trabalho. Na sequência, o autor afirma:

A classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. A faixa C central está compreendida entre os R\$1064 e os R\$4561 a preços de hoje na grande São Paulo. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século. Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Alguns olham para a nossa classe C e a enxergam como média baixa e para a nossa classe B e a enxergam como classe média alta. O mais importante é ter um critério consistente definido. A nossa classe C aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. [...] A classe C ela *[sic]* é a imagem mais próxima da sociedade brasileira (NERI, 2008, p. 5).

Aqui, é apresentado outro indicador: a renda familiar. Neri institui a classe C como classe média pelo critério econômico, o que a torna classe média no sentido estatístico, de acordo com o autor. A demonstração dos dados, aliada à predicação da classe C como aquela que aufere a renda média da sociedade e como a imagem mais próxima da sociedade brasileira fazem crer que o Brasil já é ou está se tornando um país de classe média, ou seja, um país que tem sua população majoritária representada na classe média.

Outro indicador apresentado pelo autor é a percepção em relação ao futuro. Nesse sentido, Neri se filia às posições do colunista Thomas Friedman do The New York Times, para dizer que o que diferencia a classe média é o fato de ela ter um plano definido de ascensão social para o futuro. O “anseio de subir na vida”, segundo o autor, é o que impulsiona a mobilidade.

¹²O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), popularmente conhecido como Critério Brasil, foi formulado pela ABEP e passou a vigorar a partir de 2003. Ele se inscreve em uma história de estratificação social que remonta à década de 70 do século XX, quando as práticas de *marketing* ganharam impulso no Brasil. Embora imaginariamente o Critério funcione como critério de classificação social, trata-se de uma proposta de segmentação de mercado. Como adverte a ABEP, o “Critério de Classificação Econômica Brasil, *[sic]* enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de ‘classes sociais’. A divisão de mercado definida abaixo é, exclusivamente de **classes econômicas**” (grifos da ABEP). Dessa forma, o Critério opera uma divisão entre *classes sociais* e *classes econômicas* e significa as classes econômicas como um modo de divisão de mercado.

A publicação do estudo gerou imensa repercussão nas instâncias midiáticas. As reportagens sobre a “nova classe média brasileira” foram destaque nas revistas semanais, enfatizando, sobretudo, o potencial de consumo das pessoas que integram essa classe. No campo científico, os efeitos da publicação se fizeram sentir, reabrindo o debate sobre a configuração da classe média nacional e mesmo sobre a existência dessa nova classe tão propalada¹³.

A publicação, em 2010, do livro “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade” por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, marcou uma tentativa de conhecer o quadro atual da classe média brasileira, especificamente a partir das mudanças que ocasionaram a emergência da “nova classe média” e o “acesso de milhões de brasileiros a um padrão mais elevado de consumo”. Eles partem da estratificação proposta pelo economista da FGV para situar a nova classe média em relação à renda.

De acordo com os autores, no prefácio da obra, “Do ponto de vista sociológico, o processo focalizado, que também ocorre em países como Índia, China, Irã e Rússia, é a rápida transformação da chamada classe C em numerosos estratos de nível mais alto, situados ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional”¹⁴. Da mesma forma que Neri (2008), Lamounier e Souza (2010) identificam a classe C como nova classe média, afirmando que “ao lado da chamada classe média A/B, constituída pelos estratos médios mais antigos, coexistindo com ela e adquirindo hábitos semelhantes, observa-se cada vez mais a presença de indivíduos e famílias provenientes da chamada classe C” (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 1).

Na tentativa de fornecer um panorama dos valores, projetos, visões de mundo dessa classe média, os autores lançam mão de pesquisas empíricas de opinião, quantitativas e qualitativas, conduzidas pelo IBOPE junto à população brasileira. Essas pesquisas recobrem amplos segmentos da vida social, como o papel das instituições e do Estado, a qualidade dos serviços ofertados, os bens de consumo, além da própria percepção que os entrevistados têm de si mesmos enquanto classe.

Os autores concluem pela análise do imaginário acerca de cada um dos elementos considerados nas entrevistas e que

¹³ Apresentaremos, no próximo capítulo, algumas posições contrárias à configuração desse grupo como (nova) classe média.

¹⁴ Neri (2011), diferentemente, aponta que não se trata de uma divisão sociológica das classes, mas econômica.

[...] de fato, milhões de brasileiros passam a experimentar a mobilidade social em um contexto de mudança no plano das identidades coletivas; de mudanças que dizem respeito não apenas a taxas ou padrões individuais de mobilidade, mas ao próprio sistema de estratificação social. A classe C deixa de ser “baixa” e começa a ser “média”, disputando espaço aos estratos situados imediatamente acima dela – ou seja, às classes médias tradicionais (LAMOUNIER; SOUZA, 2010, p. 157).

As obras de Neri (2008) e de Lamounier e Souza (2010) são tomadas como referência no tratamento da questão da nova classe média, seja para concordar com esses autores sobre a existência ou consolidação dessa classe, seja para se opor a eles em relação ao tema.

Como já falamos acima, a ideia de uma nova classe média despertou bastante interesse, inclusive do próprio governo federal. A seguir, descrevemos a conceituação da classe média no “Relatório de Definição da Classe Média no Brasil” e situamos esse acontecimento em relação à política de identificação ensejada por essa instância governamental.

1.2.1 A classe média como assunto estratégico da Presidência da República

A adoção de uma política pautada no crescimento econômico, na redução das desigualdades e na melhoria da distribuição de renda¹⁵ pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, fez com que a atenção das políticas públicas para inclusão social se concentrasse, sobretudo, na redução da pobreza, que alcançava altos índices nos primeiros anos do novo milênio.

Nos anos finais dessa década, em comparação aos iniciais, a situação econômica brasileira apresentava um quadro de desenvolvimento elevado, com redução das desigualdades, como indicam pesquisas e estudos já citados aqui e os próprios materiais publicados pelas Secretarias governamentais e referidos mais adiante. Isso fez com que a atenção da política governamental não se voltasse mais tão somente para o combate da pobreza, mas passasse a considerar como importantes as ações de manutenção das melhorias obtidas pelos grupos que protagonizaram o movimento de ascensão:

¹⁵Ver “Política Econômica e Reformas Estruturais”, publicação do Ministério da Fazenda que explicita as diretrizes econômicas do governo Lula. Disponível em: http://www.fedepsp.org.br/superior/politica_econ_ref_estrut.pdf

[...] na medida em que as políticas de combate à pobreza e à extrema pobreza foram eficientes em suprir as necessidades básicas do segmento mais pobre da população, são necessárias outras políticas para garantir àqueles que conseguiram sair da situação de pobreza que continuem avançando.¹⁶

A Presidência da República incluiu o tema “classe média” na pauta de assuntos estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR). Essa Secretaria foi um órgão essencial da Presidência da República; criada pela Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008 e extinta na reforma ministerial de outubro de 2015, teve como responsabilidade assessorar o Presidente, direta e indiretamente, no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional¹⁷. A SAE/PR era composta pela Secretaria de Ações Estratégicas, pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; contava, ainda, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como sua entidade vinculada.

De acordo com o parágrafo 2º, do artigo 24-B, da Lei nº 11.754, competia à SAE:

- I- o planejamento nacional de longo prazo;
- II- a discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;
- III- a articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo; e
- IV- a elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo.

Consoante às Treze Diretrizes do Governo¹⁸, definidas pela Presidência da República, a SAE/PR identificou cinco temas de importância vital para o aperfeiçoamento e integração das políticas, planos e programas sociais existentes e que representavam desafios ao Governo Federal. Dentre os cinco, constava a promoção e consolidação de uma classe média produtiva e dinâmica.

Segundo notícia publicada na mídia governamental,

O órgão quer estudar detalhadamente o grupo, que já representa praticamente metade da população, para sugerir ações que funcionem como uma espécie de trava que garanta a sua nova posição na sociedade. A ideia é impedir a perda de poder

¹⁶ In: Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/documentos/publicacoes/perguntas-e-respostas-sobre-a-definicao-da-classe-media/>

¹⁷ Lei 11.754. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11754.htm

¹⁸ Documento que registra os treze compromissos programáticos, ou diretrizes, do governo petista. Disponível em: www2.planalto.gov.br/presidencia/diretrizes-de-governo

aquisitivo dos que ascenderam às classes C e D na última década e o retorno dessa fatia da população à situação de pobreza¹⁹.

Como a atenção sobre a divisão social está posta em um lugar específico – o Estado –, é interessante compreender como essa instituição pressupõe processos de identificação da sociedade para formulação de políticas públicas adequadas às necessidades dos diferentes grupos que compõem o tecido social. Em outras palavras, é necessário considerar a forma como as políticas governamentais reúnem segmentos populacionais com características afins²⁰ e passa a identificá-los na estrutura social. A pressuposição desses grupos na elaboração de políticas sociais concorre para que a ação do Estado seja direcionada e efetiva.

Tendo a atenção voltada para a “(nova) classe média”, por esta representar o contingente protagonista das mudanças socioeconômicas, e para que as políticas públicas fossem adequadamente direcionadas às necessidades desse grupo, a SAE, como uma de suas primeiras medidas em relação ao tema, instituiu uma Comissão, formada por diferentes especialistas, para proposição de uma definição de “classe média”. O resultado do trabalho da Comissão foi publicado como “Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil”. Sobre a necessidade da definição, o Relatório explica:

Seja simplesmente para fins de compreensão dessa heterogeneidade, para fins mais analíticos relacionados à determinação da origem ou das consequências dessa diversidade, ou para adequar programas sociais a distintas necessidades, pode ser útil dividir a população em grupos. Ao contrário da situação anterior, nesse caso os grupos não existem realmente. Eles são um constructo analítico cuja utilidade pode ser avaliada em termos do quanto facilita a compreensão da heterogeneidade, quanto permite identificar a origem e as consequências, e quanto permite adequar os programas sociais. No entanto, não existe informação adicional que permita avaliar o grau de fidedignidade da classificação adotada, uma vez que os grupos não existem verdadeiramente *a priori*, eles são apenas um instrumento analítico. Exemplos clássicos são as classificações dos postos de trabalho entre formais e informais ou das famílias entre extremamente pobres, pobres e não pobres (BRASIL. SAE, 2012, p.13).

E continua, discorrendo sobre a natureza do conceito de classe média:

Claramente a definição de classe que esta Comissão busca pertence a esse segundo grupo. Não existe uma divisão natural que permita determinar quem pertence e quem não pertence à classe média. Dessa forma, não existe um conjunto de informações que, uma vez disponível, permita classificar de forma única e fidedigna uma família como pertencente ou não à classe média. Na verdade, o conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social. Sua validade deve ser avaliada não em termos de sua fidedignidade, mas sim em termos de sua utilidade analítica, seja para a

¹⁹ Disponível em <http://www.sae.gov.br/site/?p=5423#ixzz3PGMw61sV>

²⁰ Essas características serão delimitadas de acordo com a metodologia empregada na segmentação. Geralmente, o critério utilizado é o de renda.

compreensão da dinâmica social brasileira, seja para a melhoria do desenho e da adequação dos diversos programas sociais, contribuindo, portanto, para a sua maior eficácia (BRASIL. SAE, 2012, p. 13).

O critério utilizado pela Comissão para definir a classe média é o grau de vulnerabilidade, desenvolvido originalmente pelo Banco Mundial. De acordo com esse critério, o que determina a configuração das classes é a diferença na probabilidade de virem a ser pobres no futuro imediato. Isso produz uma distinção nas atitudes em relação ao futuro:

Argumenta-se que não só os pobres, mas também todos aqueles que percebem que têm elevada probabilidade de se tornarem pobres no futuro próximo, adotam estratégias defensivas e mais imediatistas voltadas para mitigar os efeitos da pobreza e reduzir as chances de se tornarem pobres ou de agravar seu grau de pobreza. Esse tipo de atitude leva a formas de atuação preventivas e que envolvem poucos investimentos, com baixa propensão a assumir riscos. Por essas razões, aparentam certa miopia, certa indiferença com relação a eventos um pouco distantes do imediato.

No entanto, na medida em que a possibilidade de vir a ser pobre declina, as famílias ganham capacidade de imaginar e planejar o futuro, assim como de realizar investimentos e tomar outras atitudes concretas dirigidas à construção desse futuro (BRASIL. SAE, 2012, p. 41).

Segundo o Relatório, o grau de vulnerabilidade é medido de acordo com o valor fixado para linha da pobreza e a noção de futuro próximo dimensionado em três cortes: a) a partir da probabilidade de vir a ser pobre no próximo ano; b) a partir da probabilidade de vir a ser pobre em algum dos próximos cinco anos e c) a partir da probabilidade de ser estruturalmente pobre. A partir desses três cortes, a Comissão chegou aos *percentis* de distribuição da renda e, feita uma polarização nas variáveis socioeconômicas, estabeleceu a divisão da sociedade em três classes – classe alta, classe média e classe baixa – cada uma subdividida novamente. Assim, a Comissão estabeleceu oito faixas de renda (relativas a 2012) entre as três classes.

A classe baixa compreende:

i) os extremamente pobres, que são aqueles que possuem renda familiar per capita de até R\$81; ii) os pobres (mas não extremamente pobres), aqueles com renda familiar per capita entre R\$81 e R\$162 e iii) os vulneráveis, aqueles que estão acima da linha de pobreza e abaixo da linha da classe média, ou seja, que possuem renda familiar per capita entre R\$162 e R\$291.

A classe média, por sua vez, é, de acordo com o Relatório, integrada pela baixa classe média – que compreende as famílias com renda *per capita* entre R\$291 e R\$441 -, pela média classe média – que se encontra entre as faixas de renda de R\$441 e R\$641 – e pela alta classe média – cuja renda familiar varia entre R\$641 e R\$1019 *per capita*.

Por fim, a classe alta é dividida em baixa classe alta – cuja renda varia entre R\$1019 e R\$2480 – e alta classe alta – variando com valores acima de R\$ 2480.

Paralelo à publicação do Relatório, a Secretaria publicou o Caderno “Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média”, um documento que “sintetiza em linguagem simples os principais resultados do Relatório para Definição da Classe Média no Brasil, bem como procura responder dúvidas acerca da definição de classe média escolhida pela Comissão”.²¹ O Caderno funciona como uma apresentação didática do Relatório.

Antes da publicação desses documentos, a SAE apresentou, no Seminário Políticas Públicas para a Nova Classe Média, organizado em agosto de 2011, o compêndio “Classe Média em números”, um levantamento que apresenta as características pessoais (sexo, faixa etária, raça) e educacionais (anos de estudo, taxa de analfabetismo, entre outros), demonstrando a evolução no perfil desse estrato social de 1999 a 2009. O estudo permite conhecer também a participação do grupo no mercado de trabalho e de consumo.

Outras duas publicações anteriores foram as “45 Curiosidades da Classe Média”, uma totalidade enumerativa que fornece um panorama do grupo referido, e o Caderno “A Nova Classe Média: desafios que representa para a formulação de políticas públicas”, que elenca uma série de pontos polêmicos do grupo e que representam desafios para as ações da Secretaria.

A elaboração da definição permitiu à Secretaria de Assuntos Estratégicos implementar o programa “Vozes da Classe Média”, uma série bimestral de estudos que procurou mapear os desejos, comportamentos, valores e atitudes desse grupo. O projeto visou, segundo o dizer da Secretaria, contribuir para o aprofundamento do conhecimento do grupo. Ao todo, foram publicados quatro cadernos entre 2012 e 2013.

Como percebemos, a Secretaria de Assuntos Estratégicos desenvolveu uma série de ações e publicou diversos materiais que tiveram como pressuposto a identificação da “classe média”. Podemos dizer que essas ações integram a política de identificação social no âmbito governamental.

²¹ De acordo com www.sae.gob.br/site/?p=13431

1.3 O dissenso científico: (nova) classe média?

Na contramão dos autores vistos até agora, favoráveis à identificação do grupo social mais afetado pelas mudanças político-econômicas brasileiras como “classe média” ou “nova classe média”, estão outros que se opõem ao emprego dessas denominações.

Xavier Sobrinho (2011) parte das formulações propostas por Marcelo Neri e aborda criticamente a noção de “nova classe média”. O autor questiona a referência criada pela articulação dos três elementos formadores do nome: a configuração do grupo social como “classe”, já que o critério definidor é basicamente o da renda familiar; sua identificação como “média” e seu caráter de novidade. Após discutir as filiações conceituais do estudo do economista, o autor afirma que “a construção de Neri identifica-se mais, operacional e epistemologicamente, com o “Critério Brasil” das empresas anunciantes e ofertantes de pesquisa do que com qualquer abordagem sociológica a respeito de classes sociais.” (XAVIER SOBRINHO, 2011, p. 74) Essa identificação serve de base para a crítica acerca da configuração do estrato recortado como “classe”, pois denota a fragilidade ou inconsistência de um princípio estrutural de classes.

O autor também menciona a impropriedade de caracterização desse estrato como “classe média” a partir dos caracteres qualitativo – concernente à natureza das ocupações e do status dos seus integrantes – e quantitativo – dizendo respeito ao intervalo entre rendas familiares que teve como marco o valor fixado em R\$1.064, à época de realização da pesquisa. Segundo Xavier Sobrinho (2011, p. 75),

[...] é flagrante a assintonia entre o padrão de vida possibilitado por ganhos dessa magnitude, de um lado, e, de outro, as representações sociais tradicionalmente associadas a uma posição e a um estilo de vida de “classe média” – carregado de distinções, do ponto de vista material e/ou simbólico, frente às classes inferiores.

O último ponto questionado do trinômio é o caráter de novidade atribuído à possível classe, pois há, de acordo com Xavier Sobrinho, no texto de Neri, um deslizamento permanente “entre o que é mera expansão quantitativa, o que é uma ressignificação geral da “classe” por conta dos novos ingressantes e o que é a “justaposição” de um contingente novo a uma classe consolidada” (XAVIER SOBRINHO, 2011, p. 79).

A descrição dos movimentos sociais operada por Neri serve, de acordo com Xavier Sobrinho, a diferentes motivos:

Por um lado, serve para sustentar uma visão que aproximaria o Brasil, ainda que tendencialmente, do horizonte ideológico do “sonho americano” (uma denegação da existência de classes). Por outro, os termos “nova classe média” ou “classe C”, apropriados pelo senso comum, têm operado, em alguns casos, como “categoria de acusação” eufemizada contra os segmentos populares. Recriam-se os preconceitos das camadas autoidentificadas com a “velha” classe média, que buscam reintroduzir, no plano simbólico, a distinção de que se sentem privadas, devido à proclamada hipertrofia de “seu” território social (XAVIER SOBRINHO, 2011, p. 76).

A crítica de Xavier Sobrinho parte não apenas do critério econômico como definidor da classe média, mas das representações e dos modos de vida ligados à configuração das classes. O autor deixa bem marcada a diferença entre “nova classe média” ou “classe C” – que aqui se equivalem – e “velha classe média”. Uma visão semelhante acerca do emprego do nome “nova classe média” é partilhada por Vicente, para quem:

[...] chamar a população emergente que veio a fazer parte da classe C de “nova classe média” parece pretender demonstrar que o país está fundamentado na classe média e não na imensa massa de trabalhadores manuais, trabalhadores do setor de serviços, nos pobres e excluídos que ainda representam uma parcela bastante significativa da população (VICENTE, 2013, p. 82).

Quadros, Gimenez e Antunes (2012), partindo da estratificação da sociedade pela sociologia do trabalho, dedicam atenção a cinco “classes”²²: alta classe média, média classe média, baixa classe média, massa trabalhadora e miseráveis. Os autores mostram que há redução no número de miseráveis, “com a correspondente expansão da massa trabalhadora (pobre), mas, sobretudo, da baixa classe média (remediada)” (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2012, p. 4). Eles ainda indicam que a mobilidade é bastante reduzida nas outras duas camadas, a alta classe média e a média classe média, “que simbolizam a autêntica classe média brasileira” (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2012, p.4).

Para os autores, a emergência de uma nova classe média é propagada por dois tipos de pesquisadores: os primeiros, identificados com a política social recomendada pelo Banco Mundial que tem como foco os miseráveis, estabelecem “uma linha de corte para o ingresso na classe média bastante baixa, gerando uma estrutura social com uma classe média super dimensionada” (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2012, p.5). Os segundos são aqueles que exaltam as virtudes sociais da política econômica neoliberal e,

comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos, a menor desigualdade social e a queda da pobreza. Mas escamoteiam o impacto do crescimento acelerado e a necessidade da reindustrialização e da reestruturação dos serviços públicos que, ao lado de suprir as carências históricas da educação, saúde, segurança, saneamento, habitação, etc.,

²²Os autores empregam, com mais frequência, as palavras “estratos” e “camadas” como reescrituração de “classes” ao longo do texto.

também resultariam na ampliação de um verdadeiro contingente de profissionais de classe média.

Colocando-se na contramão desses dois tipos de pesquisadores e, igualmente, contra a dedução das posições de classes da estrutura de consumo, os autores afirmam que:

[...] a chamada classe C ou a nova classe média, símbolo da retomada do crescimento no Brasil neste início do século XXI, está longe dos estilos de vida que caracterizavam a nova classe média como a grande novidade do século XX. A atual nova classe média ou classe C – auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem etc. – tem insuficiências e carências de todo tipo, em termos dos seus padrões e estilos de vida (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2012, p. 9-10).

Fleury (2013, p.69) afirma haver uma política de fabricação da classe média, “seja como conjunto de decisões de políticas concretas seja como produção de representações desejáveis sobre o que se pode esperar como projeto de sociedade.” Essa política, fundada no consumo, se distancia dos ideais igualitários e não possibilita a construção de uma sociedade solidária e justa. Nesse sentido, segundo a autora,

As evidências sobre os efeitos distributivos das políticas que elevaram o emprego, o salário mínimo real e, conseqüentemente os benefícios, além das transferências condicionadas – nessa ordem de impacto – ainda são insuficientes para transformar a estrutura social brasileira. Não só pelo baixo volume de recursos públicos alocados, mas, fundamentalmente, pelos limites decorrentes do modelo de desenvolvimento em curso, que não assegura sustentabilidade ao crescimento econômico com maior igualdade (FLEURY, 2013, p. 74).

Kerstenetzky e Uchôa (2013) observam os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE de 2008-2009, a fim de analisar “o perfil socioeconômico dos domicílios que pelo critério de renda têm sido identificados como integrantes de uma nova classe média, para examinar a justeza da classificação” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 17). As autoras partem “do fato estabelecido”²³ da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade na distribuição da renda brasileira, com crescimento superior da renda dos mais pobres em relação à dos mais ricos, para questionar se, do ponto de vista da estrutura social, os cerca de 30 milhões de brasileiros que superaram a linha de pobreza constituem, de fato, uma nova classe média, tal como respondem de modo bastante evidente os autores e formuladores de políticas públicas.

Elas levam em conta critérios sociológicos, por entenderem que, mesmo havendo diferentes formas de mensuração e definição das classes e relações sociais, “há amplo consenso quanto a ser a renda auferida pelas famílias um critério claramente insuficiente”

²³ Expressão empregada pelas autoras.

(KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 16). Especificamente, elas se apoiam no crivo do “estilo de vida” da sociologia de Pierre Bourdieu²⁴ e elegem os marcadores “casa própria com padrões elevados de habitação”, “acesso ao crédito”, “educação universitária” e “demanda privada por bens providos pelo Estado” para observarem o perfil socioeconômico dos domicílios. Tais marcadores funcionam como distintivos da classe média na literatura especializada referida no estudo.

A partir da consideração dos marcadores descritos, as autoras esperam que o perfil socioeconômico dos domicílios que se enquadram na classe média, de acordo com a proposta classificatória de Neri, apresente “casa própria com padrões de habitação elevados, com chefes com acesso a crédito, detentores de educação universitária e planos privados de saúde, cujos filhos em idade escolar frequentam escolas particulares” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 19), para que esses domicílios atendam às exigências sociológicas de caracterização enquanto classe média. No entanto, o que se observou foi um perfil com “casa própria sem adensamento de moradores, contendo, porém, apenas um banheiro, com chefes sem cartão de crédito, cheque especial, plano de saúde ou educação superior, com filhos na rede pública de ensino” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 23).

As autoras ainda chamam a atenção para o fato surpreendente de que “na assim chamada “nova classe média” haja muitos domicílios com adensamento e sem banheiro, que uma proporção significativa dos chefes tenha cursado apenas o ensino fundamental e muitos deles sejam ainda analfabetos” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 23).

Tendo em vista o resultado da análise, Kerstenetzky e Uchôa (2013, p. 28) concluem que “os brasileiros abrigados sob a classificação de membros da nova classe média ainda estão longe de corresponder à “promoção social” que lhes foi atribuída: a maioria deles pode ser de fato considerada pobre sob qualquer critério que leve em consideração adequação nos níveis de bem-estar”. Para elas, “a promoção de fato dessas famílias à classe média depende de que possam acessar bens e serviços de qualidade, o que não conseguem exclusivamente por meio de seus rendimentos” (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013, p. 28).

²⁴ As autoras explicam que, para Bourdieu, “classe média” não diz respeito a um padrão de consumo, mas a um estilo de vida marcado distintivamente pela habitação, educação, consumo de serviços, acesso a capitais, dentre outros critérios.

1.3.1 (Nova) classe média *versus* (nova) classe trabalhadora

Pochmann (2012, p. 7) aponta a inclinação de algumas visões teóricas recentes em atribuir o foco da atenção sobre o movimento na estrutura social brasileira para o estrato agrupado quase exclusivamente pelos critérios de rendimento e consumo. Por isso, ele chama a atenção para a necessidade de interpretações mais abrangentes acerca da metamorfose na estrutura social, “que possam ir além da abordagem rudimentar e tendenciosa a respeito da existência de uma nova classe média”.

Para Pochmann (2014, p. 16), a temática da estrutura social brasileira está “nitidamente transbordada de realidade por força do superdimensionamento fictício de uma grande e nova classe média, descontextualizada de qualificação analítica e de base empírica consistente”. Em virtude disso, ele considera inconsistentes as atuais definições da nova classe média brasileira, ao afirmar que,

[...] entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. O mesmo parece se repetir em outras dimensões geográficas do globo terrestre, sobretudo na periferia do capitalismo, conforme o interesse de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, entre outras) em difundir os êxitos da globalização neoliberal (POCHMANN, 2012, p. 8).

Como alerta Estanque (2013, p. 171), os “nomes nunca são inocentes, e a noção de “classe média” é, sem dúvida, um dos exemplos mais flagrantes do poder ideológico das palavras.” A ênfase que o emprego do nome “classe média” fornece, para constituição do grupo que, segundo alguns especialistas, saiu da linha de pobreza, está articulada a dois fatores relacionados: historicamente, a identificação da classe média à burguesia e, portanto, sua proximidade com as camadas detentoras dos meios de produção nas sociedades capitalistas e o consequente imaginário de prosperidade de que goza um país que tem na classe média sua população majoritária. Essa articulação nos mostra, então, que a narrativa acerca da ascensão à classe média parece atender aos objetivos políticos e ideológicos dos governos, ao funcionar, mesmo que imaginariamente, como índice de avaliação da competência governamental, sejam esses governos de base neoliberal ou de base social-desenvolvimentista.

Em resposta à construção dessa narrativa, Pochmann afirma que a conjunção do crescimento econômico vislumbrado na primeira década do século XXI com as políticas de transferência de renda concorreu para o “fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho” (POCHMANN, 2012, p. 10). Ele explica que:

[...] após a longa noite constituída pelas duas últimas décadas de congelamento da estrutura social brasileira, consolidou-se uma expressiva geração de novas ocupações acompanhada por uma consistente política de rendas voltada para o deslocamento da curva da distribuição de renda dos 40% mais pobres da população. A identificação desses segmentos e a análise do movimento geral da ocupação e do rendimento reforçam os laços significativos da volta da mobilidade social ascendente no país, sobretudo na base da pirâmide social brasileira, que nada tem de nova, tampouco de classe média (POCHMANN, 2014, p. 18).

E ainda:

Mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares (POCHMANN, 2012, p. 10).

Vemos, pelo recorte, que Pochmann estabelece uma diferença entre “classe média” e “classe trabalhadora” e aproxima esta última das “classes populares”. Ou seja, por essa formulação, o autor mostra que o contingente emergente não está próximo dos padrões exigidos para caracterização da classe média, porque esta se difere das classes populares, o que sinaliza para sua proximidade com as classes mais altas da estrutura social. Portanto, ele conclui que o “adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média” (POCHMANN, 2012, p. 11).

Ao apresentar essa identificação como um equívoco, Pochmann, no entanto, alerta para que talvez “não seja bem um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais” (POCHMANN, 2012, p. 11). Para ele, a afirmação da consolidação da nova classe média no cenário nacional resulta “no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil” (POCHMANN, 2012, p. 11), que busca fortalecer os serviços privados de educação, saúde, assistência, dentre outros. A esse respeito, afirma o autor:

Se um país assume a condição majoritária de classe média, mesmo que na condição de mito, abre-se a possibilidade de ser vista até como natural a defesa de serviços ofertados exclusivamente pelas forças de mercado. A partir do rendimento de “nova

classe média”, o projeto político da liberdade de comprar o que melhor convier se expressaria pelo meio propagandístico da justiça social, ainda que falsa (POCHMANN, 2014, p. 16).

Outra autora que nega o emprego do nome “classe média” para identificar o grupo tomado como protagonista das mudanças sociais é Marilena Chauí. Ela compara a Europa dos anos 50-60, do período fordista do capitalismo industrial e da economia keynesiana e o Brasil da era social-desenvolvimentista do PT para afirmar que, dado que, se as condições de vida atuais dos trabalhadores brasileiros mantêm certas semelhanças com as condições de vida dos trabalhadores europeus do período mencionado, no que diz respeito ao acesso ao consumo, aos serviços públicos e aos direitos sociais, “não passaria pela cabeça de ninguém dizer que os trabalhadores europeus haviam ascendido à classe média. Curiosamente, é o que se diz hoje dos trabalhadores brasileiros, após dez anos de políticas contrárias ao neoliberalismo” (CHAUÍ, 2013, p. 123).

Chauí aponta dois modelos de divisão social de classes: o primeiro, de base sociológica estadunidense, é o que inspira as pesquisas brasileiras que afirmam a existência ou consolidação da nova classe média, porque leva em conta a organização social em uma pirâmide seccionada nas classes A, B, C, D e E, e distribui os indivíduos de acordo com os critérios de renda, propriedade de bens móveis e imóveis, escolaridade e profissão. O segundo modelo, de base marxista, toma como critério a forma de propriedade no modo de produção capitalista. Por ele, admitem-se três classes: a classe dominante – proprietária dos meios de produção -, a classe trabalhadora – excluída desses meios e neles incluída como força produtiva, ou seja, como proprietária da força de trabalho – e uma terceira que se situa entre esses dois pólos de divisão, chamada por Marx de “pequena burguesia”. Chauí explica que o emprego dessa expressão decorre de dois motivos:

[...] em primeiro lugar, para afastar-se da noção inglesa de *middle class*, que indicava exatamente a burguesia, situada entre a nobreza e a massa trabalhadora; em segundo, para indicar, por um lado, sua proximidade social e ideológica com a burguesia, e não com os trabalhadores, e, por outro, indicar que, embora não fosse proprietária privada dos meios sociais de produção, poderia ser proprietária privada de bens móveis e imóveis. Numa palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital e dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio (CHAUÍ, 2013, p. 129)

Adotando o segundo modelo de interpretação das classes sociais, a autora estabelece algumas conclusões para as mudanças apontadas nos estudos sobre a composição da nova classe média brasileira. Para ela, os programas de transferência de renda e de garantia

dos direitos sociais indicam o crescimento da classe trabalhadora, “cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas.” (CHAUÍ, 2013, p. 129) Além disso, a autora salienta que a definição da classe média a partir dos critérios de serviços, renda e escolaridade é inconsistente para a atualidade “porque a ciência e as técnicas (a chamada tecnociência) se tornaram forças produtivas e os serviços por elas realizados ou delas dependentes estão diretamente articulados à acumulação e reprodução do capital” (CHAUÍ, 2013, p. 129), o que significa que, se no capitalismo industrial os cientistas e técnicos pertenciam à classe média, hoje integram a classe trabalhadora.

Ademais, segundo a filósofa, outros dois critérios anteriormente distintivos da classe média se tornaram problemáticos. O primeiro, das profissões liberais, porque “a nova forma do capital levou à formação de empresas de saúde, advocacia, educação, comunicação, alimentação etc., de maneira que seus componentes se dividem entre proprietários privados e assalariados” (CHAUÍ, 2013, p. 130), o que permite sua inclusão na classe trabalhadora. O segundo, da pequena propriedade familiar,

[...] porque a economia neoliberal, ao desmontar o modelo fordista, fragmentar e terceirizar o trabalho produtivo em milhares de microempresas (grande parte delas, familiares) dependentes do capital transnacional, transformou esses pequenos empresários em força produtiva que, juntamente com os prestadores individuais de serviços (seja na condição de trabalhadores precários, seja na condição de trabalhadores informais), é dirigida e dominada pelos oligopólios multinacionais, em suma, os transformou numa parte da nova classe trabalhadora mundial (CHAUÍ, 2013, p. 130).

A partir dessas afirmações, Chauí conclui pela emergência de uma nova classe trabalhadora, e não de uma nova classe média. Ela ainda explica que essa classe pode ser considerada nova porque o caráter de novidade, para além dos efeitos das políticas sociais, recai sobre os “dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam, de uma lado, a fragmentação, terceirização e precarização do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média” (CHAUÍ, 2013, p. 130).

Jessé Souza também se posiciona de forma contrária aos autores que atribuem o nome “classe média” ou “nova classe média” ao grupo emergente brasileiro. Partindo de uma abordagem empírica para delimitação das classes sociais, ele se coloca contra a “cegueira economicista do liberalismo e do marxismo enrijecido”, pois ambos insistem em perceber as classes apenas sob o critério econômico, “no primeiro caso como produto da “renda” diferencial dos indivíduos e, no segundo caso, como ‘lugar na produção’” (SOUZA, 2012, p.

22). Há, segundo o autor, outro elemento que permanece, em geral, suspenso nas pesquisas que procuram dar conta da segmentação social e que traduz o estilo de vida, a visão de mundo prática dos sujeitos: a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais. É esse fator que marca a constituição das classes para além do capital econômico.

Dessa forma, as pesquisas conduzidas pelo sociólogo e por seus colaboradores na obra citada, ao tratarem da realidade cotidiana dos sujeitos emergentes, mostram que essa realidade “não tem a ver com o que se entende por “classe média”, na tradição sociológica, em nenhum sentido importante” (SOUZA, 2012, p. 46). Isso porque, de acordo com o autor, a classe média está mais próxima da classe alta do que das classes populares:

As classes dominantes – classes média e alta – se definem, antes de tudo, pelo acesso aos dois capitais impessoais que asseguram, por sua vez, todo tipo de acesso privilegiado a literalmente todos os bens (materiais ou ideais) ou recursos escassos em uma sociedade de tipo capitalista moderna. A classe dominante não é aquela de maior número, como a ideologia e a violência simbólica liberal/financeira gostam de induzir a crer, mas sim aquela com acesso privilegiado a tudo que nós todos lutamos para conseguir na vida nas 24 horas que compõem o dia (SOUZA, 2012, p. 48).

Tendo em vista essa posição, Souza (2012, p. 26) explica que “os emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década constituem aquilo que gostaríamos de denominar como ‘nova classe trabalhadora brasileira’”. A classe é nova porque resulta das “mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo. Esse capitalismo é ‘novo’ porque tanto sua forma de produzir mercadorias e gerir o trabalho vivo quanto seu ‘espírito’ são novos” (SOUZA, 2012, p. 26). Segundo o autor, essa classe está situada entre a ralé²⁵ e as classes média e alta e aparece identificada, nessa terminologia específica, como os “batalhadores brasileiros”.

Por meio da apresentação das diversas posições que não se satisfazem com o emprego do nome “classe média” ou “nova classe média” como identificador da parcela populacional que sofreu maior impacto com as mudanças recentes, acreditamos ter mostrado a configuração de um quadro de dissenso nas ciências sociais e econômicas. O desentendimento criado não se restringe apenas às diferenças conceituais, mas aos sentidos e à história do nome.

²⁵ “Ralé” é o nome empregado por Souza para referir “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação [dos capitais]” (SOUZA, 2012, p. 25) – grifos do autor. Cf. SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Procuramos mostrar, com esse capítulo, que a divisão social não é um produto sem história/memória. Dessa forma, os nomes que marcam as fronteiras significam pela história de enunciações que inclui os usos conceituais e sua identificação a partir deles. No próximo capítulo, apresentaremos as bases conceituais e metodológicas empregadas para análise do corpus, bem como a delimitação da questão e dos materiais de análise.

2. A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E OS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As mudanças sociais ocorridas no Brasil na primeira década do século XXI levaram, como já dissemos, a discussões sobre a (re)organização da estrutura da sociedade. Ganhou destaque, nesse cenário, o debate sobre a configuração da classe média brasileira, tal como acabamos de mostrar no capítulo anterior. Inúmeros textos procuraram dar conta de “entender” esse fenômeno, textos científicos, políticos, midiáticos, de opinião. Podemos dizer que as interpretações do fato social da organização da classe média marcaram a conjuntura científico-política desse início de século.

Situamos nossa pesquisa no quadro desse debate e procuramos, do nosso lugar de linguistas, observar como os sentidos das denominações de classe se constituem e organizam o real, a partir de divisões e redivisões que mostram o movimento político de identificação da sociedade. Para isso, tomamos como *corpus* os recortes de duas obras das ciências sociais e econômicas (“A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri e “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza) e do Relatório apresentado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para definição da classe média.

A escolha dos materiais de análise não foi aleatória. Seleccionamos a obra de Marcelo Neri porque é este autor que propõe que a ascensão social seja vista a partir do prisma da consolidação de uma “nova classe média”. Embora a obra date de 2011, ela reúne em forma de livro os resultados dos vários estudos publicados pelo autor e sua equipe junto ao Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em sítio eletrônico. O estudo que inaugura a discussão sobre o tema data de agosto de 2008 e é intitulado “A Nova Classe Média”. Optamos por analisar a obra e não o estudo, pois ela é mais bem sistematizada e apresenta elementos dos outros estudos, fato que para nós é fundamental, por tornar específicos certos sentidos das denominações que não aparecem no estudo inaugural.

A segunda obra, de Lamounier e Souza, foi tomada porque publicada logo em seguida ao estudo de Neri, no furor da “novidade” despertada pelo tema. Com exceção dos estudos da FGV citados, o livro foi um dos primeiros materiais científicos a tratar da questão. Mas sua escolha não foi devida apenas a isso. O livro, patrocinado pela Confederação Nacional da

Indústria, mantém um diálogo com os estudos de Neri, porque parte da existência/consolidação dessa “nova classe média”. Não afirmamos, com isso, que as posições teóricas e metodológicas dos dois autores são as mesmas. Pelo contrário, Lamounier e Souza partem de pesquisas empíricas para traçar um perfil dos “desejos e ambições” dessa classe. O fato de essas duas obras dialogarem também constituiu, para nós, interesse.

Por fim, selecionamos o *Relatório de definição da classe média*, apresentado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O interesse por esse material deveu-se, sobretudo, pelo lugar de constituição do estudo, uma Secretaria governamental, que fornece subsídios para as diretivas político-administrativas do governo. O Relatório foi uma das primeiras medidas desenvolvidas pela Secretaria para tratamento do tema. Ele nos interessou também por integrar o que chamamos de “política de identificação social”²⁶ no âmbito governamental. São os recortes desses três textos que constituem o nosso *corpus*.

Desde o início do nosso envolvimento com o tema, uma questão nos instigou sobremaneira: o modo como as denominações²⁷ de classe produzem as divisões sociais, ou, dito de outra forma, como as divisões sociais são produzidas também pelos nomes. Outro aspecto que chamou nossa atenção foi a disputa incessante pela nomeação e pelos sentidos do nome “classe média” no campo científico, configurando o que chamamos, a partir de Rancière, de um quadro de dissenso sobre a caracterização da classe média brasileira. Esses dois aspectos nos conduziram a interrogar a estabilidade das denominações de classe e, logo, a estabilidade das divisões sociais produzidas por elas nos próprios textos que tratam da questão.

A análise é realizada a partir dos preceitos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento, tal como vamos explicar a seguir. Partimos das relações de sentido estabelecidas enunciativamente pelas denominações “classe média”, “nova classe média” e “classe C” nas obras citadas. Observamos, especificamente, as relações semânticas de sinonímia, antonímia, hiperonímia, dentre outras, e o modo como a designação (isto é, o sentido) das expressões se constitui nos textos. É fundamental para nós a concepção de

²⁶ Entendemos, com esse termo, o conjunto de ações governamentais que têm como fundamento a identificação da sociedade ou de setores sociais. Podem ser incluídos aqui vários instrumentos, como os censos demográficos, os cadastros de programas sociais, as pesquisas acerca da composição da sociedade, além dos materiais citados sobre a classe média. Não estamos dizendo, com isso, que a finalidade última desses instrumentos seja a identificação da sociedade. Eles podem servir como subsídio para a elaboração de políticas públicas ou de programas sociais.

²⁷ Neste trabalho, os termos “denominação”, “nome” e “expressão nominal” aparecem como sinônimos.

político²⁸ desenvolvida por Guimarães (2002), pois ela permitirá tratar o movimento de identificação social como político, porque marcado por conflitos e contradições.

Ao observarmos os nomes “classe média”, “nova classe média” e “classe C”, estamos tratando de expressões cujo interesse extrapola o domínio científico e alcança o da política. O interesse pelas palavras da política (ou pela política das palavras) e por seus sentidos nos textos encontra respaldo em outras abordagens teóricas. Destacamos os trabalhos de Jean-Claude Zancarini, Jean-Louis Fournel e Romain Descendre, sobretudo o conjunto de textos compilado no livro “Estudos sobre a língua política”²⁹ e desenvolvido a partir da perspectiva da Filologia Política. Essa abordagem trabalha sobre a “escritura da política e da história de Florença, desde o fim do século XV até a queda da república em agosto de 1530” (ZANCARINI, 2008, p. 7) e nasce da atividade de tradução dos textos italianos de autores como Guicciardini, Savonarola e Maquiavel por Zancarini e Fournel na década de 1980. Zancarini explica no primeiro capítulo³⁰ do referido livro que a tradução dos textos florentinos levou os autores a trabalhar sobre esse período histórico específico e a sistematizar seus métodos, a partir da percepção de que a leitura lenta e minuciosa ensejada pela tradução mantinha uma relação direta com a filologia, “arte de ler lentamente”, segundo as palavras do autor. A tradução é vista pelos autores a partir da tentativa de devolver a singularidade da escrita e, por isso, guiada pelo princípio da preservação das redes semânticas, das repetições, das criações de linguagem, enfim, características próprias da escrita de cada autor.

Os textos selecionados para tradução, escritos no período das guerras da Itália, mantinham uma característica: “a vontade comum de compreender a novidade de uma situação política e de dar conta dela.” (ZANCARINI, 2008, p. 8) São textos escritos no furor da “história ardente” e é dessa forma que eles são lidos:

Em nossa abordagem dos textos e dos autores que estudamos, a “qualidade dos tempos”, a análise dos objetivos dos atores, as relações de força nas quais eles são tomados, as manobras das ações que eles realizam, ou que eles começam, é central. Porque é necessário dizer também que nosso empreendimento visa o tempo dos atores, seus desejos e suas aspirações, suas vitórias e suas derrotas. (ZANCARINI, 2008, pp. 9-10)

²⁸ Explicaremos esse conceito mais à frente, quando tratarmos da Semântica do Acontecimento.

²⁹ DESCENDRE, R.; FOURNEL, J-L; ZANCARINI, J-C. Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI. Cáceres: Editora UNEMAT; Lyon: ANR – Triangle; Campinas: Editora RG, 2008.

³⁰ ZANCARINI, J-C. Uma Filologia Política – os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530).

Zancarini explica que essa perspectiva se contrapõe à do historiador Fernand Braudel³¹, que enxerga com desconfiança a história contada no auge da força dos acontecimentos. No entanto, as análises feitas pelos autores não estacionam nas evidências que as estabilizações podem produzir. Elas levam em conta o trabalho dos sentidos nos textos e a conjuntura histórica e política, definida pela expressão “qualidade dos tempos”: “A “qualidade dos tempos” remete ao que nomearíamos a conjuntura, às manobras e às relações de forças que definem um momento histórico e que é preciso levar em conta quando se quer agir.” (ZANCARINI, 2008, p. 9) A abordagem que leva em conta essa qualidade dos tempos é chamada pelos autores de Filologia Política:

Então, “filologia” porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução, forma particularmente rigorosa da leitura!) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; “política”, não somente porque nós escolhemos estudar um *corpus* de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período histórico visado. (ZANCARINI, 2008, p. 11)

Zancarini (2008, pp. 11-13) ainda explica que a abordagem “dá resultados no detalhe dos textos e permite colocar em evidência características da escrita que tinham escapado a outros tipos de leitura”, que “permite igualmente compreender que laços unem nossos autores entre si e como eles se lêem e se citam às vezes, construindo assim uma língua da política ligada aos tempos que eles vivem e querem compreender” e, ainda, que é possível “considerar os usos e as transformações que decorrem da novidade de uma situação política”. Em síntese, a Filologia Política “tende a colocar em evidência o sentido político dos usos languageiros e lexicais, em uma conjuntura dada.” (ZANCARINI, 2008, p. 19)

De acordo com Oliveira e Joanilho (2008, p. 129), o estudo realizado pelos autores acerca das palavras e das idéias se desenvolve “sem a preocupação de categorizá-las em padrões homogeneizantes e/ou pré-concebidos, mas sim com o intuito de mostrar os seus contornos nas redes de sentido que as compõem.” Machado (2011, p. 98), ao comentar a análise da palavra *libertá* desenvolvida por Zancarini, afirma que “O que o autor faz é ir além do sentido etimológico da palavra para situar seus sentidos nos acontecimentos históricos e políticos da cidade de Florença.”

De nossa parte, também procuramos compreender os sentidos para além da estabilização, em uma “conjuntura” específica, a das mudanças sociais brasileiras e de suas

³¹ Fernand Braudel. La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.

interpretações científicas e políticas. Como tratamos de nomes que funcionam como conceitos, convém que essa diferença seja debatida.

2.1 Nome e conceito

A relação entre nome e conceito precisa ser discutida. As denominações de classe que observamos aqui (classe média, classe C, nova classe média) funcionam como termos e, portanto, são associadas a conceitos. Situamo-nos, desse modo, na terminologia das ciências humanas e sociais, mas não tratamos, especificamente, das definições conceituais. A análise que desenvolvemos parte das relações de sentido que se estabelecem entre os nomes nos recortes tomados no *corpus*, das quais o conceito pode fazer parte. A ênfase recai, assim, sobre o nome e não sobre o conceito. Esse deslocamento é importante, pois, como dissemos, os nomes produzem identificações e nos interessa observar as diferentes identificações construídas pelas denominações de classe nos acontecimentos enunciativos. Se ficássemos no nível conceitual, poderíamos observar diferenças no plano teórico-epistemológico, pois apontaríamos os movimentos de sentido em relação às diferentes perspectivas teóricas, mas perderíamos o movimento argumentativo mais amplo para a fixação dos termos e de certos sentidos ligados a eles.

A análise aqui empreendida contribui para uma história das ideias, mas sem se confundir com a perspectiva teórica da História dos Conceitos, tal como desenvolvida a partir dos trabalhos de Reinhart Koselleck. Citamos essa corrente porque ela possibilita refletir sobre a língua, e, assim, situarmos as nossas posições teóricas e metodológicas.

Koselleck (2006, p. 108) nos diz que os conceitos são expressos por palavras, mas adverte: “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos.” A polissemia, característica de palavras e conceitos, segundo o autor, é o que define o conceito:

Ainda que os significados abstratos e concretos estejam associados a seus significantes (as palavras), eles se nutrem também do conteúdo suposto, do contexto falado ou escrito e da situação social. Isso vale inicialmente para ambos, palavras e conceitos. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma

palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. (KOSSELLECK, 2006, p. 109)

Vemos nesse excerto o indício de uma perspectiva logicista, de modo que o termo parece ser a essência da palavra, em contraposição às suas contingências. A polissemia está relacionada, em Koselleck, aos elementos que se ligam às palavras e que fazem delas conceitos. O historiador apresenta a palavra “Estado”, que inclui os elementos “dominação, território, legislação, língua”, entre outros, em sua definição conceitual. De acordo com o autor, “Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados.” (KOSSELLECK, 2006, p. 109). Ainda sobre a relação entre conceito e palavra, Koselleck afirma:

O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. (KOSSELLECK, 2006, p. 109)

Consideremos a menção feita acima pelo autor acerca do sentido de uma palavra ser determinado pelo uso dessa palavra e de que modo essa afirmação se contrapõe à caracterização do conceito. Se o sentido de uma palavra é determinado por seu uso, é porque não há univocidade na relação entre linguagem e exterioridade, ou seja, o dizer é marcado pela possibilidade de outros sentidos, pela polissemia. O conceito, mesmo polissêmico porque pressupõe a consideração de alguns elementos, apresenta certa estabilização (que decorre dessa “totalidade de sentido”) e está aí seu caráter genérico.

Machado (2011, p. 101) critica a oposição entre palavra e conceito apresentada por Koselleck, por entender que em sua base está uma diferença entre o que é “estritamente linguístico” – a palavra – e o que é revestido de um conteúdo político e social – o conceito. A autora afirma:

Essa divisão entre palavra e conceito é feita como se nos estudos linguísticos não se pudesse estudar a palavra em relação ao político, ao social e ao histórico, sendo necessária outra disciplina para se estabelecer esta relação. Desse modo, essa separação entre o estritamente linguístico e o sócio-político não condiz com uma concepção de língua como constituída no processo histórico pelas relações sociais.

Da mesma forma que a autora, situamos nosso trabalho na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento e não tratamos do conceito como objeto. Para nós, a definição conceitual é parte do sentido de um nome, não é tudo sobre ele. A análise que desenvolvemos

parte do nome e das relações de sentido que ele estabelece no acontecimento enunciativo; “é sempre na relação com outras palavras no texto que buscamos os seus sentidos, relações que se dão no funcionamento linguístico e pela história de enunciações, e não como uma relação referencial que se daria fora da língua.” (MACHADO, 2011, p. 101)

Certamente, uma história do conceito de *classe média* pode ser desenvolvida. No primeiro capítulo inclusive, apresentamos algumas interpretações dos desdobramentos desse conceito em relação ao sistema capitalista. No entanto, uma possível contribuição maior do nosso trabalho para o pensamento social brasileiro opera sobre o deslocamento do conceito para o nome e sobre o tratamento metodológico dado a este na análise. Como já dissemos, a perspectiva teórica adotada para análise é a da Semântica do Acontecimento, cujas principais premissas apresentamos a seguir.

2.2. A Semântica do Acontecimento e o tratamento do sentido

A Semântica do Acontecimento é uma corrente teórica formulada por Eduardo Guimarães e apresentada no livro homônimo em 2002. De acordo com essa perspectiva, “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer.” (GUIMARÃES, 2002, p. 7) Essa afirmação é sustentada por uma tomada de posição no domínio de saber da semântica (que, segundo Guimarães, considera em seu objeto que a linguagem fala de algo), especificamente, da semântica linguística (que, para o autor, parte do dizer como incontornavelmente construído na linguagem).

O conceito de acontecimento, para Guimarães (2002, p. 11), engloba quatro elementos: 1) a língua; 2) o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo; 3) a temporalidade e 4) o real a que o dizer se expõe ao falar dele. O autor nos diz que é no acontecimento que se dá a relação do sujeito com a língua. Essa relação é central na teorização de Guimarães e não é tratada de forma empírica. O autor toma o falante como uma categoria linguística e enunciativa, e não como figura físico-fisiológica e psíquica. Ele nos diz que os falantes “não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam.” (GUIMARÃES, 2002, p. 18) A relação entre falantes e língua é complexa e

interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos. (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

A esse espaço de línguas e falantes, Guimarães chama espaço de enunciação. É ele que constitui politicamente o falante:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (GUIMARÃES, 2002, pp. 18-19)

O conceito de político é igualmente central para a Semântica do Acontecimento. Guimarães (2002, p. 16) explica:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.

E, ainda, que o político é a contradição que instala o conflito no centro do dizer:

Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (GUIMARÃES, 2002, p. 17)

Guimarães nos diz que o acontecimento de linguagem é político porque se dá nos espaços de enunciação, que são afetados por uma divisão desigual que os torna espaços de disputa pela palavra. Para o autor, “Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes.” (GUIMARÃES, 2002, p. 22) É nesse sentido que, de acordo com o autor, o sujeito assume a palavra, neste espaço dividido em que o acontecimento se constitui por um agenciamento político da enunciação.

Para tratar da assunção da palavra, Guimarães recorre ao conceito de cena enunciativa, que constitui modos de acesso à palavra a partir das relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas:

A Cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala.” Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do

agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

A cena enunciativa, de acordo com Guimarães, coloca em evidência as figuras da enunciação, que são:

- o Locutor (com L maiúsculo), lugar que se representa no próprio dizer como fonte desse dizer;
- o lugar social de locutor (locutor-x), pois “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes).” (GUIMARÃES, 2002, p. 24) Como o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social, o acontecimento enunciativo é marcado por essa disparidade;
- os lugares de dizer (enunciadores), que são lugares de representação do Locutor e funcionam pelo apagamento do lugar social. Há quatro enunciadores possíveis: a) *enunciador-individual*: a enunciação “se dá como independente da história pela representação desta individualidade a partir da qual se pode falar” (GUIMARÃES, 2002, p. 25), ou, em outras palavras, é “a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história.” (GUIMARÃES, 2002, p. 25); b) *enunciador-genérico*: é o que aparece nos ditos populares: “O que se diz é dito como aquilo que todos dizem. Um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos.” (GUIMARÃES, 2002, p. 25); c) *enunciador-coletivo*: o que se diz é dito como o dizer de um grupo específico e d) *enunciador-universal*, que representa o dizer como estando acima da história: “Este lugar representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do qual se diz sobre o mundo. O enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso.” (GUIMARÃES, 2002, p. 26).

Tratamos com maior atenção, até agora, dos dois primeiros elementos que definem o acontecimento. O terceiro elemento, como citamos, é a temporalidade. Guimarães (2002, pp. 11-12) explica que “algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”. Isso leva a considerar o acontecimento não como um fato novo no tempo, mas como algo que temporaliza (por isso diferença na sua própria ordem). O acontecimento instala sua própria temporalidade, a partir da conviviabilidade de tempos:

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.

Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

O quarto elemento apresentado por Guimarães para definição do acontecimento é o real. O autor explica: “Não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2002, p. 11)

Em nossa análise, levamos em conta a configuração do acontecimento para tratarmos das relações de sentido das denominações de classe e do modo como se dá a construção da designação e da referência destas nos diferentes acontecimentos enunciativos recortados. Guimarães (2002, p. 26) explica que “o sentido de uma expressão pode ser analisado como seu modo de integração num enunciado, enquanto elemento de um texto”. Isso significa que a tomada de consideração do sentido pela Semântica do Acontecimento leva em conta o funcionamento das formas linguísticas no acontecimento enunciativo, a partir do modo como integram o enunciado e o enunciado integra o texto. Essa é a relação integrativa, tratada não de forma segmental ou linear, mas transversal.

O autor define o texto como “unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação.” (GUIMARÃES, 2011, p. 19) O enunciado, por sua vez, é definido como “um elemento linguístico que tem tanto sentido, integra texto, quanto forma, é constituído por certos elementos (sintagmas).” (GUIMARÃES, 2011, p. 21) Guimarães (2011, pp. 22-23) explica:

Como minha concepção do funcionamento da linguagem considera que as relações de sentido não são segmentais, mas são normalmente transversais, sobrepostas, etc, posso considerar esta relação de sentido, a integração, de um modo novo e assim caracterizar o texto não como composto por segmentos, mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação de integração.

As relações de sentido, por serem transversais, mostram que “O sentido é constituído pelo modo de relação de uma expressão com outras expressões do texto”. (GUIMARÃES, 2002, p. 28), o que implica que não se toma previamente uma realidade a que as palavras se reportam. As relações de sentido se dão na textualidade e são tratadas por Guimarães pelos processos de reescritura e de articulação. A articulação diz respeito ao modo como o enunciado opera na sua contigüidade. Sobre a reescritura, o autor afirma:

[...] considero que procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que significa dizer que é este processo que constitui o sentido destas expressões, bem como que não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração. Esta deriva enunciativa incessante é que constitui, a um só tempo, os sentidos e o texto. O interessante desta deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdade, de retificações. Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra (a anaforiza, a substitui, etc), o sentido está se fazendo como diferença e constitui textualidade. O procedimento de reescrituração no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicacões por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação. (GUIMARÃES, 2002, pp. 27-28)

E ainda:

[...] as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2002, p. 28)

Partimos da análise da cena enunciativa, observando as figuras da enunciação e as formas linguísticas. Ao olharmos para a reescrituração, procuramos observar como a diferença se instala nesses pontos de estabilidade do sentido. Em nossa análise, o procedimento de reescritura é central, pois, por meio dele, veremos como as denominações de classe funcionam pela diferença, marcando os conflitos e as contradições no modo de significar o social.

Apresentaremos, a seguir, a posição da Semântica do Acontecimento sobre os nomes e a referência.

2.3 Denominação, referência e designação

Kleiber (1984, p. 77) nos diz que a linguagem tem por vocação primeira falar do real³². Podemos dizer, por outra formulação, que a propriedade fundamental da linguagem é referir. Em Linguística, há muitas maneiras de tomar a questão da referência e de tratar o real na linguagem. Devemos, sobretudo, dedicar atenção aos nomes, pois são eles peças fundamentais no processo de referir e seu tratamento deixa ver algumas posições sobre a relação linguagem/exterioridade.

Tomemos algumas definições de “nome” nos dicionários gerais de língua. A primeira acepção do verbete “nome” no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) é “palavra ou locução com que se designa uma classe de coisas, pessoas, animais, um lugar, um acidente geográfico, um astro, etc.; denominação, designativo, designação.” No dicionário Aurélio Século XXI (1999), nome é “Palavra(s) com que se designa pessoa, animal ou coisa.” O Le Nouveau Petit Robert de Langue Française (2006) distingue “nome próprio” e “nome comum”, e define este último como “Palavra que serve para designar os seres, as coisas que pertencem a uma mesma categoria lógica e, especialmente a uma mesma espécie.”³³

Definições semelhantes encontramos em dicionários especializados e em autores consagrados da Linguística. Joaquim Mattoso Camara Jr, em seu Dicionário de Linguística e Gramática, nos diz que “O nome indica as ‘coisas’, quer se trate de objetos concretos ou de noções abstratas, de seres reais ou de espécies”. Em *Estrutura da Língua Portuguesa*³⁴, Camara Jr afirma que, semanticamente, os nomes representam coisas ou seres.

Partindo dessas várias definições, podemos dizer, genericamente, que o nome designa, indica ou representa seres (ou conjunto de seres) e coisas. Nessa perspectiva, o nome liga o linguístico ao extra-linguístico, pois ele é um objeto da língua³⁵ que serve para apontar os objetos que estão fora dela. Língua e mundo, ou língua e real, são apresentados, assim, como

³² “Le langage a pour vocation première de parler du réel.”

³³ “Mot servant à designer les êtres, les choses qui appartiennent à une même catégorie logique, e spécialem. à une même espèce.”

³⁴ Cf. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

³⁵ A reescrituração heteronímica de ‘nome’ por ‘palavra ou locução’ nos verbetes apresentados mostra o caráter linguístico do nome.

dois pólos cuja única ligação é feita por aquilo que se fala do mundo por meio da língua (e este falar inclui indicar o objeto no mundo e predicar algo sobre ele).³⁶ Os nomes funcionam, por essa via, como “etiquetas”, “rótulos” dos objetos; cabe à linguagem apenas indicar quais são esses objetos por meio de seus nomes.

Essa definição é problemática. A relação entre a língua e seu exterior não é tão unívoca assim. A consideração dos nomes como “etiquetas” coloca questões para os processos de significação pela linguagem. Se tomamos o postulado pelo qual os nomes apenas indicam os objetos, estamos considerando que significar consiste somente nesse “apontar para o mundo”. Veremos que não se trata disso.

O tratamento dos nomes coloca, de imediato, a questão da referência. Frege distingue sentido e referência, ao tratar da identidade, pois como lembra Ducrot (1984, p. 422), seu objeto é “explicar a possibilidade de existência de enunciados de identidade e de explicar sobretudo como estes enunciados podem ter um interesse científico.” Para Frege (1978), a referência é o objeto no mundo e o sentido é o modo de apresentação desse objeto. A referência é vista, assim, a partir das condições de verdade.

Outra concepção de referência é encontrada em Ducrot (1984). O autor afirma que havendo um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer, ou seja, para uma exterioridade. Ele postula: “[...] é claro que o fim da palavra não reside em si mesma mas está voltado para um exterior pois o seu valor (e, neste caso, a sua verdade) depende, como ela própria afirma, de uma realidade apresentada como independente dos discursos acerca dela produzidos.” (DUCROT, 1984, p. 418) Ducrot faz uma analogia com o exemplo do mágico para explicar a relação entre linguagem e exterioridade: um mágico pode instituir, com seu discurso, que um doente seja curado, mas a cura não está na palavra (no discurso que cura) e sim no próprio doente, o que deixa ver que “a palavra, embora declarando-se senhora da realidade, reconhece a realidade como algo que lhe é exterior. Não escapamos, pois, a esta exigência, segundo a qual a palavra tem de conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade.” (DUCROT, 1984, p. 419)

No entanto, Ducrot não entende a realidade como o mundo empírico. Ele afirma:

[...] a palavra não se apresenta, não se pode apresentar, como criadora.
Pelo contrário, exige ser posta em confronto com um mundo que

³⁶ Não discutiremos, aqui, as relações sintáticas, que permitem distinguir o substantivo (o “nome” que funciona como sujeito) do verbo (a ação atribuída ao sujeito, ou aquilo que se predica do sujeito).

possua uma realidade própria (mundo *este* e realidade *esta* que podem ser muito diferentes daquilo a que se chama *o* mundo ou *a* realidade): o que a palavra implica, implica-o relativamente a esse mundo. (DUCROT, 1984, p. 418)

Mais uma analogia ilustra o que foi afirmado: Ducrot nos diz que o autor de uma ficção não cria o seu universo à medida que fala dele, mas procede como se o descobrisse ou o contasse. Dessa forma, de acordo com o autor, o desenrolar da narrativa não se dá como a construção de um objeto, mas como o movimento do olhar sobre um objeto já constituído no momento em que se fala dele. É este o caráter do discurso: “dar a entender que a palavra *diz respeito* a um objeto no exato momento em que, no entanto, o *constitui*.” (DUCROT, 1984, p. 418)

Para Ducrot, então, a referência é a orientação para aquilo que não é o dizer. O referente é o mundo ou objeto que o discurso pretende descrever ou transformar, mas não é “como por vezes se diz, *a* realidade mas sim a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade.” (DUCROT, 1984, p. 419) À capacidade de designar objetos na comunicação, Ducrot chama “função referencial da linguagem” e explica que as “línguas naturais têm com efeito o poder de construir o universo ao qual elas se referem.” (DUCROT, 2010, p. 229)

De acordo com o autor, o referente possui estatuto ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que deve ser exterior ao discurso, “é chamado pelo discurso, e portanto fica inscrito nele.” (DUCROT, 1984, p. 419) A partir desse postulado, Ducrot questiona: “Se é a minha palavra que indica aquilo de que fala, se é ela que especifica o seu objeto como poderia ela ser desmentida por esse objeto que a si própria se dá? Se não se pode saber do que falo senão através do que digo, então como é que aquilo de que falo pode ser diferente do que digo acerca dele?” (DUCROT, 1984, p. 419), e ainda “Se a palavra atribui a si própria o seu objeto, como conhecer esse objeto fora dessa palavra?” (DUCROT, 1984, p. 420)

Um dos exemplos apresentados por Ducrot é emblemático. Na obra *Assim é* (se lhe parece), Luigi Pirandello narra a confusão que o antagonismo de discursos provoca nas pessoas: o Senhor Ponza afirma ser a Senhora Ponza sua segunda esposa e não a filha da Senhora Frola; a Senhora Frola, por sua vez, afirma ser a Senhora Ponza sua filha e a primeira esposa do Senhor Ponza. Os vizinhos, curiosos e instigados pela contradição, chamam a Senhora Ponza para saber dela a verdade, ao que ouvem: “A verdade? é só esta; que sou, sim, a filha da Senhora Frola... e a segunda esposa do senhor Ponza... sim, e para mim nenhuma, nenhuma!” O prefeito ainda questiona quem ela é para si própria. Ela diz “Para mim, sou

aquela que se crê que eu seja.”³⁷ Ducrot explica que a Senhora Ponza não pode dizer nada aos curiosos, “na medida em que não é ela o objeto do seu discurso, na medida em que, para eles, ela é uma realidade e não um referente.” (DUCROT, 1984, p. 421)

Esse exemplo permitiu a Ducrot afirmar: “A palavra, ao exigir ser posta em relação com um real que lhe é exterior, impede a concepção deste real como sendo diferente da imagem que dele é dada. A realidade é muda se não for o referente de um discurso e, se o for, parece condenada a refleti-lo.” ((DUCROT, 1984, p. 421) Por essa via, Ducrot postula que o referente é indizível, “no sentido em que esse referente não pode ser dito por nenhum outro discurso a não ser o discurso de que ele é referente.” (DUCROT, 1984, p. 437)

No corpus deste trabalho, veremos que, muitas vezes, a referência das expressões “classe C” ou “classe média”, por exemplo, é marcada por contradições e antagonismos. Do ponto de vista de Ducrot, isso não seria problema, pois o dizer institui o seu próprio universo e cada ocorrência das expressões nominais de classe trataria diferentemente desse universo construído pelo discurso. Mariani (1996) explica que, para Ducrot, a existência de diferentes afirmações, mesmo contraditórias, “são verdadeiras se há um referente, ainda que indizível, mas capaz de existir por si só, garantindo a possibilidade desses dizeres.” (MARIANI, 1996, p. 130)

Afastamo-nos de Ducrot porque entendemos que a relação de significação que se estabelece entre linguagem e exterioridade é marcada pela historicidade, na medida em que o dizer não constrói um universo próprio e independente; é possível referir porque os nomes possuem uma história (de enunciações) que produz sentido no processo de significação. Aproximamo-nos das posições teóricas da Semântica do Acontecimento, tal como formuladas por Eduardo Guimarães. Discutiremos, a seguir, o modo como essa teoria concebe a referência.

Guimarães (2002) procura compreender o funcionamento dos nomes, isto é, o modo como eles produzem sentido, e o faz a partir de uma concepção enunciativa e histórica da linguagem. O objeto específico de sua reflexão é a designação, enquanto constitutiva do sentido dos nomes. O autor distingue os termos nomeação, designação e referência, que aparecem, muitas vezes, como sinônimos em outras abordagens teóricas:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não

³⁷ PIRANDELLO, Luigi. Assim é (se lhe parece). Trad. de Sérgio N. Melo. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. [...] A *referência* será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 9)

Guimarães coloca em evidência a dimensão **simbólica** da relação entre a linguagem e as coisas. Nesse sentido, não se trata de considerar que um nome reporta (sem equívocos) a um objeto exterior, ou, dito de outro modo, que há uma relação direta (unívoca) entre nome e objeto, mas em “como ao dizer algo fala-se das coisas.” (p. 9) Para o autor, as perspectivas que consideram que à linguagem cabe só indicar (de modo transparente) as coisas não levam em conta que a referência pressupõe a significação. Ele afirma:

[...] a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Podemos referir algo com a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los. E é isso que torna possível a referência a um ser particular entre os seres assim identificados. (GUIMARÃES, 2002, p. 10)

Guimarães deixa claro que as coisas não existem simplesmente, mas que enquanto existentes, elas são significadas, isto é, a referência é um processo de significação. Essa concepção se alinha a uma posição que toma sujeito, linguagem e mundo como mutuamente constitutivos, porque inscritos igualmente no processo simbólico. Queremos dizer com isso que não há uma separação estanque entre esses três elementos, mas que sujeito e mundo se constituem mutuamente pela linguagem.

O referente não é o objeto no mundo e a referência, portanto, não se reduz à localização/indicação desse objeto. A referência é vista, aqui, como construção de linguagem, pelo modo como a língua funciona no acontecimento do dizer, produzindo o sentido do nome (sua designação). Isso conduz à afirmação de que “todo conjunto das referências é produzido pelo funcionamento enunciativo (o funcionamento da língua no acontecimento) e não por uma relação palavra (com seu sentido)/coisa.” (GUIMARÃES, 2002, p. 74) Ao enfatizar a designação, Guimarães dá importância à enunciação, pois são as relações enunciativas que constroem a designação.

Guimarães cita Rancière (1992) para dizer que o nome identifica e não classifica objetos. Essa afirmação é central para entendermos o estatuto da designação na teoria proposta por Eduardo Guimarães. Dizer que um nome identifica pressupõe que o sentido dos

nomes não é estabelecido previamente de forma unívoca e, portanto, essa afirmação rompe com um possível caráter indicativo da linguagem e coloca em questão a dimensão simbólica da relação entre a linguagem e seu exterior. Em virtude disso, a análise do sentido dos nomes é posta na enunciação, pois é nela que se observa a construção das identificações. A designação é, portanto, o sentido de um nome no *corpus* analisado. Voltemos à diferença terminológica erigida por Guimarães. Acerca das relações entre nomear, designar e referir, o autor nos explica:

Vamos, para nosso estudo da designação, observar a relação entre designar e nomear, de um lado, e de designar e referir, de outro. Ou seja, o modo de nomear, o agenciamento enunciativo específico da nomeação é elemento constitutivo da designação de um nome. Da mesma maneira que as referências feitas com um nome, ou as referências feitas por outros nomes, como substitutivos do nome, em um texto, são também elementos constitutivos da designação.

No caso da relação entre designação e nomeação, o que se deve observar é uma relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas. [...]

No caso da relação entre designação e referência, o que se deve buscar é como um nome aparece referindo no texto em que ocorre. Assim é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade. Neste caso os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo. E neste sentido é que constituem a designação do nome em questão. (GUIMARÃES, 2002, p. 27)

Neste estudo, observaremos essas relações para análise do corpus. Partindo da nomeação e da construção das referências, veremos como as denominações de classe aparecem designando nos textos que tomamos como objeto e, assim, produzindo diferentes identificações. Passamos à análise a seguir.

III. NOMES E DIVISÕES SOCIAIS: MOVIMENTOS DE SENTIDO

Neste capítulo, apresentamos a análise propriamente dita. Partimos das relações de sentido estabelecidas pelas denominações de classe nos textos, observando como elas organizam a sociedade, dividindo-a, e produzindo diferentes identificações a partir das quais os nomes instauram divisões políticas. Especificamente, olhamos para as relações entre as expressões nominais ‘classe C’, ‘classe média’ e ‘nova classe média’ e para a forma como a sociedade é distribuída nos diferentes acontecimentos enunciativos, recortando desigual e contraditoriamente o real. O *corpus* é composto por recortes das obras “A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide”, de Marcelo Neri e “Classe Média: ambições, valores e projetos de sociedade”, de Bolívar Lamounier e Amaury Souza, e também do “Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil”, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

3.1 “A NOVA CLASSE MÉDIA: O LADO BRILHANTE DA BASE DA PIRÂMIDE”, DE MARCELO NERI

A obra de Marcelo Neri se intitula “A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide”. Dois aspectos devem ser ressaltados de imediato:

1) a rememoração da expressão nominal ‘nova classe média’, que faz significar esse nome como já pertencendo ao domínio social e produzindo identificações no espaço de enunciação brasileiro. Tomados pela evidência que o título produz, diremos que a obra vai tratar da nova classe média, isto é, a obra pressupõe a existência desse objeto tomado por seu caráter de novidade (“nova” classe) e falará dele;

2) o título predica ‘nova classe média’ por ‘lado brilhante da base da pirâmide’. Esse aspecto será desenvolvido mais adiante.

Consideremos o primeiro recorte, que aparece logo na Apresentação da obra:

(1) Captamos com base em dados que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo os movimentos das pessoas entre as classes econômicas fixadas, permitindo, por meio de análise de origens e destinos, discernir a nova da velha classe média. (p. 14)

O Locutor, agenciado pelo lugar social de cientista e recorrendo a um enunciador coletivo (marcado linguisticamente pela primeira pessoa do plural do verbo “captar”)³⁸, parte de uma oposição entre duas “classes médias”: uma nova e outra velha, como nos indica a determinação dos referidos adjetivos nas expressões nominais formadas pelo nome ‘classe média’. No enunciado, para que não ocorra repetição dos termos, ‘nova classe média’ é significada de modo elíptico, sendo mantido apenas o adjetivo, que se articula com a outra expressão, ‘velha classe média’, configurando a oposição que referimos.

O Locutor assume como já existentes essas duas classes pela rememoração, no presente do acontecimento desse recorte, das enunciações dessas expressões, a partir do modo como o enunciado as apresenta. ‘Nova’ e ‘velha classe média’ reescrevem ‘classe econômica’ por enumeração. O caráter de anterioridade dessas expressões é confirmado também por essa reescrituração, que significa a nova e a velha classe média como já fixadas. Voltaremos a essa relação mais tarde.

Observemos (2):

(2) Em particular, passamos a acompanhar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, D, E, e a classe C, a qual batizamos de nova classe média brasileira). Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. (p. 17)

A partir do modo como as expressões aparecem reescritas, vemos que há nesse recorte um processo de renomeação por parte do Locutor. Tomemos o primeiro enunciado que o integra. Ele pode ser parafraseado da seguinte forma:

E1 – Passamos a acompanhar a evolução das classes econômicas brasileiras.

E2 – São classes econômicas brasileiras as [classes] A, B, C, D e E.

E3 – Batizamos a classe C de nova classe média brasileira.

Os enunciados E1 e E3 são formulados pelo Locutor a partir da voz de um enunciador-coletivo. Não sabemos dizer a projeção deste “nós” referido pelo enunciador-coletivo. A obra

³⁸ O enunciador coletivo é atravessado por uma ambigüidade que a cena enunciativa pode ou não desfazer: sua voz tanto pode constituir o dizer de um grupo específico quanto simular uma projeção maior e indistinta de falantes (“nós, o uso comum”).

é assinada por Marcelo Neri, mas ela resulta dos múltiplos trabalhos coordenados pelo autor junto ao Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de modo que esse “nós” pode incluir o grupo operacional subordinado ao autor. Outra possibilidade, menos provável, é a de que o Locutor, ao falar do lugar social de cientista, pode sustentar sua fala com a de seus pares e, assim, o “nós” poderia dizer respeito ao grupo de cientistas que se ocupa do tema. Outra hipótese é a de que o “nós” seja apenas uma simulação do Locutor, que procura manter a impessoalidade da escrita e, nesse caso, trata-se de um enunciador-genérico, pois é a ele que se atribui o funcionamento da imparcialidade.

O enunciado E2, por sua vez, é formulado a partir da voz de um enunciador-universal, que o apresenta como da ordem da evidência, como fato e, portanto, como aquilo que não admite contestação. Há, nesse recorte, uma divisão da cena enunciativa, de modo que o dizer se constitui a partir de dois lugares enunciativos diferentes. O recorte apresenta como memorável a enunciação da expressão ‘classe C’, que, no presente do acontecimento, é tomada como hipônimo de ‘classe econômica brasileira’³⁹. Ao nome ‘classe C’, enunciado na formulação do enunciador-universal, é atribuída outra nomeação, ‘nova classe média brasileira’, formulada pelo enunciador-coletivo. O interessante desse recorte é que a divisão da cena enunciativa mostra a renomeação que se faz de um lugar coletivo e busca alterar o nome enunciado no lugar universal, pelo procedimento de batismo.

Consideremos dois efeitos possíveis de um processo de batismo⁴⁰: a) ele institui um nome a algo que antes não era nomeado, dada sua novidade; b) ele confirma a nomeação (e o nome) a algo que não havia se submetido a esse processo, ou seja, “oficializa” o nome. No acontecimento do recorte (2), vemos que não se trata de um objeto novo que não fora nomeado anteriormente, pois ‘classe C’ já funciona como expressão nominal que produz identificações de objetos no mundo, como nos indica sua rememoração no acontecimento. Por outro lado, não há confirmação desse nome, ou seja, a enunciação que batiza não procura tornar “oficial” o nome ‘classe C’. O efeito produzido é o de uma substituição: troca-se o nome ‘classe C’ por ‘nova classe média brasileira’. Podemos dizer que há um “gerenciamento” do nome: o Locutor, ao se colocar como origem daquilo que diz, procura

³⁹ Nesse recorte, as denominações de classe, ‘[classes] A, B, C, D e E’ reescrevem ‘classes econômicas brasileiras’ por enumeração.

⁴⁰ Outra característica fundamental desse processo é que a pessoa que batiza necessita estar autorizada a fazê-lo, caso contrário, o batismo não se efetua. Em outras palavras, a performatividade do ato só é alcançada com a legitimidade das condições pelas quais ele se realiza. Podemos indagar, então, o que torna legítima a renomeação da classe C: o fato de que quem batiza, o faz do lugar da ciência?

produzir o apagamento de um nome já próprio do domínio social, instaurando outro nome por meio da nova nomeação.

Como se trata de um processo de renomeação e considerando a força normativa da obra de Nery, pressupomos que a enunciação do nome ‘classe C’ fica impossibilitada, preterida ou desaconselhada, pois o acontecimento do recorte (2) projetou como futuro, como interpretável, o apagamento desse nome em proveito de outro, ‘nova classe média brasileira’. Tomemos, no entanto, o recorte (3):

(3) Nova classe média foi o apelido que demos à classe C há anos. Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. (p. 18)

Novamente, temos a renomeação de ‘classe C’ por ‘nova classe média’ – que desta vez aparece sem a especificação ‘brasileira’ – formulada por um enunciador-coletivo, mas com a diferença de que a relação estabelecida pelo acontecimento entre as duas expressões nominais é de apelidação, ou seja, ‘nova classe média’ é instituída pelo acontecimento como apelido de ‘classe C’.

A relação de apelidação se dá de modo diferente da de batizado. Podemos dizer que, no batismo, há um nome que significa como “legítimo”. Considerando nosso recorte anterior, supomos que ‘nova classe média brasileira’ predomina sobre ‘classe C’, impedindo a identificação do objeto referido por esse nome. Na apelidação, não há, necessariamente, apagamento; os dois nomes podem existir simultaneamente. O que vai definir o emprego de um ou de outro é a divisão política própria do espaço de enunciação.

Sendo assim, o nome ‘nova classe média [brasileira]’ não exclui ‘classe C’, como poderíamos supor pelo recorte (2). Isso fica evidente pelo recorte (4), que reescreve ‘nova classe média’ por ‘classe C’:

(4) Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (classe C) entre 2003 e 2011. (p. 27)

A reescrituração estabelece uma relação sinonímica entre as expressões ‘classe C’ e ‘nova classe média’, ou seja, o acontecimento do recorte (4) apresenta essas expressões como equivalentes e, logo, com a mesma referência. No entanto, há um aspecto político nesse

enunciado que faz com que essa relação não seja unívoca: a cena enunciativa está dividida de tal forma que a enunciação do nome ‘nova classe média’ é atribuída a outro lugar social de Locutor que recorre à voz de um enunciador-genérico, como nos indica o particípio do verbo “chamar” na articulação com o nome. Essa formulação nos deixa ver que a enunciação do nome ‘nova classe média’ atravessa o lugar do senso comum, apresentando-se como um dizer diluído na voz de um “todos” que enuncia.

A expressão ‘chamada nova classe média’ é reescrita por repetição mais uma vez:

(5) A análise da evolução das classes econômicas [...] revela formidável estabilidade na taxa de crescimento da chamada nova classe média em todo período. (p. 151)

O acontecimento dos recortes (4) e (5) produz uma contradição quando consideramos o movimento da textualidade. Se, nos recortes (2) e (3), o Locutor assumiu a enunciação da expressão nominal ‘nova classe média’, expressão com que renomeou o objeto previamente identificado pelo nome ‘classe C’, nos recortes (4) e (5), rememora essa expressão como própria do senso comum, de outro(s) lugar(es) de nomeação e de outra história de enunciações.

Vejamos, agora, o recorte (6):

(6) Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de pessoas (o equivalente a uma França) foram agregados ao que denominamos nova classe média, ou vulga classe C, chegando hoje a 55% de nossa população. (p. 258)

Temos, mais uma vez, a relação sinonímica entre ‘nova classe média’ e ‘classe C’, como nos indica a conjunção alternativa “ou”, que marca a equivalência entre as expressões. Notemos, no entanto, que a expressão nominal ‘nova classe média’ está articulada no sintagma “ao que denominamos nova classe média”, indicando a voz de um enunciador-coletivo cuja projeção é ambígua: o Locutor tanto pode falar assumindo a autoria da nomeação quanto falar partilhando esse nome com “todos” que o enunciam, com a coletividade social. A enunciação do nome ‘classe C’ é atribuída a outro lugar social, o do “vulgo”. Assim, o nome ‘classe C’ é dito enquanto constituído pela história de enunciações que lhe deu o vulgo.

Embora as expressões ‘nova classe média’ e ‘classe C’ sejam significadas por esse acontecimento como sinônimas, podemos entender que há uma diferença que opera entre elas: a atribuição da enunciação do nome ‘classe C’ ao lugar social do vulgo parece produzir uma significação pejorativa ao objeto identificado. Esse efeito de sentido é possível se consideramos o segundo enunciado do recorte (3) acima, que funciona como argumento para a instituição da renomeação de ‘classe C’, por esse nome “soar depreciativo”.

Dessa forma, se há relação de sinonímia entre ‘classe C’ e ‘nova classe média’, essa relação é marcada pela contradição própria do político: ‘classe C’ é ‘nova classe média’ porque há diferentes lugares de nomeação que identificam o mesmo objeto, ou, em outras palavras, a classe C só pode ser nova classe média porque há uma divisão do espaço de enunciação que atribui a enunciação do nome ‘classe C’ ao vulgo e a enunciação do nome ‘nova classe média’ ao Locutor-cientista, ainda que contraditoriamente.

Consideremos outro recorte:

(7) Talvez por isso, o estudo mais recente sobre classe média mundial da Goldman Sachs (The expanding middle, 2008) gere resultados próximos à nossa classe C, vulga média. (p. 84)

Aqui, o nome ‘classe C’ é reescrito por ‘vulga [classe] média’. Notamos, assim, que a enunciação do nome ‘[classe] média’ é atribuída ao lugar social do vulgo e é por essa relação que a classe C é significada como classe média. Em outras palavras, a classe C é classe média no dizer do vulgo.⁴¹

Há um movimento de sentidos interessante que pode ser descrito pelo percurso dos recortes:

1. A expressão nominal ‘nova classe média’ aparece, primeiro, como nome usado pelo Locutor para batizar o objeto já nomeado pela expressão ‘classe C’ e, depois, como apelido de ‘classe C’; sua enunciação é, na sequência, atribuída a outros lugares sociais, indicando que sua história atravessa o lugar do senso comum;
2. Os recortes (2) e (3) apontam para o que chamamos de “gerenciamento do nome”: troca-se ‘classe C’ por ‘nova classe média’. Essa permuta não produz, de todo, um apagamento. O recorte (4) apresenta ‘classe C’ como sinônimo de ‘nova classe média’ e o recorte (6)

⁴¹ Interessante notarmos que o “vulgo” tanto pode representar a sociedade em geral quanto os analistas econômicos/sociais.

especifica essa relação, mostrando que ela só é possível porque há diferença em relação a quem enuncia. ‘Classe C’ é ‘nova classe média’ porque o vulgo assim nomeia. Dessa forma, a significação da classe C como classe média (aqui podemos dizer categoria média) é enunciada pelo vulgo.

Considerando a oposição estabelecida pelo recorte (1), entre a nova e a velha classe média, diremos que, se há afirmação da classe C como classe média, é em virtude da relação construída no processo designativo das expressões ‘classe C’ e ‘nova classe média’. ‘Classe C’ não pode funcionar, pela latência de futuro instaurada por esse acontecimento, como sinônimo de ‘velha classe média’. Percebemos que há, então, uma divisão interna ao grupo “classe média” que produz seus elementos como desiguais.

3.1.1 Classes sociais *versus* classes econômicas

Retomemos o recorte (2):

(2) Em particular, passamos a acompanhar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, D, E, e a classe C, a qual batizamos de nova classe média brasileira). Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. (p. 17)

Dissemos acima que o Locutor-cientista recorre a um enunciador-universal que significa as denominações de classe (‘[classes] A, B, C, D, E’ e também ‘nova classe média’) a partir da relação hiperonímica com ‘classes econômicas brasileiras’. É, igualmente, na voz de um enunciador-universal que aparece a relação hiperonímica entre ‘operariado, burguesia, capitalistas etc.’ e ‘classes sociais’. Desse modo, o recorte opera uma diferença entre ‘classes econômicas’ e ‘classes sociais’ e aproxima ‘[classes] A, B, C, D, E’ de ‘nova classe média’ como hipônimos de ‘classes econômicas’ ou ‘estratos econômicos’.

A expressão ‘nova classe média’ – que aparece aqui substituindo ‘classe C’ – é, por esse acontecimento, hipônimo de ‘classe econômica’ e não de ‘classe social’, ou seja, o que se diz acerca da nova classe média, se diz enquanto classe econômica e não enquanto classe social. Essa diferença é marcada também pelo lugar social do Locutor, qual seja, o de

economista, que se contrapõe, no recorte, ao de sociólogo. A expressão ‘classes econômicas’ é reescrita por ‘estratos econômicos’ e em ambas as reescrituras, a determinação do adjetivo ‘econômico’ sobre os substantivos ‘estratos/classes’ concorre para a produção do sentido especializado da expressão.

O acontecimento do recorte (2) recorta o real de tal forma que há classes que correspondem ao domínio econômico e outras que correspondem ao domínio da Sociologia. O Locutor, ocupando o lugar social de economista, procura diferenciá-las, como nos mostra o enunciado “Os sociólogos podem relaxar...”.

Observemos o seguinte recorte:

(8) Com base na classificação das pessoas em grupos de renda, são incorporadas expectativas e atitudes e a renda permanente é aquela na qual os estoques de ativos são convertidos em fluxos. (p. 19)

Aqui, ‘classes econômicas’ do recorte anterior é reescrita por ‘grupos de renda’ no sintagma ‘classificação das pessoas em grupos de renda’, de modo que a determinação do adjetivo ‘de renda’ sobre ‘grupos’ na expressão nominal produz uma especificação de ‘econômico’, se consideramos a relação sinonímica entre ‘grupos de renda’, ‘classes econômicas’ e ‘estratos econômicos’. Podemos dizer, a partir dessa relação, que o aspecto econômico que subsidia a classificação é o da renda, como indicam o recorte (8) e o seguinte, que reescreve ‘classes econômicas’ e ‘grupos de renda’ por ‘estratos de renda’:

(9) Esse erro corresponde aos diferentes estratos de renda: 29,2% na classe AB, 29,5% na classe C, 49% na classe D e 12,4% na classe E. (p. 81)

Vemos, assim, que as denominações de classe que observamos – ‘classe C’ e, especialmente, ‘nova classe média’ – são significadas enquanto classes econômicas – e não enquanto classes sociais – e que o critério econômico determinante para a classificação é a renda.

3.1.2 “Nova classe média” como estado

Consideremos outro recorte:

(10) Em nossa pesquisa as pessoas não são pobres, ricas ou nova classe média, mas estão, ou não, nesses estados em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas de toda população vão a campo. (p. 79)

Vemos outro sentido estabelecido para o nome ‘nova classe média’ que desloca os anteriores. O sintagma ‘pobres, ricas ou nova classe média’ é reescriturado por ‘estados’, ou seja, ‘estados’ funciona como hiperônimo de ‘pessoas pobres, ricas ou nova classe média’. Há aqui um deslocamento: ‘nova classe média’ passa de nome de classe a estado. Esse deslizamento se sustenta em um aspecto sintático: ‘nova classe média’ passa de substantivo a adjetivo nesse acontecimento enunciativo. ‘Pobres’ e ‘ricas’ já são, morfologicamente, adjetivos. Tomemos ‘pobreza’ e ‘riqueza’. Podemos dizer que um dos sentidos possíveis para essas palavras é “estado de quem é pobre” e “estado de quem é rico”, respectivamente. No entanto, não podemos dizer que ‘nova classe média’ é “o estado de quem é x (médio?)”. Dessa forma, o acontecimento do recorte (10) apresenta a nova classe média não como classe ou categoria social, mas como estado. A significação de ‘nova classe média’ como ‘estado’ pode servir de argumento à mobilidade social, pois ‘estado’ significa, por esse recorte, transitoriedade e não permanência.

3.1.3 Os nomes e as diferentes divisões sociais

Considerando novamente o recorte (2) citado acima, vimos que ele produz uma divisão do real que afirma a existência de classes sociais e de classes econômicas. De acordo com o acontecimento desse recorte, as denominações de classe que são formadas pela junção de um elemento determinante ao nome ‘classe’ são aquelas que referem as classes econômicas. As denominações que referem as classes sociais apresentam outra estrutura morfossintática no excerto; estão mais ligadas às divisões sociais que partem das relações de produção no sistema capitalista (“operariado, burguesia”), como vimos no capítulo I.

A enumeração apresentada no recorte (2) para ‘classes econômicas’ significa pela disposição hierárquica da sociedade, como atesta o emprego das letras do alfabeto, indicando a ordem gradual. O recorte (9), também reproduzido acima, apresenta a mesma organização social, com a diferença de que desfaz as fronteiras entre as classes A e B, como mostra a expressão ‘classe A/B’, que aglutina o que antes era tomado como diferente. Consideremos, agora, os recortes (11) e (12):

(11) [...] estamos preocupados também com outras fronteiras, como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para a classe alta. (p. 82)

(12) [...] a idéia de classe média mexe com todos para além daqueles contidos em suas fronteiras. Aos pobres e remediados como aspiração de destino, as elites, que muitas vezes se enxergam como uma espécie de classe média estrangeira em solo tupiniquim. (p. 20)

Em (11), classe média e classe alta significam como categorias sociais que se organizam pela disposição vertical, como indica o sintagma ‘entrada na classe média e a saída deste grupo para a classe alta’. Retomemos os sentidos postos pelo recorte (10) transcrito acima. Tal como (11), ele apresenta instâncias de divisão, mas que não são tomadas como categorias e sim como estados. (10) divide a sociedade em ‘pessoas pobres, ricas ou nova classe média’. Podemos dizer, resguardadas as devidas diferenças, que ‘pessoas ricas’ pode funcionar como especificação de ‘classe alta’. Interessante notarmos que em (11) funciona a expressão ‘classe média’, enquanto em (10), aparece o nome ‘nova classe média’.

(12) significa a sociedade a partir de uma oposição entre ‘classe média’, ‘pobres e remediados’ e ‘elites’. Podemos dizer que ‘elites’ reescreve ‘classe alta’. Esse conjunto acaba por funcionar como mais um modo de dividir a sociedade que se constitui na obra. Por essa divisão, vemos uma escala vertical que parte dos pobres e remediados, passa pela classe média e culmina na elite ou classe alta. Podemos indagar se, de acordo com essa divisão, ‘classe média’ pode funcionar como sinônimo de ‘nova classe média’ e, ainda, o que diferencia os pobres dos remediados.

Para além dessa segmentação, vimos como as expressões nominais ‘classe média’, ‘nova classe média’ e ‘classe C’ inscreveram diferentes divisões da sociedade ao longo do texto, muitas vezes de modo contraditório. Voltemos a uma questão que ficou suspensa no

início da análise. Dissemos acima que ‘nova classe média’ é predicada no título da obra por ‘lado brilhante da base da pirâmide’. Dessa forma, o que se diz acerca da nova classe média se diz como referência à base da pirâmide. Tomemos (13):

(13) [...] na soma dos estratos econômicos médios e altos da distribuição, sintetizados nas classes A, B, C, 13,1 milhões foram adicionados desde 2009, perfazendo um total de 48,8 milhões de ingressantes nesse grupo, entre 2003 e 2009 [...] Em contrapartida, a base da pirâmide econômica, formada pelas classes D e E, foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 63,6 milhões em 2011, sendo 9,7 milhões, desde 2009. (p. 87)

Aqui, o sintagma ‘classes A, B e C’ reescreve ‘estratos econômicos médios e altos da distribuição’, enquanto ‘classes D e E’ reescreve ‘base da pirâmide econômica’. ‘Classes A, B e C’ está em oposição a ‘classes D e E’. De acordo com o acontecimento desse recorte, tomar as classes A, B e C é referir os estratos econômicos médios e altos da distribuição social, enquanto tomar as classes D e E é referir a base da pirâmide. Podemos dizer que ‘classe C’ é, portanto, diferente de ‘base da pirâmide’. Retomemos, agora, o título. Se o recorte (13) mostrou uma diferença entre ‘classe C’ e ‘base da pirâmide’, por que o título reescreve ‘nova classe média’ – que funciona como reescrituração de ‘classe C’ – por ‘base da pirâmide’?

Um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, sob a coordenação de Marcelo Neri, é intitulado “A nova classe média: o lado brilhante dos pobres”. Vemos que o título da obra é paráfrase do título do estudo e, dessa forma, ‘base da pirâmide’ reescreve ‘pobres’. Por essa reescrituração, o que se diz enquanto nova classe média se diz como referência aos pobres e à pobreza. Entendemos que a predicação construída pelos títulos produz efeitos a partir da contradição que instala, já que desloca alguns sentidos construídos historicamente para a classe média, sobretudo no que diz respeito ao seu modo de identificação e à sua importância no sistema capitalista. Por outro lado, endossa a discussão brasileira acerca da própria legitimidade de se tomar como “classe média” um grupo que está bastante próximo da “pobreza” ou mesmo que se confunde com ela, como nos faz concluir a predicação construída pelo título.

3.2 “A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: AMBIÇÕES, VALORES E PROJETOS DE SOCIEDADE”, DE BOLIVAR LAMOUNIER E AMAURY DE SOUZA

O título da obra apresenta a expressão nominal ‘classe média brasileira’. Diferentemente da obra de Neri analisada anteriormente, Lamounier e Souza não empregam o nome ‘nova classe média’ nesse lugar, o da titulação. Observemos o primeiro recorte, que figura ainda no prefácio:

(1) Do ponto de vista sociológico, o processo focalizado, que também ocorre em países como Índia, China, Irã e Rússia, é a rápida transformação da chamada classe C em numerosos estratos de nível mais alto, situados ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional.⁴²

O Locutor, agenciado pelo lugar social de cientista, recorre à voz de um enunciador-universal para se referir à “transformação da chamada classe C em numerosos estratos de nível mais alto, situados ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional”. Essa voz apresenta o dizer como verdadeiro, em virtude de sua relação com os fatos, já que se trata de um “processo focalizado” no domínio sociológico. No entanto, o acontecimento apresenta a enunciação do nome ‘classe C’ atribuída a outro lugar social que recorre à voz de um enunciador-genérico, projetando esse nome como próprio do senso comum, ou seja, como um nome que se apresenta na enunciação de um “todos” que aí se dilui. Desse modo, a história de enunciações da expressão nominal ‘classe C’ atravessa o lugar do senso comum, dessa voz disseminada socialmente, não-marcada, porque indistinta.

O acontecimento do recorte (1) promove, assim, uma diferença entre ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’, ao recortar o memorável de divisão social em estratos e predicar “classe C” por “transformação...”. Notemos, antes, que a expressão nominal ‘classe média tradicional’ é formada pela determinação do adjetivo ‘tradicional’ sobre o nome ‘classe média’, o que produz um memorável de existência e de propriedade ao “lugar” social, como nos indica o adjetivo “tradicional”. A diferença entre ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’ se opera porque ‘classe C’ não se transforma em ‘classe média tradicional’, de acordo com a formulação; ‘classe C’ se transforma em ‘numerosos estratos de nível mais alto, situados ao

⁴² Na obra, as páginas que compõem o prefácio não são enumeradas.

lado ou logo abaixo da classe média tradicional’. O acontecimento nos indica, enquanto futuridade, ou seja, enquanto interpretável, que ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’ não são equivalentes. Há uma divisão do real de tal forma que a classe C está verticalmente inferior à classe média tradicional. Se a história de enunciações dessas expressões marca uma possível paráfrase entre elas, o acontecimento do recorte (1) desfaz essa relação porque as distingue.

A classe C deixa de existir, porque se transforma; no entanto, não se transforma em classe média tradicional, mas em numerosos estratos que se situam ao lado ou abaixo dela. Podemos dizer, então, considerando o acontecimento desse recorte, que as expressões nominais ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’ não podem funcionar como sinônimas e, logo, que a referência delas não se confunde⁴³, porque, tal como o processo designativo as constrói, apontam para objetos diferentes.

O memorável da divisão social em estratos que funciona nesse acontecimento faz significar a diferença entre ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’ pela disposição hierárquica, de modo que a classe C está muito abaixo da classe média tradicional, e mesmo quando se transforma, não se confunde com ela, pois ou se situa abaixo ou ao lado dela. Podemos questionar como o acontecimento instaura sua latência de futuro significando a passagem (“transformação”) hierárquica e verticalmente organizada sem nomear os “numerosos estratos” que estão entre a classe C e a classe média tradicional. Da mesma forma, podemos indagar que estratos são esses que se situam ao lado da classe média tradicional e não se confundem com ela, pois estar ao lado não significa, por esse acontecimento, ser igual. Outro aspecto interessante diz respeito à referida transformação: se a classe C deixa de existir, de que modo a estrutura de classes se organiza a partir desse fenômeno?

Vejamos outro recorte:

(2) O capital social da classe média antiga é obviamente superior ao da ora ascendente classe C. (p. 7)

Em (2), ‘classe média antiga’ reescreve ‘classe média tradicional’ de (1), enquanto ‘ascendente classe C’ reescreve ‘chamada classe C’. A enunciação do nome ‘classe C’ não está atribuída a outro lugar social, como no recorte anterior. O Locutor-cientista assume como seu dizer a enunciação desse nome, anteriormente atribuída ao senso comum. Ele faz uso de

⁴³ Destacamos, no entanto, que expressões não-sinônimas podem apresentar o mesmo referente.

uma voz genérica (apresentando o dizer como aquilo que é do conhecimento de todos, que é “óbvio”) e mantém a oposição entre as duas expressões, confirmando a posição inferior da classe C, ao utilizar como argumento a diferença no “capital social”⁴⁴ das duas classes.

Entretanto, há uma contradição que opera aqui: o recorte (1) nos fala da transformação da classe C em numerosos estratos que estão abaixo ou ao lado da classe média tradicional. Por essa afirmação, o recorte nos possibilitou entender que a classe C deixou de existir, porque se transformou. Em outras palavras, o recorte (1), ao construir o objeto “classe C”, o apresenta como extinto, dada sua transformação. No entanto, o recorte (2), ao apresentar a expressão “ascendente classe C”⁴⁵, sinaliza para um processo em curso, ou seja, o acontecimento indica que a ascensão da classe C ainda ocorre, o que nos leva a afirmar que a classe C não deixou de existir. Essa contradição está ligada à temporalidade dos acontecimentos dos recortes, ou seja, àquilo que os acontecimentos recortam como passado e projetam como interpretação (futuro). A contradição mostra que a relação entre o nome e o objeto não é lógica, ou seja, o nome faz mais do que apontar objetos verdadeiros *a priori*, ele dá existência simbólica a esses objetos, pelo processo de identificação do referente.

Vejamos (3):

(3) [...] abriu espaço para a mobilidade social de grandes contingentes, formando o que se tem denominado “nova classe média”. Assim, ao lado da chamada classe média A/B, constituída pelos estratos médios mais antigos, coexistindo com ela e adquirindo hábitos semelhantes, observa-se cada vez mais a presença de indivíduos e famílias provenientes da chamada classe C. (p. 1)

Nesse recorte, pela primeira vez na obra, aparece a expressão nominal “nova classe média”, referida pela sua formação a partir da “mobilidade social de grandes contingentes”. Cabe analisar de que modo essa expressão se relaciona com as duas outras já vistas nos recortes anteriores (e respectivas reescrituras). Consideremos que o segundo enunciado que integra o recorte funciona como uma expansão do primeiro e, assim, especifica o sentido da “formação da nova classe média”. O segundo enunciado apresenta a expressão nominal

⁴⁴ Interessante pensar, de acordo com a terminologia dos autores, o que constitui o “capital social” de uma determinada classe, já que temos uma palavra própria do discurso econômico (“capital”) articulada e determinada pelo adjetivo “social”.

⁴⁵ Essa expressão pode ser parafraseada por “A classe C ascende/está em ascensão.”

‘classe média A/B’ reescrita logo na contiguidade por ‘estratos médios mais antigos’. Essa reescrituração nos indica que ‘classe média A/B’ reescreve ‘classe média tradicional’ e ‘classe média antiga’ dos recortes anteriores por sinonímia. O enunciado apresenta, ainda, a expressão ‘classe C’ e a predica pela posição lateral, de “coexistência” e pela aquisição de hábitos semelhantes aos da ‘classe média A/B’. Mais uma vez, vemos que a diferença entre ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’ (antiga/A/B) se opera porque a classe C coexiste com a classe média “tradicional” sem se confundir com ela.

As enunciações das três denominações de classe que aparecem no acontecimento desse recorte são atribuídas a outros lugares sociais, tal como em (1), deixando ver que sua história atravessa o lugar do senso comum. Mesmo a expressão ‘nova classe média’, que aparece pela primeira vez, é significada como própria desse lugar.⁴⁶ O acontecimento recorta o memorável dessas enunciações e as atualiza em seu presente. No entanto, o modo como ‘nova classe média’ se relaciona com ‘classe média A/B’ e com ‘classe C’ é controvertido. Podemos levantar duas hipóteses:

(A) ‘nova classe média’ reescreve por hiperonímia as outras duas expressões, funcionando, assim, por incluir ‘classe média A/B’ e ‘classe C’ como seus elementos constitutivos, ou seja, ‘nova classe média’ refere, segundo essa leitura, o grupo constituído pela conjunção da classe média A/B (antiga/tradicional) com a classe C;

(B) ‘nova classe média’ reescreve ‘classe C’ por sinonímia, já que o acontecimento predica a formação da nova classe média pela mobilidade social de grandes contingentes, apresenta a reescrituração de ‘classe média A/B’ por ‘estratos médios mais antigos’, sinalizando para a já constituição da ‘classe média A/B’ como ‘estrato médio’ – como indica o adjetivo ‘antiga’ – e afirma a coexistência cada vez maior da classe C (ascendente, de acordo com o recorte (2)) com a classe média A/B.

No entanto, nenhuma dessas possibilidades se sustenta. Consideremos o sintagma ‘presença de indivíduos e famílias provenientes da chamada classe C’. O modo como a expressão nominal ‘classe C’ está articulada nele – sobretudo pela sua articulação com o adjetivo ‘proveniente’ - deixa ver um movimento ascendente vertical que toma como pólos ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’. ‘Nova classe média’ passa a referir, então, ‘indivíduos e famílias provenientes da chamada classe C’. Por essa referência, vemos que o

⁴⁶ As aspas funcionam por marcar, igualmente, que se trata de outro lugar social de locutor.

acontecimento projeta como sentido que a nova classe média não se confunde com a classe média tradicional, porque coexiste com ela, em posição lateral, tampouco com a classe C, pois indica indivíduos e famílias que provêm dela. Vejamos outro recorte:

(4) Os grupos de discussão diferenciam a classe média tradicional, já estabelecida, da nova classe média emergente. (p. 25)

Aqui, ‘classe média tradicional’ reescreve por repetição a mesma expressão do recorte (1) e por sinonímia ‘classe média antiga’ e ‘classe média A/B’, dos recortes (2) e (3); é reescrita logo na sequência por ‘já estabelecida’, que funciona como uma explicação dos adjetivos ‘tradicional’ e ‘antiga’. ‘Nova classe média emergente’ reescreve por repetição ‘nova classe média’ do recorte (3), especificando seu sentido por meio da determinação do adjetivo ‘emergente’ sobre o nome. O acontecimento desse recorte apresenta a oposição da ‘classe média tradicional’ com a ‘nova classe média emergente’. No recorte (2), aparece a expressão ‘ascendente classe C’. Podemos considerar que o adjetivo ‘ascendente’ pode funcionar como reescritura de ‘emergente’ e, desse modo, ‘nova classe média emergente’ seria reescritura de ‘ascendente classe C’. Essa reescritura instala outra contradição na textualidade, quando consideramos as diversas cenas enunciativas constituídas pelos recortes da obra, pois vimos que no recorte anterior a nova classe média não se confunde com a classe média tradicional e tampouco com a classe C. O movimento de reescritura das denominações mostra a tensão na configuração da classe média, pois o texto apresenta ora a extinção da classe C, em decorrência de sua transformação, ora seu movimento contínuo de ascensão, ora sua significação como ‘nova classe média’. Vejamos (5):

(5) Nas famílias típicas da classe média tradicional (A/B), há substancial proteção embutida nos níveis de renda mais elevados [...]. Na classe média baixa, todos esses fatores têm o sinal algébrico invertido. (p. 5)

Ele estabelece uma oposição entre ‘classe média tradicional (A/B)’ e ‘classe média baixa’. O nome ‘classe média tradicional’, reescrito logo na contiguidade por ‘(A/B)’, é repetido no recorte. Considerando a oposição estabelecida pelos recortes anteriores entre ‘classe média tradicional’ e ‘nova classe média’ ou ‘classe C’, podemos dizer que ‘classe média baixa’ funciona como reescritura de ‘classe C’ - ou de ‘nova classe média’. Esse sentido é visto em (6) e em (7), onde ‘classe média baixa’ é reescrita por ‘[classe] C’ e está em oposição a ‘classe média (A/B)’:

(6) Para simplificar a interpretação, utilizamos uma única nomenclatura para as classificações geradas por todos os critérios, a saber: classe média (A/B), classe média baixa (C), classe trabalhadora (D) e classe baixa (E). ((p. 19)

(7) Na classe média (A/B), só 43% declaram não participar de alguma organização. Esse percentual sobe para 62% na classe D e 63% na E, com a classe média baixa (C) ocupando um patamar intermediário (56%). (p. 110)

O interessante a notar em (6) é que ele apresenta dois sistemas de classificação correlacionados: as denominações de classe formadas pelas letras do alfabeto são remetidas a outras denominações pela voz de um enunciador coletivo. Destacamos, aqui, a oposição entre ‘classe média’, reescrita por ‘(A/B)’ e ‘classe média baixa’, reescrita por ‘(C)’, que aparece também em (7). Nos recortes anteriores, vimos a expressão ‘classe média’ ser determinada por um adjetivo, seja ‘nova’ ou ‘tradicional/antiga’. Mesmo na expressão ‘classe média A/B’, ‘A/B’ funciona como qualificador e não como outro nome de classe. Em (6), no entanto, a expressão ‘classe média’ está sem determinante, sendo reescrita já na contiguidade por ‘[classe] A/B’. Diremos que ‘classe média (A/B)’ reescreve ‘classe média tradicional/antiga’ dos recortes anteriores. Vejamos (8):

(8) Outra constatação importante é a relativa aproximação das famílias de classe média baixa (C) do padrão da classe média alta. (p. 43)

O acontecimento desse recorte opõe ‘classe média baixa’, que aparece reescrita por ‘[classe] C’, a ‘classe média alta’. Podemos considerar que ‘classe média alta’ reescreve ‘classe média (A/B)’ de (6) e (7) e, portanto, ‘classe média tradicional/antiga’ dos recortes iniciais. ‘Classe média baixa (C)’ é reescrita por repetição.

Precisamos fazer algumas considerações sobre as relações entre as expressões nominais ‘classe C’, ‘classe média’ e ‘nova classe média’, e respectivas reescrituras:

- O recorte (1) nos permitiu entender que o nome ‘classe C’ identifica um objeto que deixou de existir porque sofreu transformação. Mesmo com essa mudança, o objeto não se confunde com a classe média tradicional. (2), no entanto, apresenta a expressão ‘ascendente classe C’,

indicando que a ascensão⁴⁷ da classe C ainda ocorre. Vemos que há aí uma primeira contradição;

- A designação da expressão nominal ‘nova classe média’ é igualmente contraditória. Pelo recorte (3), podemos considerar que ‘nova classe média’ funciona como hiperônimo de ‘classe média A/B/tradicional’ e de ‘classe C’. No entanto, vimos que há uma especificidade na relação entre essas expressões que distingue ‘nova classe média’ das outras duas. Podemos dizer que ‘nova classe média’ guarda relação com os ‘numerosos estratos de nível mais alto, situados ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional’, referidos no recorte (1);
- O recorte (1) organiza o social de forma que há uma disposição hierárquica que parte daquilo que o autor chama “classe C”, passa pelos numerosos estratos que estão ao lado ou abaixo da classe média tradicional e, finalmente, chega a essa. A interpretação que fizemos no item anterior se sustenta porque em (3), a sociedade está disposta em uma ordem que considera a nova classe média como superior à classe C, já que refere, nesse acontecimento, as famílias provenientes da classe C;
- O recorte (4) pode indicar que ‘nova classe média’ e ‘classe C’ funcionam como sinônimos, instaurando outra contradição, pois vimos que (3) distingue essas duas expressões;
- O texto constrói a oposição entre ‘classe C’ e ‘classe média tradicional’, que se sustenta ou se mantém estável ao longo da obra;
- Os recortes (5), (6), (7) e (8) apresentaram a expressão nominal ‘classe média baixa’ como reescritura de ‘classe C’. (8) ainda apresentou ‘classe média alta’ reescrevendo ‘classe média tradicional’ e respectivas reescrituras.

Esse percurso mostra como há tensão e contradições no modo como a obra nos apresenta a organização social, especialmente no que se refere à configuração da classe média, marcada pelo jogo político de inclusão/exclusão. Se considerarmos o título da obra e o recorte (1), que parte diretamente da transformação da classe C e seu reflexo na composição da estrutura social, veremos que, ao apresentar a expressão ‘classe média brasileira’, os autores significam esse grupo como afetado pela mobilidade social protagonizada pela classe C. No entanto, o modo como ‘classe C’ funciona como ‘classe média’ é marcado pela contradição própria do político, pois ‘classe C’ só é ‘classe média’ porque ela se distingue da classe média tradicional e é significada pelo acontecimento como ‘classe média baixa’, ou

⁴⁷ Podemos entender a ascensão como uma mudança ou transformação.

seja, partindo dos nomes, vemos como os adjetivos determinantes inscrevem diferentes modos de dividir e significar a sociedade. Vejamos (9):

(9) A classe C deixa de ser “baixa” e começa a ser “média”, disputando espaço aos estratos situados imediatamente acima dela – ou seja, às classes médias tradicionais. (p. 157)

O recorte ilustra o que acabamos de dizer: nesse acontecimento, a classe C é média, mas não se confunde com a classe média tradicional, produzindo, assim, uma divisão interna ao grupo referido pela expressão ‘classe média brasileira’.

3.2.1 ‘Classe social’ (de renda)

Consideremos os seguintes recortes:

(10) Convidamos os entrevistados a mencionarem, primeiro de maneira espontânea, a classe social a que pertenciam e, em seguida, a classe a que julgavam pertencer [...] (p. 17)

(11) Esses valores são bem mais altos na classe média alta [...] em relação à qual se reduz sua distância das famílias de classe C (renda média). (p. 45)

(10) cita o processo de entrevista realizado pelos autores para obter informações acerca do modo de vida dos sujeitos sociais. Nele, figura a expressão ‘classe social’, que pode funcionar como reescrituração hiperonímica das outras denominações de classe. Vimos, na análise anterior, que Neri faz uma distinção entre ‘classes econômicas’ e ‘classes sociais’, predicando ‘nova classe média’ e as outras denominações de classe que observamos por ‘classes econômicas’ e não por ‘classes sociais’. O acontecimento do recorte (10) nos deixa ver que em Lamounier e Souza essa relação é inversa, pois o Locutor assume ‘classe média’ e as demais denominações de classe mencionadas ao longo dos recortes como ‘classes sociais’.

No entanto, o recorte (11), ao reescrever ‘classe C’ por ‘renda média’, produz a caracterização das classes por meio da renda, ou seja, o acontecimento do recorte, mesmo estabelecendo que se trata de classes sociais, aponta que o critério de organização é monetário

(a renda). Por essa relação de sentido, diremos que há uma redução do social ao econômico nesse acontecimento enunciativo.

3.2.2. Divisões sociais

Como dissemos acima, os recortes nos apresentaram uma disposição hierárquica da sociedade de tal forma que a classe C é inferior à classe média tradicional. Destacamos do recorte (1) a afirmação de que há numerosos estratos que se situam ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional nos quais a classe C se transforma. Como já dissemos também, é interessante ver no acontecimento do recorte que há uma divisão da sociedade que considera a existência de estratos que estão ao lado da classe média tradicional e não se confundem com ela. O recorte (9), reproduzido acima, confirma a posição inferior da classe C, afirmando que ela deixa de ser “baixa” e passa a ser “média”. A obra marca contraditoriamente a significação da “nova classe média”, que entendemos, a partir do acontecimento, como inferior à classe média tradicional.

O recorte (8) apresenta uma divisão de ‘classe média’ em ‘classe média alta’ e ‘classe média baixa’. Vemos um modo de significar a redivisão pautado na inclusão dos adjetivos hierárquicos nas expressões nominais.

Ressaltamos, sobretudo, a divisão constituída pelo acontecimento dos recortes (6) e (7). Como dissemos, (6) apresenta dois sistemas de classificação correlacionados: o que dispõe as classes a partir das denominações formadas pela inclusão das letras alfabéticas nas expressões nominais e outro que inscreve divisões hierárquicas a partir das expressões formadas pelos adjetivos escalares. Ganha destaque a divisão da classe média em ‘classe média’ e ‘classe média baixa’ e também a expressão nominal ‘classe trabalhadora’, que produz a divisão social pelo trabalho. Essa última expressão, ‘classe trabalhadora’ inscreve outra divisão social, pelo exercício do trabalho, que divide espaço nessa classificação, com a divisão pela renda. Outro aspecto dos recortes apresentados que deve ser evidenciado é a ausência de referência a uma possível instância hierarquicamente superior à classe média. Isso fica visível sobretudo em (6), que não menciona uma possível “classe alta”.

3.3 O “RELATÓRIO DA COMISSÃO PARA DEFINIÇÃO DA CLASSE MÉDIA NO BRASIL”, PUBLICADO PELA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE/PR)

3.3.1 A configuração do Locutor e a performatividade do Relatório

O Relatório que tomamos, neste tópico, como objeto e que propõe uma definição da classe média brasileira é fruto do trabalho desenvolvido entre novembro de 2011 e abril de 2012 por uma Comissão instituída pela Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Dessa forma, o próprio dizer do Relatório se apresenta como o dizer dessa Comissão.

Os objetivos da Comissão foram: “*i*) identificar as diversas definições de nova classe média disponíveis e propor novas alternativas; *ii*) avaliar a solidez das bases conceituais de cada uma e *iii*) aferir a praticidade da proposta selecionada” (RELATÓRIO, p. 10). Para que tais objetivos fossem alcançados, a Comissão foi dividida entre Comissão de Avaliação e Comissão Técnica.

A Comissão de Avaliação ficou responsável por:

i) definir diretrizes para o trabalho do grupo técnico; *ii*) avaliar a solidez das bases conceituais das propostas elaboradas pelo subgrupo técnico; *iii*) aferir a praticidade dessas propostas e, por fim, *iv*) selecionar a melhor proposta para a definição da classe média” (idem, p. 10).

À Comissão Técnica coube:

i) mapear as diversas definições de classe média disponíveis; *ii*) considerar novas abordagens; *iii*) avaliar os prós e contras de cada uma dessas abordagens e *iv*) propor definições empiricamente práticas, de fácil compreensão, conceitualmente sólidas e adequadas às realidades atuais do País para consideração pelo subgrupo de avaliação (ibidem, p. 10).

Observemos a primeira página do Relatório, que aparece logo depois da capa. Nela, constam a divisão hierárquica dos órgãos governamentais e a referência ao Ministro-Chefe da Secretaria e aos membros que compõem o Grupo de Trabalho nomeado pela SAE:

Governo Federal

Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos⁴⁸

Ministro Moreira Franco⁴⁹

Grupo de Trabalho para Definição de Nova Classe Média

Coordenação Geral da Comissão:

Subsecretário Ricardo Paes de Barros⁵⁰

Comissão Técnica

André Portela⁵¹ (Fundação Getúlio Vargas – SP⁵²)

Arnaldo Barbosa de Lima Júnior⁵³ (Ministério da Fazenda – MF⁵⁴)

⁴⁸ Abaixo do nome da Secretaria, constam seus endereços físico e eletrônico. Além disso, na sequência da enumeração que configura a Comissão de Avaliação, aparecem, ainda, os integrantes da Equipe SAE e os responsáveis pela Produção Estatística e pelo Projeto Gráfico.

⁴⁹ Wellington Moreira Franco ocupou diversos cargos públicos: foi deputado federal por três mandatos; prefeito da cidade de Niterói e governador do Estado do Rio de Janeiro. Em 2007, assumiu a vice-presidência do Fundos de Governo e Loterias da Caixa, cargo que ocupou até 2010. Em 2011, foi nomeado Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, deixando o cargo em março de 2013. (cf. <http://www.moreirafranco.com.br/perfil-e-historico/atuacao-politica/>)

⁵⁰ Ricardo Paes de Barros é doutor em Economia pela University of Chicago, com título obtido em 1987. Desde 1979, é pesquisador do Instituto de Economia Aplicada (IPEA). Ocupou o cargo de Subsecretário de Ações Estratégicas na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. (cf. <http://lattes.cnpq.br/2622654700739335>)

⁵¹ André Portela Fernandes de Souza é professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e coordenador do Centro de Microeconomia Aplicada (C-Micro) da mesma instituição. Possui doutorado em Economia pela Cornell University, dos Estados Unidos, com título obtido em 2001. (cf. <http://lattes.cnpq.br/9655645041052617>)

⁵² A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão criada em 1944, referência nos campos da administração e das ciências sociais e econômicas. Realiza trabalhos sob encomenda para o setor público, para a iniciativa privada e para organismos internacionais. (cf. <http://portal.fgv.br/missao>)

⁵³ Arnaldo Barbosa de Lima Júnior foi Coordenador Geral da COGPS – Coordenação Geral de Políticas Sociais do Ministério da Fazenda. (cf. https://www1.fazenda.gov.br/spe/novo_site/home/quemmacro.html)

Elisa Caillaux⁵⁵ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁵⁶)

Fabio Veras⁵⁷ (International Center for Inclusive Growth – IPC⁵⁸)

Junia Quiroga⁵⁹ (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS⁶⁰)

Miguel Foguel⁶¹ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – RJ⁶²)

Renato Meirelles⁶³ (Data Popular⁶⁴)

⁵⁴ O Ministério da Fazenda é o órgão que, na estrutura administrativa brasileira, cuida da formulação e execução da política econômica. (<http://www.fazenda.gov.br/institucional/sobre-ministerio>)

⁵⁵ Elisa Lustosa Caillaux é técnica da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (cf. <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2057&view=noticia/%27>)

⁵⁶ O IBGE “se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal”. (cf. <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>)

⁵⁷ Fabio Veras Soares é doutor em economia pela University College London, UCL, Inglaterra, com título obtido em 2004. Atualmente, é técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Distrito Federal. (cf. <http://lattes.cnpq.br/8037005189906433>).

⁵⁸ O IPEA hospeda o Centro Internacional de Políticas Para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), uma parceria entre o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – e o governo brasileiro. O Centro promove a produção, divulgação de estudos, recomendações políticas e intercâmbios de práticas em iniciativas de desenvolvimento e crescimento inclusivo. (<http://www.ipc-undp.org/?q=about-us>)

⁵⁹ Junia Valeria Quiroga da Cunha é doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar - da Universidade Federal de Minas Gerais, com título obtido em 2005. Foi Diretora do Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (cf. <http://lattes.cnpq.br/4913483267055380>)

⁶⁰ O MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – foi criado em janeiro de 2004, com a missão de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima às famílias que vivem em situação de pobreza. As ações do MDS são realizadas nas três esferas de governo e em parceria com a sociedade civil, organismos internacionais e instituições de financiamento. (cf. <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao>)

⁶¹ Miguel Nathan Foguel é doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), com título obtido em 2007. É pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (cf. <http://lattes.cnpq.br/8289992852691004>)

⁶² O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas pesquisas fornecem “suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros”. (cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68)

⁶³ Renato Meirelles é comunicólogo, possui MBA em gestão de negócios e é Sócio-Diretor do Data Popular. Neste instituto, conduziu diversas pesquisas sobre o comportamento do consumidor emergente brasileiro. Foi colaborador permanente do Caderno Vozes da Classe Média. (cf. http://abraji.org.br/?id=120&acao=detalhepalestrante&palestrante_id=292)

Rudi Rocha⁶⁵ (Instituto Economia – UFRJ)

Comissão de Avaliação

Amaury de Souza⁶⁶ (MCM Consultores⁶⁷)

Eduardo Giannetti⁶⁸ (Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper⁶⁹)

Marcio Holland de Brito⁷⁰ (Ministério da Fazenda – MF)

Marilena de Souza Chauí⁷¹ (Universidade de São Paulo – USP)

Paulo Januzzi⁷³ (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS)

⁶⁴ O Data Popular é um instituto de pesquisa especializado no comportamento do consumidor emergente. Apresenta várias pesquisas sobre o tema. (cf. <http://www.datapopular.com.br/>)

⁶⁵ Rudi Rocha de Castro é doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com título obtido em 2011. É professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Amaury de Souza é um dos autores do livro “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade”, cujos recortes constituíram o *corpus* da análise feita no capítulo anterior.

⁶⁷ A MCM Consultores foi fundada em 1990 e é “uma das principais empresas de consultoria em economia e política da América Latina”. Sua equipe é composta por cientistas políticos e economistas especializados em diferentes áreas e sua atuação se dá, sobretudo, sob a análise e projeção dos principais indicadores econômicos e políticos. (cf. <http://www.mcmconsultores.com.br/QuemSomos>)

⁶⁸ Eduardo Giannetti da Fonseca é doutor em Economia pela University of Cambridge, com título obtido em 1987. É professor integral no Insper. (cf. <http://lattes.cnpq.br/3155917883977049>)

⁶⁹ O Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa - é uma instituição de ensino superior e pesquisa sem fins lucrativos, que busca ser referência em educação e geração de conhecimento nas áreas de administração, economia, direito e engenharia. Até 2009, teve o nome de Ibmecc – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. (cf. <http://www.insper.edu.br/institucional/o-insper/>)

⁷⁰ Marcio Holland de Brito é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutor pela University of California, Berkeley. Foi membro do Conselho de Administração do BNDES e do Brasilprev e Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda. (cf. <http://lattes.cnpq.br/1393947045088874>)

⁷¹ Marilena de Souza Chauí é doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo, com título obtido em 1971. É professora titular da mesma instituição. (cf. <http://lattes.cnpq.br/1116101797671415>)

⁷² Interessante notar que Marilena Chauí compõe a Comissão de Avaliação do Grupo de Trabalho para definição da Classe Média e é uma das principais autoras a negar a existência de tal classe, como mostramos no capítulo I.

⁷³ Paulo Januzzi é mestre em Administração Pública e doutor em Demografia. É professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE e da Escola Nacional de Administração Pública. Assumiu, em fevereiro de 2011, o cargo de Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (cf. <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/estrutura/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao/perfil-paulo-jannuzzi>)

Rômulo Paes⁷⁴ (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS)

As pessoas referidas pelos nomes citados na composição das comissões que integram o Grupo de Trabalho são significadas pelo texto do Relatório enquanto membros das instituições que aparecem igualmente referidas depois dos respectivos nomes. Dessa forma, é o pertencimento às instituições mencionadas que autoriza essas pessoas a integrarem a Comissão. Aparecem, ainda, referidos pelo nome e pelo pertencimento à SAE, o Ministro Moreira Franco e o Coordenador Geral da Comissão e Subsecretário, Ricardo Paes de Barros.

O que se diz, enquanto dizer que se apresenta como definição, é dito a partir de um lugar coletivo, do Grupo de Trabalho nomeado para a formulação da proposta. No entanto, é necessário considerar que o Grupo é heterogêneo, pois seus integrantes ocupam diferentes lugares sociais e pertencem a instituições diversas. A Comissão é composta por gestores do próprio governo, ligados aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social; integrantes de institutos de pesquisas estatística, econômica e de mercado e acadêmicos ligados a universidades ou centros de pesquisa.

Devemos considerar que o gesto de instituição da Comissão marca a possibilidade de que o dizer sobre a definição se formule. No entanto, pela natureza dividida do Grupo de Trabalho e pela atribuição de tarefas diferenciadas a cada comissão, o dizer é formulado a partir de um gesto de interlocução entre a Comissão de Avaliação (que chamaremos, nesta caracterização, de CA, para evitar repetições) e a Comissão Técnica (que chamaremos de CT) que inclui⁷⁵:

- 1) CA define as diretrizes para o trabalho de CT;
- 2) CT, depois de mapear as definições existentes e analisar as diferentes abordagens, propõe definições de classe média a CA;
- 3) CA seleciona a melhor proposta.

A proposta selecionada pela Comissão de Avaliação se constitui, dessa forma, como a proposta do Grupo de Trabalho, eleita a partir de um consenso. Essa proposta é, em seguida,

⁷⁴ Rômulo Paes de Sousa é médico epidemiologista, especialista em Avaliação de Políticas Públicas e PhD em Epidemiologia pela Universidade de Londres, Reino Unido. Foi Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (cf. <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/estrutura/secretaria-executiva/perfil-romulo-paes-de-sousa>)

⁷⁵ Não consideramos os gestos de interlocução internos a cada Comissão para produção de um consenso sobre as propostas porque não obtivemos acesso às discussões dos integrantes das Comissões.

apresentada à SAE, representada pelo seu Ministro-Chefe.⁷⁶ A decisão da Comissão é endossada pela Secretaria com a publicação do Relatório no endereço eletrônico.

Como a SAE/PR se definia por ser um órgão que constituía, juntamente com outros, a Presidência da República, como nos indica a Lei nº 11.754, de 23/07/2008, e sua função era fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas, havia um gesto de interlocução desta Secretaria com a Presidência da República, o que leva a considerar que, ao endossar o dizer da Comissão, a SAE o assume como seu e apresenta à Presidência o Relatório de definição da classe média.⁷⁷

A performatividade do dizer se dá, assim, por uma relação necessária entre o lugar oficial e um lugar especializado. A SAE, enquanto lugar oficial, nomeia a comissão que será responsável por apresentar a definição. Essa comissão é autorizada a dizer, não apenas porque garantida pelo lugar oficial, mas porque composta por especialistas – cientistas sociais e econômicos e gestores governamentais. O Relatório de Definição da Classe Média possui, assim, caráter científico-administrativo, pois se formula, no lugar oficial, pela relação com a ciência e, além disso, funciona como orientação para a Secretaria nas ações acerca do tema.

3.3.2 As denominações de classe e as divisões sociais no Relatório

Notemos, de início, que a capa do Relatório apresenta o seguinte enunciado: “Comissão para Definição da Classe Média no Brasil”. Na página seguinte, onde constam os nomes dos integrantes da referida comissão, encontramos o enunciado “Grupo de Trabalho para Definição de Nova Classe Média.” A expressão nominal ‘nova classe média’ reescreve

⁷⁶ Não dispusemos de meios para saber se, antes de ser apresentada ao Ministro, a proposta é apresentada/endossada pelo Subsecretário da SAE ou se a apresentação é concomitante aos dois membros da Secretaria.

⁷⁷ No Caderno “Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média”, outra publicação da Secretaria, a segunda pergunta é “Por que a SAE/PR propôs uma definição de classe média?”. Pela formulação desse enunciado, vemos que a definição é apresentada enquanto proposta da SAE e não enquanto proposta de uma Comissão nomeada pela SAE.

‘classe média’, o que nos leva a considerar que há uma reescrituração sinonímica de ‘classe média’ por ‘nova classe média’⁷⁸. Observemos o recorte (1):

(1) De modo a desenvolver uma definição para a nova classe média, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) instituiu, por meio da Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011, um Grupo de Trabalho com esse objetivo. [...] Dessa forma, o Grupo de Trabalho teve como objetivos: i) identificar as diversas definições de nova classe média disponíveis e propor novas alternativas; [...] Foram atribuídas à comissão de avaliação as seguintes tarefas: [...] iv) selecionar a melhor proposta para a definição da classe média. (p. 10)

Vemos, novamente, um jogo de reescriturações que acaba por estabelecer uma relação sinonímica entre ‘classe média’ e ‘nova classe média’, fazendo com que essas duas expressões se recubram pela equivalência de sentido, já que, construídas como sinônimas por esse acontecimento, elas apontam para o mesmo referente. O recorte e os dois enunciados indicados acima mostram indistinção no funcionamento dessas expressões. Podemos interrogar o que significa enunciar ‘nova classe média’ no espaço enunciativo brasileiro: trata-se, de fato, de uma nova divisão social ou de mero artifício retórico produzido pela incorporação do adjetivo ‘nova’ na expressão ‘classe média’?

3.3.2.1 ‘Classe com renda intermediária’, ‘classe média’, ‘nova classe média’

Observemos o recorte (2):

(2) Como consequência dessa diminuição da pobreza e do crescimento acentuado da renda nos extratos *[sic]* mais pobres, uma grande parcela da população ascendeu a uma classe com renda intermediária. Associado ao fato da renda das famílias nas classes média e alta ter se dado de modo mais lento, houve um alargamento da classe média brasileira sem precedentes na história. (p. 6)

⁷⁸ Interessante notarmos que a expressão ‘classe média’ é determinada pelo artigo definido no enunciado, enquanto ‘nova classe média’ não.

Nele, o Locutor-Comissão recorre à figura de um enunciador-universal que formula o dizer como verdadeiro, em virtude de sua relação com os fatos. Ele apresenta a ascensão de grande parcela da população a uma classe com renda intermediária como produto da diminuição da pobreza e do crescimento da renda nos estratos mais pobres. Opera, assim, uma diferença entre ‘classe com renda intermediária’, ‘pobreza’ e ‘extratos *[sic]* mais pobres’⁷⁹. A diferença instaurada estabelece a oposição entre ‘pobreza’ e ‘classe com renda intermediária’, ao significar a ascensão à classe com renda intermediária como consequência da diminuição da pobreza. Outro aspecto apontado pelo Locutor como fato e que guarda relação com o primeiro é o crescimento lento da renda das famílias nas classes média e alta. De acordo com o recorte, esse conjunto de fatos acaba por provocar o alargamento da classe média brasileira.

O acontecimento do recorte (2) estabelece, assim, o alargamento da classe média como consequência da ascensão de grande parcela da população a uma classe com renda intermediária, da diminuição da pobreza, do crescimento da renda nos estratos mais pobres e do crescimento lento da renda das famílias nas classes média e alta. Podemos analisar as relações de sentido estabelecidas entre as expressões nominais e o modo como elas organizam o social, perguntando como as diferentes expressões se relacionam no recorte. Consideremos, inicialmente, a oposição, apontada acima, entre ‘pobreza’ e ‘classe com renda intermediária’. Ela se sustenta porque os dois nomes apontam para categorias sociais inversamente proporcionais, de acordo com o acontecimento desse recorte: a diminuição da pobreza faz aumentar a classe com renda intermediária. No entanto, nesse acontecimento, a enunciação do nome ‘pobreza’ aparece como rememorado, enquanto a enunciação do nome ‘classe com renda intermediária’ é apresentada como contemporânea ao presente do acontecimento. Em outras palavras, ‘pobreza’ é significada como um nome já próprio do domínio social, enquanto ‘classe com renda intermediária’ é apresentada pelo Locutor-Comissão no presente do acontecimento. Esse sentido é justificado pela determinação de ‘pobreza’ (“diminuição **da pobreza**”) e pela indeterminação de ‘classe com renda intermediária’ (“ascensão **a uma classe com renda intermediária**”), que produz esse nome como possível no quadro da sociedade e assumido pelo Locutor na enunciação. São igualmente rememoradas as enunciações das expressões ‘classe média’ e ‘[classe] alta’, indicando que esses nomes já circulam no espaço de enunciação brasileiro, produzindo identificações sociais.

⁷⁹ ‘Pobreza’ e ‘extratos *[sic]* mais pobres’ podem funcionar por reescrituração. ‘Pobreza’ tanto pode funcionar como hiperônimo quanto como sinônimo de ‘extratos *[sic]* mais pobres’. Tomaremos, na sequência do texto, o nome ‘pobreza’ como indicativo dessa categoria social.

‘Classe média’ e ‘[classe] alta’ também se opõem a ‘pobreza’ e a ‘classe com renda intermediária’, porque o acontecimento do recorte (2) apresenta uma divisão do real que organiza hierarquicamente a sociedade em uma escala vertical que parte da pobreza e dos estratos mais pobres, passa pela classe com renda intermediária e pela classe média e chega à classe alta. No entanto, como o recorte predica a constituição da classe média brasileira (seu alargamento), o conjunto de fatos apresentado nos permite dizer que tal classe está composta pela já-classe média (cujas renda não aumentou a ponto de permitir a ascensão para uma classe superior) e pela classe com renda intermediária (que ascendeu da pobreza e possibilitou, quando tomada em conjunto com a já-classe média, o alargamento da classe média). Assim, ‘classe média brasileira’, por esse acontecimento, funciona como hiperônimo de ‘classe com renda intermediária’ e de uma ‘classe média’ já firmada como tal, ou seja, ‘classe média brasileira’ é um nome-totalizador que refere a instância social formada por uma ‘classe com renda intermediária’ e por uma ‘classe média’ já consolidada.

Interessante notarmos como o nome ‘classe média’ funciona aqui como categoria social, que reúne elementos diferentes em seu interior. A classe com renda intermediária não deixa de significar como verticalmente inferior à classe média já-firmada. Caso contrário, o Locutor afirmaria simplesmente: “Uma grande parcela da população ascendeu à classe média.” Dessa forma, o acontecimento desse recorte significa o real a partir de uma divisão interna ao grupo “classe média”, que organiza de forma desigual seus elementos.

Tomemos, agora, o recorte (3), que aparece, no texto do Relatório, logo na sequência de (2):

(3) Tal transformação lança desafios e questionamentos para as políticas públicas: Quais as principais consequências do surgimento dessa nova classe média para o desenvolvimento do País? (p. 6)

Quando consideramos esse excerto em relação a (2), o que ‘nova classe média’ reescritura? Duas leituras são possíveis:

A) O recorte apresenta a denominação ‘nova classe média’ reescrevendo ‘classe com renda intermediária’ e ‘surgimento’ reescrevendo ‘ascensão’, o que leva a considerar que ‘nova classe média’ refere o mesmo que ‘classe com renda intermediária’ refere, ou seja, ambas as expressões referem, de acordo com o acontecimento, uma grande parcela da população que deixou a pobreza e/ou os estratos mais pobres;

B) A denominação ‘nova classe média’ reescritura o hiperônimo ‘classe média’ e significa a conjugação de uma ‘já classe média’ com uma ‘classe com renda intermediária’ a partir da predicação “nova”, como indica a denominação, ou seja, essa “classe média” total, formada pela ‘já classe média’ e pela ‘classe com renda intermediária’, é referida como ‘nova classe média’; ‘surgimento’, desse modo, refere o produto dessa incorporação.

De um modo mais claro, diremos que ou ‘nova classe média’ reescreve por sinonímia ‘classe com renda intermediária’ ou ‘classe média brasileira’.

Se levarmos em conta a possibilidade de sentido apresentada em (A), veremos que ‘nova classe média’ é um nome que refere o contingente populacional que ascendeu. Dessa forma, a ênfase do nome recai sobre a mobilidade social e pode funcionar como argumento positivo para mostrar que houve mudanças sociais significativas no Brasil. No entanto, ao considerarmos a possibilidade apontada em (B), diremos que, ao referir o conjunto formado pelo contingente que ascendeu e pela já-classe média, o nome ‘nova classe média’ enfatiza a mudança na constituição do grupo social tomado como classe média, em virtude da incorporação de “novos” elementos.

De todo modo, vemos que o nome ‘nova classe média’ se apresenta, no recorte, como evidente, como nos indica sua construção sintática e sua articulação com o pronome demonstrativo ‘dessa’. Por esse efeito de evidência, produz-se o objeto como já conhecido. ‘Nova classe média’ é reescrito em (4) por repetição e aparece novamente articulado com o pronome demonstrativo, corroborando o efeito apontado:

(4) Com vistas a enfrentar esses desafios, faz-se necessário mapear as características, comportamentos, valores e demandas desse grupo, bem como analisar as políticas já existentes a fim de melhorar sua eficácia e identificar as lacunas que possam comprometer o dinamismo dessa nova classe média. (p. 7)

Consideremos, agora, o recorte (5):

(5) Fortalecida pela criação de mais de 15 milhões de novos postos de trabalho formais, essa nova classe média passa a perceber sua ascensão como duradoura e passa a trocar estratégias de sobrevivência por atitudes e visões de longo prazo voltadas à garantia de um contínuo processo de ascensão econômica. (pp. 7-8)

Aqui, o nome ‘nova classe média’ está articulado no enunciado ‘essa nova classe média passa a perceber sua ascensão como duradoura’. No recorte (2), vimos o enunciado ‘uma grande parcela da população ascendeu a uma classe com renda intermediária’. Como (5) predica ‘nova classe média’ por ‘ascensão’, podemos considerar que há uma relação de reescrituração entre os enunciados desses dois recortes. Desse modo, ‘nova classe média’ pode funcionar como reescrituração sinonímica de ‘classe com renda intermediária’, confirmando a possibilidade de sentido estabelecida em (A) acima. Vejamos outro recorte:

(6) Além disso, existem diferenças marcantes no interior do grupo pré-existente a que os emergentes se incorporam, isto é, aqueles que faziam parte do que se poderia chamar da classe média tradicional. Assim, não há qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo (seja graças às disparidades entre a nova e a classe média tradicional, seja no interior de cada um desses grupos), cobrindo um amplo segmento da sociedade brasileira sem qualquer identidade clara. (p. 11)

Em (6), há um jogo de reescriturações interessante. A expressão nominal ‘classe média tradicional’ reescreve ‘grupo pré-existente a que os emergentes se incorporam’ e é reescriturada por repetição mais duas vezes na sequência.⁸⁰ ‘Nova [classe média]’ é reescriturada por ‘os emergentes’ duas vezes. O recorte acaba por estabelecer a oposição entre ‘nova classe média’ e ‘classe média tradicional’.

Podemos dizer, então, considerando o movimento dos recortes, que ‘classe com renda intermediária’, ‘nova classe média’ e ‘os emergentes’ funcionam como sinônimos e, portanto, apontam para o mesmo referente. O acontecimento do recorte (6) permite dizer também que essas expressões se opõem a ‘classe média tradicional’. O acontecimento rememora ‘a junção dos emergentes com a tradicional classe média’ e predica, a partir dessa junção, a formação ‘de um grupo extremamente heterogêneo’. Relacionando, mais uma vez, os recortes (6) e (2), podemos dizer que ‘grupo extremamente heterogêneo’ reescreve ‘classe média brasileira’, que funciona como hiperônimo de ‘nova classe média’ e de ‘classe média tradicional’. Ou seja, ao

⁸⁰ Em uma dessas vezes, a posição do adjetivo na expressão nominal é invertida.

reunir a nova classe média, emergente, e a classe média tradicional, a classe média brasileira se constitui como grupo extremamente heterogêneo.⁸¹

O acontecimento do recorte (6) desloca a indistinção entre ‘nova classe média’ e ‘classe média’, ao apresentar a especificação “tradicional” e construir a relação heteronímica pelo processo designativo. Vejamos (7):

(7) O objetivo desse estudo é delimitar o grupo central da pirâmide social brasileira que se expandiu de forma acentuada ao longo da última década em função dos progressos sociais alcançados. A rigor, ao menos inicialmente (até que suas características sejam devidamente identificadas e analisadas), esse grupo mereceria ser denominado apenas de “grupo do meio”. No entanto, dado o uso já corrente do termo “Nova Classe Média”, adotaremos a denominação de classe. (p. 11)

Tomemos, antes, o primeiro enunciado que integra o recorte. Ele apresenta a expressão ‘grupo central da pirâmide social brasileira’. Em outro momento do texto do Relatório, encontramos: “O objetivo dessa Comissão é, finalmente, delimitar a classe média.” (p. 12) Podemos dizer, considerando esses dois enunciados, que ‘grupo central da pirâmide social brasileira’ funciona como reescrituração de ‘classe média’⁸². O Locutor afirma que esse grupo deveria ser denominado apenas de ‘grupo do meio’, mas como o nome ‘nova classe média’ é de uso corrente, ou seja, sua história de enunciações atravessa o lugar do senso comum, o Locutor-Comissão opta por empregar esse nome para identificar o ‘grupo central da pirâmide social brasileira’.

O acontecimento do recorte (7) estabelece, assim, que o grupo central da pirâmide social brasileira é a nova classe média. Se voltarmos ao recorte (6), veremos que ‘nova classe média’ é um dos elementos que, ao lado da ‘classe média tradicional’, integra uma coletividade maior, a classe média brasileira. O recorte (7) toma, então, como grupo central da pirâmide, apenas a nova classe média, emergente? Produz, assim, a exclusão da classe média tradicional do grupo central?

⁸¹ Interessante observar como o recorte (6) indica um movimento de ascensão que faz a nova classe média, mas não indica qualquer movimento na classe média tradicional: ninguém desce e quem sobe não é tradicional.

⁸² A enunciação da expressão ‘grupo central da pirâmide social brasileira’ apaga as diferenças internas à composição da classe média brasileira, referidas acima pelo recorte (6).

Acreditamos que há, no texto do Relatório, entre as expressões ‘classe média’ e ‘nova classe média’, um movimento contraditório e não definido com clareza. Ora ‘nova classe média’ funciona como parte da classe média brasileira, junto com a classe média tradicional, ora como sinônimo de ‘classe média’, passando a referir o “grupo médio” ou central da sociedade. Essa contradição mostra, mais uma vez, o funcionamento do político na identificação social e o modo como as expressões nominais, ao funcionarem enunciativamente, produzem diferentes divisões da sociedade. Essa divisão política indica algumas questões no embate dos sentidos: os emergentes e os tradicionais compõem um mesmo grupo? São grupos distintos e a nova classe média exclui a tradicional? Como unir esses dois grupos em uma mesma classe? Se o critério para a união é a renda, como será mostrado a seguir, houve apenas aumento de renda dos emergentes ou houve também perda da renda dos tradicionais? A faixa de renda que determina o novo grupo é suficientemente estreita para que se possa, de fato, identificar uma *classe de renda*?

3.3.2.2 ‘Classe social’ e ‘classe de renda’

Vejamos dois recortes:

(8) A necessidade de ajustar continuamente a política pública a mudanças na distribuição de renda não implica, porém, na necessidade de uma definição para classe média, ou qualquer outra divisão da sociedade em classe de renda. (p. 8)

(9) [...] Como o gasto público per capita varia entre grupos? Que parcela do gasto público vai para a classe média? A distribuição dos gastos por classe social torna-se ainda mais importante quando combinada com informações sobre a distribuição da carga tributária [...] (p. 9)

Em (8), ‘classe média’ é reescrita por ‘classe de renda’, em referência à divisão social. Em (9), ‘classe média’ é reescrita por ‘classe social’. Tanto ‘classe de renda’ quanto ‘classe social’ funcionam como hiperônimos de ‘classe média’, ou seja, o acontecimento do recorte (8) institui que falar sobre a classe média é tomá-la enquanto classe de renda, ao passo que o

acontecimento do recorte (9) institui que falar da classe média significa falar de uma classe social.

Como tratar, então, a relação entre as expressões ‘classe de renda’ e ‘classe social’? Lembremos que, na análise da obra de Neri que apresentamos anteriormente, havia uma diferença entre ‘classes sociais’ e ‘classes econômicas’ e que ‘classes econômicas’ era determinada por ‘renda’, ou seja, a renda era o critério que especificava o caráter econômico atribuído à classe. Aqui, não há diferença entre ‘classe social’ e ‘classe econômica’, pois a expressão ‘classe econômica’ nem mesmo aparece no texto do Relatório. Diremos, então, que, assim como em Lamounier e Souza (2010), a relação entre as duas expressões pode ser de sinonímia ou de especificação. ‘Classe de renda’ pode funcionar como sinônimo de ‘classe social’ ou especificar seu sentido. Quando sinônimas, as expressões apresentam sentido equivalente, ou seja, não há distinção entre enunciar uma ou outra. Em se tratando de uma especificação, o que se toma enquanto classe social é significado por uma divisão efetuada a partir da renda, isto é, de um aspecto monetário. Essas duas relações de sentido são possíveis e é interessante notar que o Relatório apresenta a caracterização da sociedade por um critério distintivo baseado na renda, como o recorte seguinte mostrará.

3.3.2.3 O social (re) dividido

Consideremos o recorte:

(10) A partir das 3 classes geradas pelo método da polarização na vulnerabilidade, subdividimos a classe baixa em 3 grupos, a classe média também em 3 grupos e a classe alta em 2 grupos.

O primeiro grupo, o da classe baixa, foi dividido com base nas linhas dos programas Brasil sem Miséria e Bolsa Família, corrigidas pela inflação. Assim, temos: i) os extremamente pobres, que são aqueles que possuem renda familiar per capita de até R\$81; ii) os pobres (mas não extremamente pobres), aqueles com renda familiar per capita entre R\$81 e R\$162 e iii) os vulneráveis, aqueles que estão acima da

linha de pobreza e abaixo da linha da classe média, ou seja, que possuem renda familiar per capita entre R\$162 e R\$291.

Por sua vez, para a divisão da classe média realizamos um novo exercício de polarização, só que desta vez tomando apenas as pessoas que estavam na classe média, obtendo 3 grupos: i) baixa classe média, ii) média classe média, e iii) alta classe média. Por fim, para a divisão da classe alta também realizamos um novo exercício de polarização, tomando apenas as pessoas que estavam na classe alta, obtendo 2 grupos: i) baixa classe alta, e ii) alta classe alta. (p. 60)

O recorte inicia referindo o método da “polarização na vulnerabilidade”, adotado pela Comissão para dividir a sociedade e, desse modo, apresenta a oposição entre as classes alta, média e baixa. ‘Classe baixa’ é reescriturada pela enumeração ‘i) os extremamente pobres’, ‘ii) os pobres (mas não extremamente pobres)’ e ‘iii) os vulneráveis’⁸³. Cada expressão nominal é reescrita por especificação por um enunciado que apresenta determinado valor variante de renda familiar *per capita*. ‘Classe baixa’ funciona, portanto, como hiperônimo de ‘extremamente pobres’, ‘pobres (mas não extremamente pobres)’ e de ‘vulneráveis’.

A classe média também aparece dividida, de modo que o nome ‘classe média’ funciona como hiperônimo de ‘baixa classe média’, ‘média classe média’ e ‘alta classe média’, porque reescriturado enumerativamente por essas expressões nominais. O mesmo processo ocorre com ‘classe alta’, que é hiperônimo de ‘baixa classe alta’ e de ‘alta classe alta’. Essas divisões dão visibilidade à heterogeneidade das classes, ainda que sob o ponto de vista de um único critério, a renda. Já a divisão binária da classe alta em alta e baixa indica um movimento de queda da renda que não é nomeado ou sequer apontado no Relatório. Essa queda de renda provável não afetaria a classe média em sua composição?

O recorte (10), ao apresentar a proposta da Comissão, estabelece a diferença social a partir da verticalização hierárquica, como indicam os adjetivos ‘alta, média e baixa’, e das redivisões internas a cada grupo. A redivisão das classes média e alta respeita o mesmo princípio lógico-abstrato da hierarquia, que dispõe a sociedade de forma gradual a partir dos adjetivos ‘alto, médio e baixo’. A redivisão da classe baixa apresenta expressões nominais

⁸³ Há uma diferença entre enunciar ‘a classe baixa’, por exemplo, e ‘os pobres’ porque, no primeiro caso, toma-se como referência a coletividade, ou seja, a classe. No segundo, o ‘os’ que antecede o substantivo ‘pobres’ marca uma possível anáfora de “indivíduos” (os indivíduos pobres), ressaltando o caráter individual dos agrupamentos sociais.

pouco convencionais do ponto de vista morfossintático e da segmentação/estratificação, pois não vemos a estrutura formada pelo nome “classe” + especificador, como nas outras divisões.

O interessante a ressaltar desse recorte é que ele não apresenta a expressão ‘nova classe média’ e nem mesmo ‘classe com renda intermediária’, apagando o movimento tenso de identificação já mostrado anteriormente. O acontecimento do recorte (10) inscreve outro modo de dividir a sociedade no texto do Relatório, em que os nomes funcionam produzindo uma evidência lógica de estabilização que busca apagar o movimento político da configuração de categorias sociais. A análise nos mostrou, no entanto, que a textualidade revela a contradição política quando tomamos os recortes e as relações de reescrituração entre as expressões nominais.

CONCLUSÃO

O MOVIMENTO POLÍTICO DOS NOMES NA IDENTIFICAÇÃO SOCIAL

Neste trabalho, procuramos observar como as denominações de classe produzem divisões sociais e organizam a sociedade a partir dessas divisões. Partindo do funcionamento dos nomes “classe C”, “classe média” e “nova classe média” nos acontecimentos enunciativos analisados, mostramos que não há estabilidade na designação dessas denominações e, logo, no modo de organizar o social. Esse aspecto nos permitiu compreender que o movimento de identificação da sociedade é marcado por tensões e disparidades próprias do político.

Ao tomarmos como *corpus* os recortes de duas obras das ciências sociais e econômicas e de um relatório governamental elaborado por uma equipe de especialistas e de gestores, quisemos interrogar os sentidos das denominações nesses textos de caráter científico e político-administrativo. Acreditamos ter mostrado que mesmo nesses lugares, imaginariamente tomados como espaços de estabilização dos sentidos, vemos como a instabilidade se instala e produz seus efeitos.

A designação das expressões nominais analisadas não é unívoca, ou seja, não se apresenta de forma igual nos três textos. Mesmo no interior de cada obra, as designações são marcadas por contradições, como mostramos. Isso conduz a afirmar que as referências são produzidas nos acontecimentos enunciativos e que os nomes produzem diferentes identificações simbólicas para os objetos referidos.

Em Neri (2011), vimos como a expressão “nova classe média” produziu tensão na textualidade, porque marcou um jogo contraditório de sentidos. Afirmamos haver nessa obra um “gerenciamento do nome”, pois, ao se representar como origem do dizer, o Locutor instituiu o nome “nova classe média” ao objeto antes identificado pelo nome “classe C”, sob o argumento de este último ser depreciativo. Essa substituição mostra a disparidade do político, ao fazer com que, no movimento argumentativo, o gesto de afirmação do novo nome se ancore não em uma possível mudança no objeto, mas em uma permuta do nome: o Locutor não compreende a classe C como a classe que se situa abaixo da A e da B, mas como “nova classe média”.

Interessante notarmos outra contradição que figura na obra e está ligada à materialidade do nome: quando produz a renomeação, o Locutor emprega a forma verbal “batizamos”, que pode ser tratada como ambígua, pois tanto pode indicar uma ação no

presente quanto no pretérito (morfologicamente, indica o presente e o pretérito perfeito do indicativo). Tomados pela evidência do adjetivo “nova” que determina “classe média”, somos levados a excluir a interpretação da forma verbal como pretérito, pois se trata, por essa leitura, de um objeto “novo”. No entanto, no mesmo recorte em que trata “nova classe média” como um apelido de classe C, o Locutor explica que esse apelido foi atribuído “há anos”. Isso nos leva a pensar no modo como a materialidade do nome produz sentido: se há uma distância temporal significativa que marca o processo de renomeação, como nos faz supor o adjunto adverbial, como pode o objeto ainda ser apresentado como “novo”?

Outra questão polêmica na obra é a significação da classe C como classe média. Dissemos que ela é possível porque há diferentes lugares enunciativos, distribuídos desigualmente no espaço de enunciação brasileiro, aos quais se atribui o dizer. A classe C é média porque assim a apresenta o vulgo. Ou então, sua inclusão na “categoria média” se dá enquanto ela funciona como “nova classe média”. Considerando a oposição entre nova e velha classe média indicada no início dos recortes, diremos que o acontecimento institui que a classe C não se confunde com a velha classe média. Há uma divisão do real que faz com que a classe C seja diferente da velha classe média e só signifique, com ela, como categoria média, pela atribuição de sua enunciação a outro lugar social de Locutor ou pela sua significação como “nova classe média”.

Vimos também que as denominações de classe, para além de seu funcionamento como nomes que identificam classes, “classe A, B, C, D, E”, por exemplo, ora funcionam como categorias sociais, como é o caso de “classe média” “classe alta”, ora como “estados”. Outra divisão do real constituída pelo acontecimento é a que significa as classes como classes econômicas e não como classes sociais. Nas outras duas obras analisadas, não há essa diferença. Em Lamounier e Souza (2010) e no Relatório da SAE/PR, as classes são significadas enquanto classes sociais, mas o critério definidor é a renda, o que interpretamos como uma redução do social ao econômico.

Por fim, a predicação construída pelo título da obra (“nova classe média” é significada como “lado brilhante da base da pirâmide”) produz um deslocamento de sentido no modo de significar a classe média. As representações conceituais de “classe média” não a identificam com as classes inferiores, como mostramos no capítulo I. Ela está mais próxima das classes superiores, da “elite”. A obra, ao significar “nova classe média” como “base da pirâmide”, a aproxima dos “pobres”, pois vimos que “base da pirâmide” reescreve “pobres” em outro

documento. Seria essa, então, a justificativa para tratar essa classe média como “nova”, o fato de ela estar próxima da pobreza?

Em Lamounier e Souza (2010), vimos, igualmente, um jogo de sentidos marcado por contradições. A obra inicia por estabelecer uma diferença entre a classe C e a classe média tradicional, pois o Locutor afirma que há a transformação da classe C em numerosos estratos que estão ao lado ou abaixo da classe média tradicional. Essa diferença é interessante porque marca forte oposição entre classe C e classe média tradicional, pois entre elas há “numerosos estratos”. Além disso, interrogamos como esse modo de dispor sobre a sociedade é significado sem nomear esses numerosos estratos que estão ao lado da classe média tradicional e não se confundem com ela.

Apontamos que há uma contradição ligada à existência da classe C, pois o Locutor afirma sua transformação em um primeiro momento e, portanto, sua extinção; depois a toma como “ascendente”, indicando que seu processo de mudança está em curso. É interessante notarmos como parece haver uma interdição acerca da enunciação do nome “classe C” nas duas obras: ou classe C precisa receber outro nome, ou é necessário afirmar que sofre transformação. Essa interdição parece estar ligada a uma tentativa de fazer com que o objeto identificado por esse nome deixe de existir, ou exista com outro nome.

O modo como a expressão “nova classe média” se relaciona com as outras duas (“classe C” e “classe média”) é igualmente contraditório. O processo designativo ora a construiu como diferente de “classe C” e de “classe média”, já que indica indivíduos e famílias provenientes da classe C, ora a tomou como sinônimo de “classe C”, como uma classe “emergente”.

A diferença entre “classe C” e “classe média tradicional” se torna mais efetiva com a significação de “classe C” como “classe média baixa”, oposta a “classe média alta”, “tradicional”. O real aparece dividido de tal forma que a classe média brasileira apresenta uma oposição interna que indica diferença nos seus elementos. A obra, ao pretender tratar da “classe média brasileira”, como nos indica o título, mostra como sua configuração enquanto grupo social é tensa e contraditória.

Na obra de Lamounier e Souza, não vimos referência a uma possível instância social superior à classe média. Vimos também modos de divisão social diferentes, seja pelos nomes que incluem letras alfabéticas em sua composição ou por aqueles que incluem adjetivos

escalares, ou, ainda, uma divisão social a partir do trabalho, como nos indica o nome “classe trabalhadora”.

No Relatório da SAE/PR, o movimento de sentidos dos nomes é igualmente contraditório. A relação entre “classe média” e “nova classe média” é, desde o início, polêmica. Ora essa relação parece ser de sinonímia, ora de hiperonímia. O movimento é marcado pela tensão que o nome “classe com renda intermediária” produz quando levamos em conta as reescrituras e também pelo efeito de evidência produzido pela expressão “nova classe média”. Vimos como a enunciação da expressão “grupo central da pirâmide social brasileira” apaga as diferenças internas à configuração da classe média.

Vimos também a constituição de outro modo de dividir a sociedade no Relatório, por outros nomes. Atentamos para a composição das classes alta e média, cuja (re)divisão se fez pela inclusão dos adjetivos escalares nos nomes já significados por esses adjetivos, produzindo novas hierarquias, e para a diferença na composição da “classe baixa”, em relação às outras duas.

Enfim, ao partirmos da análise das cenas enunciativas, pudemos observar como a designação dos nomes de classe é instável nas obras analisadas e como a referência não remete a algo “pronto” no real, mas é construída no acontecimento enunciativo. Isso fica claro quando vemos que os sentidos das denominações são diferentes em cada obra. A organização da sociedade pelos nomes também não se dá de modo estável nas obras, pois as denominações produzem diferentes identificações e há diferentes divisões do real que significam o social diferentemente. Dessa forma, vemos que o movimento de identificação da sociedade nas obras é político, porque inscrito em um quadro de conflitos e contradições que produz inclusões/exclusões.

A análise nos permitiu compreender que a configuração da classe média é marcada por uma disputa política que se dá no embate de sentidos postos em relevo pela incorporação do adjetivo “nova” na expressão nominal “classe média”, que produz uma divisão entre o “novo” e o “velho”, ou seja, entre os sujeitos que ascenderam socialmente e aqueles que já figuravam nessa instância social. O movimento na textualidade dá visibilidade à dinâmica de inclusão e de exclusão desses sujeitos na configuração do grupo, deixando ver como essa relação é tensa, sobretudo quando pensamos a história de enunciações das expressões “classe C”, “classe média” e “nova classe média” e as identificações que produzem no espaço de enunciação brasileiro.

Ao analisarmos as relações entre as denominações pelos procedimentos de reescrituração e articulação, acreditamos ter mostrado que o sentido não é evidente, mas que ele se dá como diferente em cada retomada ao longo do texto. Acreditamos contribuir para uma história do pensamento social ao mostrarmos como a análise das relações de sentido de uma palavra pode ser feita. Essa análise pode servir, inclusive, para as perspectivas que trabalham com os conceitos, porque dá visibilidade à materialidade linguística e simbólica sobre a qual os conceitos se assentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÉNÉTON, Philippe. **Les classes sociales**. 2. ed. corr. Paris: Univ. de France, 1997.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BOSC, Serge. **Sociologie des classes moyennes**. Paris: La Découverte, 2008.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Relatório. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=13425> Acesso: 25/06/2013.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 15. ed. Petrópolis: Voes, 1991.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

DESCENDRE, R.; FOURNEL, J-L; ZANCARINI, J-C. **Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI**. Cáceres: Editora UNEMAT; Lyon: ANR – Triangle; Campinas: Editora RG, 2008.

DESCENDRE, R.; FOURNEL, J-L; ZANCARINI, J-C. Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI. Resenha por OLIVEIRA, Sheila Elias de; JOANILHO, Mariangela P. G. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, nº 22. Campinas: CAPES – PROCAD, Editora RG, 2008.

DUCROT, Oswald. O referente. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

_____; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ESTANQUE, Elísio. A “classe média” como realidade e como ficção. Um ensaio comparativo Brasil – Portugal. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEURY, Sonia. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.

GUERRA *et al.* **Classe Média**: desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Análise de Texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG Editora, 2011.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KERSTENETZKY, C. L.; UCHÔA, C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

KLEIBER, Georges. Dénomination et relations dénominatives. In: **Langages**, 19º anée, nº 76, 1984, pp. 77-94.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

LE NOUVEAU PETIT ROBERT de la Langue Française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2006.

MACHADO, Carolina de Paula. **Política e sentidos da palavra preconceito**: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

NERI, Marcelo Côrtes (coord). **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

_____. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIGUET, Marie-France. Mot et concept de classe. In: **Mots**, nº 38, 1994, pp. 100-103.

_____. **Classe**: histoire du mot et genèse du concept – des physiocrates aux historiens de la Restauration. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

PIRANDELLO, Luigi. **Assim é (se lhe parece)**. Trad. de Sérgio N. Melo. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, W.; GIMENEZ, D.; ANTUNES, D. O Brasil e a nova classe média dos anos 2000. In: **Carta Social e do Trabalho**, nº 20, pp. 2-11, out/dez de 2012.

RANCIÈRE, Jacques (1992). **Os Nomes da História**. Campinas: Pontes, 1994

SEROT, Patrick. Ethnos e Demos: a construção discursiva da identidade coletiva. Trad. de Eni P. Orlandi. In: **RUA – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP**. n. 7, 2001, p. 11-20.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010

URRY, Joh. Classe média. In: OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VICENTE, Eliana. Nova classe média: um delírio coletivo? In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, nº 4, pp. 67-80, 2011.

ZANCARINI, J-C. Uma Filologia Política – os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530). In: DESCENDRE, R.; FOURNEL, J-L; ZANCARINI, J-C. **Estudos sobre a língua política**: filologia e política na Florença do século XVI. Cáceres: Editora UNEMAT; Lyon: ANR – Triangle; Campinas: Editora RG, 2008.

ZENTENO, Raúl Benítez (coord.). **As classes sociais na América Latina**: problemas de conceituação. Trad. de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.